UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Área Temática: Estado, Sociedade e Educação

Mestrado

**MULHER ENCARCERADA:
trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência**

Orientando: Hélio Roberto Braunstein

Orientador: Prof. Dr. Roberto da Silva

São Paulo

2007

HÉLIO ROBERTO BRAUNSTEIN

MULHER ENCARCERADA:

trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como pré-requisito para obtenção do título acadêmico de Mestre em Educação na Área Temática Estado, Sociedade e Educação.

Orientador
Prof. Dr. ROBERTO DA SILVA

São Paulo
2007

Camila F. G.
Desenho em lápis grafite
Penitenciária Feminina do Butantã – 07/12/2001

301.412 (81.61)
B 825m

MULHER ENCARCERADA: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência / Hélio Roberto Braunstein; orientação Roberto da Silva.- - São Paulo, SP, s.n., 2007

174 p. il. ; inclusive anexos

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Mulheres 2. Violência contra a mulher (1950 – 2006 ; São Paulo) 3. Prisão 4. Criminalidade
5. Criminologia 6. Políticas Públicas (1950 – 2006 São Paulo) I. Silva, Roberto da, orient

-

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca da Faculdade da Faculdade de Educação da USP.

Folha de Aprovação

TITULARES :

Prof. Dr. Roberto da Silva (Orientador)_____

Profª Drª Roseli Fischmann (FEUSP)_____

Prof. Dr. Robson Jesus Rusche (Universidade Mackenzie)_____

SUPLENTE:

Profª Drª Flávia Inês Schilling (FEUSP)_____

Prof. Dr. José Eduardo Azevedo (Universidade Paulista)_____

Dedicatória

Aos meus queridos pais, Willy (50 anos, brasileiro de coração) e Vânia, pelo carinho e apoio; à minha companheira e esposa Valéria e aos nossos amados filhos, Gustavo, Deborah, Laura e Natan, pelo apoio e compreensão incondicional.

A meus tios Maurício e Sara (In memoriam) .

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Dr. Roberto da Silva, pelo privilégio de tê-lo como meu orientador e mestre, pelo exemplo de vida e determinação, pelas horas a fio dedicadas para que este projeto se concretizasse, pela amizade, compreensão e motivação mesmo nos momentos mais difíceis, por sua confiança, convívio e ensinamentos aos quais sem dúvida estarão presentes ao longo de minha vida.

Agradeço aos professores e professoras que neste percurso contribuíram em cada parte deste estudo, com seus conhecimentos, conselhos, aulas e reflexões, professores (as) Miguel Reale Junior, Marília Pinto de Carvalho, Fernando Afonso Salla, José Gonçalves Filho (Zeca) e Gladys Beatriz Barreyro.

À respeitosa amiga, professora Roseli Fischmann pelos conselhos, orientações teóricas, aulas e exemplo de uma vida acadêmica voltada para um ideal de paz e respeito à diversidade humana, e que de certa maneira influenciou fortemente e norteou minha trajetória de pesquisa e vida acadêmica.

À professora Maria Célia Pinheiro Machado Paoli, pelos diálogos enriquecedores de suas aulas inesquecíveis, pelo suporte teórico e amizade, e que também deixou sua marca indelével neste trabalho.

À professora Eva Alterman Blay, por suas orientações iniciais, críticas, sugestões, subsídios teóricos, diálogos e amizade.

Ao professor Yves de La Taille e às professoras Maria Isabel de Souza Leme e Maria Tereza C.C. de Souza, por suas enriquecedoras aulas, reflexões e oportunidade que me deram para iniciar os estudos teóricos e aprofundamentos necessários que em grande parte subsidiam o pensar desta pesquisa, com quem juntamente agradeço à professora Thereza Montenegro pelas orientações iniciais.

Ao professor e amigo, Marcos Ferreira, às professoras Flávia Inês Schilling e Edna Antônia de Mattos, pela acessibilidade, pelos conselhos, contribuições, conversas e orientações informais, e que em alguns momentos representaram um importante apoio.

Ao professor Robson Jesus Rusche pelas importantes orientações, críticas e sugestões na qualificação.

Agradeço às mulheres, Andréias, Marias, Cláudias, Camilas e Regianes, então encarceradas que entrevistei, dialoguei e pude partilhar minimamente de suas histórias e trajetórias, e que me mostraram a necessidade de desenvolver um olhar crítico sobre mim mesmo, frente à instituição prisional e ao meu tema de pesquisa.

Agradeço minha querida prima e colega acadêmica Gisleni, pela confiança, convívio e apoio que me possibilitou criar as condições psíquicas e acadêmicas motivadoras necessárias para concretizar esta pesquisa.

À amiga Raí (Profa. Dra. Raimunda Bedasse) pelos apoios e dicas iniciais, bibliografias, e exemplo de dedicação e seriedade acadêmica.

Ao filósofo, acadêmico e amigo de longa data e quase doutor André Yazbek, pelos conselhos, orientações, diálogos teóricos durante minha trajetória de pesquisa.

Aos meus colegas de resistência institucional, Arlindo e Manoel Português pelos diálogos e subsídios reflexivos.

Às minhas colegas técnicas, Cíntia e Bete, que compartilharam algumas duras e felizes experiências na Penitenciária Feminina do Butantã (PFB), e que me possibilitaram na rotina diária organizar-me minimamente em relação ao meu material de pesquisa. Da mesma forma agradeço à Kelly e Jimena, pela abertura e respeito profissional, aspectos estes facilitadores para que eu pudesse transcender meu olhar um pouco mais além da simples prática profissional sobre a instituição prisional em questão.

Ao saudoso amigo advogado da Funap, Fernando Cássio, e ao também amigo advogado da Funap, parceiro de algumas lutas, Armando Tadeu Ventola, pelas inúmeras orientações e que me possibilitaram uma visão mais consistente sobre as rotinas e atribuições jurídicas dentro da instituição prisional.

Aos amigos educadores da Funap aos quais tive a oportunidade de conviver, professores Bruno e Agostinho, pelos diálogos e esclarecimentos sobre as rotinas escolares e educacionais no contexto prisional e na PFB.

Ao meu filho Gus (Gustavo), pela dedicação na digitalização das imagens, textos e outros recursos necessários para a formatação final desta dissertação.

Ao Leandro pelo protótipo inicial do banco de dados.

À minha filha Deborah, pelas horas a fio digitando dados desta pesquisa e me dando suporte nas tarefas da rotina diária.

Aos funcionários da FEUSP que tanto me apoiaram para que as inúmeras atividades e projetos de minha trajetória acadêmica pudessem se concretizar com sucesso, em especial, à Solange e Rosana (Secretaria de Pós-graduação), pela maneira sempre sorridente, gentil e eficiente de apoio burocrático acadêmico, e ao pessoal da biblioteca ao qual devo o suporte para a estruturação e consulta de inúmeros livros e textos que constituem parcela significativa da bibliografia desta pesquisa.

E finalmente ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) ao qual viabilizou o apoio e incentivo material durante o último ano desta pesquisa.

RESUMO

MULHER ENCARCERADA: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência

Esta pesquisa, concebida a partir de observações e dados coletados ao longo do exercício da função de Psicólogo junto à Penitenciária Feminina do Butantã, se propõe ao estudo a respeito do encarceramento de mulheres no Estado de São Paulo a partir de 1950 e, mais especificamente, de mulheres encarceradas nesta unidade prisional, em regimes fechado e semi-aberto, no período entre os anos de 2001 e 2002. A pesquisa busca identificar variáveis individuais e coletivas em relação às mulheres encarceradas, bem como fazer uma descrição da práxis de uma unidade prisional destinada ao encarceramento de mulheres. Considera-se neste estudo, a importância da visibilidade da questão da mulher encarcerada no âmbito das políticas públicas; a importância da execução penal especial para a mulher, alternativas de aplicação de penas, voltadas principalmente às pessoas que cometeram infrações, delitos e crimes que não envolvam atos de violência, além de problematizar a respeito da intervenção, reabilitação, reintegração e prevenção, visando contribuir minimamente para ações voltadas à diminuição da cultura da violência, da intolerância, da exclusão, da reincidência, da vulnerabilidade social e carcerária das mulheres.

PALAVRAS CHAVES: 1. Mulheres; 2. Violência contra a mulher; 3. Prisão; 4. Criminalidade; 5. Criminologia; 6. Políticas Públicas .

ABSTRACT

WOMAN IMPRISON:

trajectory between indignation and suffering for humiliating and violence acts.

This work, conceived from comments and data collected throughout the exercise and professional performance, if considers to the study regarding the imprisonment of women in the state of São Paulo from 1950 and more specifically, of women jailed in the Feminine Prison of the closed Butantã in regimes and half-open, in the period it enters the years of 2001 and 2002. Search to identify individual and collective variable in relation to the jailed women, as well as a description of the institutional dynamics and praxis of a prisional unit destined to the imprisonment of women. It is considered in this study, the importance of the visibility of the question of the woman jailed in the scope of the public politics; the importance of special the criminal execution for the woman, the alternatives of application of penalties, directed mainly to the people who had committed infractions, offence and crimes that do not involve violence acts, beyond think forms of how to the intervention, whitewashing, reintegration and prevention, aiming at to contribute a little beat toward actions come back to the reduction of the culture of the violence, the intolerance, the exclusion, the relapse, the social and jail vulnerability of the women.

Key words: 1. women; 2. violence against Woman; 3. prison; 4. criminality; 5. criminology; 6. Public politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Resumo cronológico dos modelos de encarceramento utilizados	46
Ilustração 2 - Mulher encarcerada (Brasil 2001 / 2004 / 2005)	74
Ilustração 3 - Mulher encarcerada (por %).....	75
Ilustração 4 - Mulher encarcerada (1950 - 2006)	78
Ilustração 5 - Mulher encarcerada na PFB (isolamento, evasão e fugas).....	95
Ilustração 6 - Mulher encarcerada na PFB (por idade)	99
Ilustração 7 - Mulher encarcerada na PFB (por procedência - regiões do Brasil)	100
Ilustração 8 - Mulher encarcerada na PFB (por Estados do Brasil)	101
Ilustração 9 - Mulher encarcerada (Brasil - por 100 mil hb).....	102
Ilustração 10 - Mulher encarcerada na PFB (por nível de aprendizado e escolaridade)	103
Ilustração 11 - Mulher encarcerada na PFB (por nível de ensino - síntese).....	104
Ilustração 12 - Mulher encarcerada na PFB (trabalho anterior ao encarceramento)	105
Ilustração 13 - Mulher encarcerada na PFB (por tipo de atividade exercida anterior ao encarceramento).....	105
Ilustração 14 - Mulher encarcerada na PFB (por atividades mais freqüente exercidas anterior à prisão)	106
Ilustração 15 - Mulher encarcerada na PFB (idade do primeiro emprego)	106
Ilustração 16 - Mulher encarcerada na PFB (por tipo de trabalho exercido durante o encarceramento)	107
Ilustração 17 - Mulher encarcerada na PFB (condição sócio-econômica familiar na infância e vida adulta).....	108
Ilustração 18 - Mulher encarcerada na PFB (qualidade do convívio familiar na infância).....	108
Ilustração 19 - Mulher encarcerada na PFB (por existência ou não de filhos)	109
Ilustração 20 - Mulher encarcerada na PFB (por quantidade de filhos).....	109
Ilustração 21 - Mulher encarcerada na PFB (por idade dos filhos).....	110
Ilustração 22 - Mulher encarcerada na PFB (existência ou não de companheiro (a) ou cônjuge)	110
Ilustração 23 - Mulher encarcerada na PFB (por artigo da condenação)	111
Ilustração 24 - Mulher encarcerada na PFB (por tipo de reincidência)	112
Ilustração 25 - Mulher encarcerada na PFB (por característica do delito)	112
Ilustração 26 - Mulher encarcerada na PFB (auto-avaliação em relação à condenação)	113
Ilustração 27 - Mulher encarcerada na PFB (por motivação para o delito – etiologia).....	113
Ilustração 28 - Mulher encarcerada na PFB (por tempo de prisão na data da entrevista).....	114
Ilustração 29 - Mulher encarcerada na PFB (por anos da sentença)	114
Ilustração 30 - Mulher encarcerada na PFB (por dependência química)	115
Ilustração 31 - Mulher encarcerada na PFB (por tipos de drogas mais utilizadas)	115
Ilustração 32 - Mulher encarcerada na PFB (soropositividade para HIV/ Aids)	116
Ilustração 33 - Mulher encarcerada na PFB problemas de saúde mais freqüentes durante o encarceramento)	117
Ilustração 34 - Mulher encarcerada na PFB (contato com a família).....	117
Ilustração 35 - Mulher encarcerada na PFB (visitas)	118
Ilustração 36 - Mulher encarcerada na PFB (objetivos para com a família / filhos).....	119
Ilustração 37 - Mulher encarcerada na PFB (parecer do laudo psicológico)	119
Ilustração 38 - Mulher encarcerada na PFB (tipos de benefícios judiciais solicitados em relação aos Laudos Favoráveis)	120
Ilustração 39 - Mulher encarcerada (por saída temporária)	121

Sumário

Introdução	12
PARTE I	22
Capítulo 1 - Controle social e punibilidade: refletindo sobre as instituições das técnicas de dominação numa perspectiva relacionada ao conceito de <i>cuidar</i>	22
Capítulo 2 - O período pré-colonial: a diversidade dos costumes.....	32
Capítulo 3 - O período colonial: a moral religiosa	37
Capítulo 4 - O período entre a Proclamação da República até o início de 1964:.....	43
o cientificismo laico positivista.....	43
Capítulo 5 - O período da ditadura militar: o autoritarismo e a segurança nacional.....	49
Capítulo 6 - O período a partir da redemocratização: o neoliberalismo e o estado penal	54
PARTE II.....	65
Capítulo 7 - O encarceramento de mulheres no Brasil.....	65
Capítulo 8 - O encarceramento de mulheres no Estado de São Paulo	76
PARTE III	87
Capítulo 9 - Penitenciária Feminina do Butantã.....	87
PARTE IV.....	98
Capítulo 10 - Análise dos dados da amostra.....	98
Capítulo 11 - Produção bibliográfica sobre o tema (FEUSP)	122
Conclusões, propostas e sugestões	126
Referências bibliográficas	134
 Anexos I - Formulários.....	 .....
Anexo II – Desenhos e Figuras.....	.....

Introdução

Considero que a relevância do tema *mulher encarcerada* para a pesquisa refere-se, principalmente, à necessária articulação interdisciplinar entre os aspectos que envolvem a construção da imagem da mulher, compreendida nos processos de interação social identificados concreta e subjetivamente nos conjuntos dos simbolismos culturais, nas práticas das organizações, na consolidação das dinâmicas histórica, social, política e pedagógica.

As prisões, sob este prisma, se configuram como espaços físicos e representações concretas em que o Estado consolida e legitima uma lógica de pseudo-cuidado enquanto ação de política pública voltada para o controle e a repressão aos desviantes.

Desta forma, as muralhas podem sinalizar para a sociedade ser a prisão uma prática punitiva e pedagogicamente necessária para sua própria segurança e sobrevivência, envolta muitas vezes por discursos retóricos de cuidado maternal e paternalista.

Quando analisada sob um referencial mais crítico quanto às implicações políticas e desmistificadoras, a prisão pode ser vista como um espaço simplesmente punitivo e homogêneo, voltado ao controle e à punição dos desiguais, sejam eles marcados por diferenças de nível sócio-econômico, raça, gênero, nível educacional, acesso à informação, etc...

Ao longo de seis anos de atuação como psicólogo em uma unidade prisional feminina - Penitenciária Feminina do Butantã - em São Paulo, na capital, como parte de minhas funções, entrevistei inúmeras mulheres encarceradas, coletando assim diversos relatos relacionados à auto-reflexão existencial e a auto-percepção frente à condição de mulher encarcerada, narrativas que descrevem a condição de suas formas de interagir com a instituição prisional, depoimentos, muitos deles emocionados, envolvendo suas próprias trajetórias de vida e expectativas após a obtenção da liberdade.

Com este material em mãos, que soma cerca de mil anotações de entrevistas, coletadas no período de 1997 a 2003, surgiu o interesse de dar a ele um tratamento científico que talvez pudesse trazer elementos de compreensão sobre às especificidades do encarceramento de mulheres, ao menos no Estado de São Paulo.

Desta forma, por conta do grande volume de material e buscando a objetividade desta pesquisa, foi definido o recorte e o objeto de pesquisa envolvendo as análises quantitativa e qualitativa sobre o material do período entre janeiro de 2001 e setembro de 2002, envolvendo um total de 353 entrevistas.

Creio que é importante citar que muitos dos conteúdos das entrevistas, das observações e dos recursos de memória para a descrição da dinâmica institucional, para a análise dos dados e para a

redação desta dissertação estão situados no período de minha atuação profissional, ou seja, o período de 1997 e 2003.

Neste sentido, gostaria de citar um texto de Roberto Cardoso de Oliveira - *O trabalho do antropólogo* - (OLIVEIRA, 2000) em que o autor afirma que o ato de escrever está totalmente imbricado ao ato anterior de ver e ouvir, e que retrospectivamente estes são resgatados pelo ato cognitivo da memória, ou seja, o ato de escrever passa a ser uma possibilidade de descrição e mera interpretação de uma realidade vivenciada no passado e resgatada enquanto pretensa verdade no ato de escrever.

Pensando nisto, creio que a melhor estratégia para a produção de uma pesquisa científica fidedigna sobre este objeto de pesquisa, seja assumir primeiramente uma postura crítica e autocrítica enquanto pesquisador frente ao ato de produzir conhecimento e à responsabilidade que tal ato representa.

Desta forma, assumir uma postura intrinsecamente transparente é fundamental, pois isto possibilita a construção de um saber não dogmático, não absoluto e pretensamente universal.

Assim, creio que uma breve descrição da atuação do psicólogo no âmbito prisional seja importante.

Segundo o Artigo 7º da Lei de Execução Penal, o psicólogo integra a Comissão Técnica de Classificação (CTC), que tem como principal objetivo a classificação do preso com vistas à individualização da execução penal.

Subentende-se que o psicólogo possa exercer todas as atribuições reservadas à CTC, tais como “entrevistar pessoas, requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado e realizar as diligências e exames necessários.”

Até a edição da Lei 10792, de 1º de dezembro de 2003, a atribuição do psicólogo no sistema penitenciário se configurava quase que exclusivamente nas práticas de atendimento e entrevistas para elaboração dos laudos psicológicos que subsidiavam o Conselho Penitenciário do Estado e a Vara das Execuções Criminais para progressão de regime, o que equivale dizer que exerciam uma espécie de poder cientificista, e caracterizado por uma relação predominantemente marcada pelo medo ou pela intimidação do indivíduo encarcerado, enquanto *objeto de avaliação* frente ao *saber técnico*, conforme crítica elaborada por Português (2001, p.198):

“No limite, os indivíduos punidos são considerados reabilitados na medida em que se anulam enquanto sujeitos. Esta é a nítida orientação da operação carcerária: sinonimizar indivíduo reabilitado a indivíduo anulado ou mortificado.”

Quanto à utilização deste mesmo material, agora na condição de pesquisador, procurei situar-me conscientemente do papel *a priori* intimidador que minha função representava enquanto agente

institucional (GOFFMAN, 1974) e desta forma busquei realizar uma análise crítica, não somente sobre o material que descreve a história individual de cada uma das quase mil mulheres que entrevistei, bem como a observação e comparação de suas narrativas com conteúdos projetivos:

- produção de desenhos da figura humana (DFH);
- desenho livre e temático representativo de elementos individuais significativos.

Integra também este material de pesquisa, anotações de dados constantes dos prontuários criminológicos das mulheres presas.

Trabalhando desta forma comecei a confirmar o que percebera há muito tempo durante minha atuação e interação profissional: o fato de que, apesar da diversidade e da pluralidade dos conteúdos expressos por cada uma das mulheres entrevistadas, existiam também muitos aspectos comuns vinculados à trajetória individual e familiar.

Além disso, é fundamental mencionar que nos primeiros anos de minha atuação profissional, tive acesso à informação de alguns dados estatísticos que me surpreenderam na ocasião, pois percebi que estava investigando informalmente um universo muito restrito cujos dados apontavam a existência de um número significativamente menor de mulheres encarceradas proporcionalmente ao número de homens encarcerados (DEPEN, 2001).

Quando comparado com o censo populacional brasileiro, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) mostra que desde 1940, no geral, a população feminina se constitui como maioria com tendência crescente em relação à totalidade da população masculina brasileira, sendo que em 1996, a população feminina brasileira somava mais de dois milhões de mulheres em relação à população masculina.

Além do paradoxo representado pela menor taxa de encarceramento de mulheres na população geral e que conduz, necessariamente, ao estudo da criminalidade feminina como algo de interesse científico, em termos de política pública, considera-se importante citar que até o ano de 2001, a Penitenciária Feminina do Butantã era a única unidade prisional feminina de regime semi-aberto no Estado de São Paulo, o que significava que para ela convergiam mulheres encarceradas de todo o Estado.

A oportunidade de transformar um trabalho empírico em um projeto de pesquisa surgiu no primeiro semestre de 2002, com a possibilidade de cursar, como aluno especial, a disciplina *A construção cognitiva, moral e cultural de si mesmo*, no Departamento de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, ministrada conjuntamente pelos professores Ives de La Taille, Maria Isabel Souza Leme e Maria Thereza C. C. de Souza.

Na ocasião, pude conhecer os trabalhos de Carol Gilligan e seu livro *In a Different Voice* (1982) e seu conceito de *ética do cuidado*, assim como o trabalho de pós-doutorado de Ives de La Taille - *Vergonha a ferida moral* - em que ele situa a vergonha como um auto-regulador moral. Maria Isabel Souza Leme e Maria Thereza C. C. de Souza apresentaram outros enfoques frente ao processo de desenvolvimento afetivo e cognitivo do *self cultural*.

Ainda no primeiro semestre do ano de 2002, como aluno ouvinte, cursei a disciplina *O cuidado e a formação moral na Educação Infantil*, ministrada pela Prof^a Dr^a. Thereza Montenegro, também no Instituto de Psicologia da USP, com ênfase na relação entre o cuidado e a moralidade feminina sob a ótica das relações de gênero, possibilitando vários questionamentos frente à produção do saber e às representações construídas a respeito da mulher.¹

Complementando o caminho da busca por subsídios acadêmicos que contribuíssem para a reflexão sobre o objeto desta pesquisa, foi importante a oportunidade de haver cursado, no segundo semestre de 2002, a disciplina *Humilhação social: alguns elementos para o exame psicológico de um sofrimento político*, ministrada pelo professor José Moura Gonçalves Filho, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da USP.

Com este mesmo sentido, cursei ainda as seguintes disciplinas:

1. *Conflitos sociais, direitos e cidadania*, ministrado pela professora Maria Célia Pinheiro Machado Paoli, do Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, da FFLCH/USP;
2. *Tolerância e Educação e Pluralidade Cultural e Educação no Brasil*, ministradas pela professora Roseli Fischmann, da FEUSP.
3. *História do Direito Penal no Brasil*, ministrada pelo professor Miguel Reale Junior.

A bibliografia estudada antes do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação e o conjunto das disciplinas posteriormente cursadas foram importantes para consolidação do tema e do objeto da pesquisa, pois agregaram a este projeto importantes aportes, que se referem às implicações implícitas nas relações de poder e nos conceitos de tolerância, violência, humilhação social, cidadania, conflito e vulnerabilidade social, elementos que, no projeto de pesquisa ora examinado, são fundamentais para a análise da instituição prisional.

A relevância científica que identifiquei para esta pesquisa é a possibilidade de investigar o processo de encarceramento de mulheres no Estado de São Paulo como um elemento de política pública.

---

¹ Estes e outros conceitos posteriormente utilizados nesta dissertação estão melhor explicitados em MONTENEGRO, Thereza. *O cuidado e a formação moral na educação infantil*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001 .

Estatisticamente, as mulheres estão menos sujeitadas à pena de privação de liberdade do que os homens, que representam mais que 95% do total da população prisional brasileira (DEPEN, Abril 2001). Dentro de um universo populacional majoritariamente composto por mulheres, esta consideração nos remete de imediato ao seguinte questionamento: porque o número de mulheres encarceradas é significativamente menor do que o número de homens encarcerados, quando sabemos que as mulheres superam o número de homens em mais de dois milhões de habitantes?

Este questionamento foi feito por Julita Lemgruber no trabalho *Cemitério dos Vivos* (1983), sem que, entretanto, a autora fornecesse uma explicação plausível para o fato.

Apesar do paradoxo que opõe baixa taxa do encarceramento de mulheres em relação ao maior número de mulheres na população brasileira, não foi possível encontrar produção científica que se considere significativa em relação ao tema, ou seja, desde a data da pesquisa de campo realizada por Julita Lemgruber, entre os anos de 1976 e 1978, o que se vê é uma enorme lacuna na bibliografia e na pesquisa científica.²

Após quase 30 anos do trabalho realizado por Lemgruber, deparei-me com uma enorme dificuldade para encontrar bibliografia referente ao tema, o que indica ainda persistir certa invisibilidade da questão do encarceramento de mulheres no conjunto da produção acadêmica e científica.

Em face da ausência de bibliografia e de pesquisas que possibilitem compreender o paradoxo, é possível, pelo menos, enumerar algumas questões como de interesse para a pesquisa científica:

- La Taille (2002, p. 7) lembra que “Alguns estudos clássicos sobre a moralidade apontam que as mulheres são menos morais que os homens.”³
- O mesmo autor formula a seguinte questão: “Será que as mulheres possuem uma *moral diferente* que pelo fato de ser desconhecida de alguns pesquisadores inconscientemente induzidos pela *voz dominante* do mundo masculino, acaba sendo vista como inferior?”⁴

---

² Em 2002, Soares e Ilgenfritz publicaram *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*, originária de uma dissertação de mestrado que retomou o trabalho de Lemgruber sobre o universo prisional feminino no Estado do Rio de Janeiro.

³ Nos seus estudos *Ao sul do corpo*, *Mulheres no Brasil Colonial* e *História das Mulheres no Brasil*, Mari Del Priore defende a tese de que diante da cristianização do ocidente, a mulher foi demonizada, associando-a à idéia de pecado.

⁴ Carol Gilligan (1982, p.16) menciona que “os teóricos da psicologia [...]. Adotando implicitamente a vida masculina como norma, tentaram vestir a mulher com um traje masculino. Tudo recua, evidentemente, a Adão e Eva – uma história que conta, entre outras coisas, que se você faz uma mulher tirando-a do homem, você está destinado a entrar em apuros. Na vida, como no Jardim do Éden, a mulher tem sido a desviante.”

Nancy Chodorow, em *A psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher* (1990), analisa que existe uma interpretação errônea sobre a questão do apego, e da individuação e que necessita ser reinterpretada de forma crítica, refutando a teoria psicanalítica de que a mulher em decorrência do complexo de Édipo desenvolve uma estrutura de “ego mais fraca” do que os homens.

- Carol Gilligan (1982), chega a defender que “a mulher tem como diferencial do gênero masculino o cuidado, a generosidade e a conexão humana enquanto valor ético e moral prioritário”.
- Heleni Saffioti (1979) e Ann Lloyd (1995), em tempos e espaços diferentes, fizeram a mesma pergunta: “Será que este dado quantitativo seria uma decorrência ou reflexo da maior complacência por parte dos agentes de justiça?”⁵
- Estudos de caráter sociológico, de maneira geral, afirmam que “Em razão de um contexto histórico de submissão da mulher e de sua limitada participação na esfera pública, sugerindo-se que muitos de seus crimes se dariam na esfera privada, escapando assim da esfera da justiça, e conseqüentemente das estatísticas?” (DURKHEIM, 1983; RODRIGUES, 1981, p. 124-125; LLOYD, 1995; SAFFIOTI, 1979);

Como se depreende das notas de rodapé, algumas destas questões foram adequadamente respondidas por meio de pesquisas quantitativas e outras por meio do processo reflexivo-dedutivo, mas o paradoxo ainda persiste.

Elaborada de outra forma, a pergunta que interessa a este projeto de pesquisa é: será que as condições do sistema penitenciário brasileiro e as políticas públicas voltadas à proteção dos direitos das mulheres, são eficazes para promover a *ressocialização*, a *reintegração*, a *reeducação* e a diminuição da reincidência das mulheres encarceradas no Estado de São Paulo?

O termo *mulher encarcerada* remete a uma representação individual derivada de um contexto sócio histórico e cultural que atribui à mulher uma série de estigmas e preconceitos que do ponto de vista etiológico, são associados a atos de violência e humilhação, indignação e sofrimento, a partir do qual a mulher pode ser vista, tanto como agressora, ou como vítima.

Desta forma, o processo de estigmatização da mulher no Brasil, e que pode ser caracterizado por triplo estigma – inferior, submissa e pecadora - vincula-se principalmente às representações sócio-históricas, culturais e religiosas brasileiras que se faz sobre ser mulher, submetida no decorrer da história do Brasil, a uma condição inferiorizada e subordinada em relação ao homem (SANTANA DA

Pierre Bourdieu (1999, p.19) em *A dominação masculina* argumenta que o “mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Este programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres,[...]”

⁵ Sérgio Adorno (1995) avaliou o percentual de mulheres e homens brancos e negros que foram indiciados (as) (acusado (as) formalmente pela prática de um crime, processado (as) e que tiveram sentenças finais de prisão nos crimes de roubos consumados (artigo 157, do Código Penal)). Neste estudo, podem-se observar as intensidades das curvas e das trajetórias dos indivíduos, nas quais os homens brancos têm diminuída sua probabilidade de serem condenados e cumprirem, efetivamente, penas de prisão e, em sentido contrário, as mulheres negras são, proporcionalmente, muito mais punidas com prisão do que as demais mulheres e, mesmo, do que os homens negros.

SILVA, 2001; DEL PRIORE, 1995; 2004; SAFFIOTI, 1979). Quando encarcerada, a mulher é vista também como alguém permanentemente culpável ou passível de cometer um novo delito (GOFFMAN, 1988; WACQUANT, 2001).

Finalmente, o terceiro estigma caracteriza-se pela idealização da mulher, que, quando encarcerada, é considerada como a representação contrária e de negação do ideal moral feminino cristão.

Esta negação equivale a conceber a mulher encarcerada como sendo a negação do mito feminino deificado, relacionado à imagem da santa, da virgem no Cristianismo, ou seja, a sombra, a imagem antagônica de uma mulher imaculada, em decorrência do pecado cometido (crime, delito, transgressão, infração) e que na acepção cristã, historicamente se torna passível de mácula e castigo (LARA, 1999; SANTANA DA SILVA, 2001).

Historicamente, é evidente que a junção de duas características humanas - feminilidade e criminalidade - pode suscitar estigmas e marcas de menos valia frente às mais diversas culturas e sociedades (GOFFMAN, 1974 e 1988; DUBY e PERROT, 1990; LLOYD, 1995; ENGEL Apud DEL PRIORE, ano; Montenegro, 2001).

Ser mulher e encarcerada supõe-se estar na condição de estigmatizada. Segundo Lloyd (1995, p.36-37), em duas perspectivas: pela condição de mulher e pela expectativa ética e moral que se tem sobre ela.

Social e juridicamente, ser mulher e encarcerada implica em viver situações de humilhação e de perda do direito de participação política e de livre acesso ao espaço público⁶.

Portanto, a mulher encarcerada fica sujeitada à uma condição de invisibilidade social, privada de direitos para o exercício da cidadania.

Pode-se dizer que, invariavelmente, a mulher encarcerada é repudiada por grande parte da sociedade a que pertence, ficando exposta às condições de segregação social. (SOIHET, 1997, p.365).

Cabe mencionar que a mulher encarcerada, quando deixa de ser invisível, freqüentemente é vista e descrita como patologicamente demonizada e relacionada em geral, a crimes caracterizados como especificamente femininos, tais como infanticídio, aborto, adultério, homicídio (DURKHEIM, 1983, p.124).

De maneira oposta existem inúmeras referências e abordagens em que se discute a condição da mulher vitimada, agredida, violada em seus direitos (BLAY, 2002; SCAVONE e BATISTA, 2000; PIMENTEL e PANDJIARJIAN, 1996).

---

⁶ Conforme Hannah Arendt descreve na obra *A condição Humana* (1981).

Não seria isto talvez uma indicação de que social e culturalmente a construção da imagem da mulher vitimada, ingênua, pura, santa e incapaz de cometer atos tidos como *hedionda seja uma representação coletiva que estimule*, e intensifique ainda mais o estigma que carrega a mulher que comete crime?

Não seria isto reflexo do medo da quebra do mito materno? Da necessidade intrínseca de preservação da imagem da mulher-mãe-avó; não seria talvez a necessidade de reforçar culturalmente, e inconscientemente, a construção e preservação da imagem da mulher cuidadora, da mãe santificada e pura? (LLOYD, 1995, p.36; SAFFIOTI, 1979, p.309).

Seria talvez uma resistência em não admitir a possibilidade de que a mulher ainda que encarcerada, é capaz de ser mãe afetiva, e cuidadora; e em condição de se reabilitar intrinsecamente e socialmente?

Qual o motivo de tantos estudos no campo da criminalidade masculina e tão poucos no campo da criminalidade feminina?

Será que existe uma variável criminológica comum em todos nós homens e mulheres? Ou, ainda, há uma tendência para admitir mais facilmente o erro masculino, com maior tolerância sobre a reabilitação do homem (gênero masculino)?

Este estudo propõe uma visão crítica que não justifica nem banaliza eventuais crimes cometidos pela mulher, nem tampouco defende uma dicotomização sobre a relação entre gênero, e crime, mas refuta as teorias e teses que apregoam ser a mulher moralmente inferior ao homem, menos moral do que ele ou que tenha uma moral diferente da dele, assim como rejeita as teses de que a justiça criminal seja mais complacente no julgamento de crimes cometidos por mulheres e de que os crimes por elas sejam subnotificados pelo simples fato de que estes seriam majoritariamente cometidos na esfera da vida privada.

Descartadas as teorias e teses de caráter estigmatizantes, afigura-se interessante melhor explorar a temática da mulher encarcerada à luz da *ética do cuidado*, enunciado de Carol Gilligan, segundo a qual “a mulher tem como diferencial do gênero masculino o cuidado e a conexão humana como valor ético prioritário” (1982, p.183).

Procedimentos metodológicos da pesquisa

Por meio da descrição de minha atuação profissional em uma unidade prisional feminina, busquei situar-me hermeneuticamente como o pesquisador que partiu da própria prática profissional, para questionar a práxis, e estrutura institucional no que se refere ao tratamento dispensado a mulher encarcerada.

Desta forma, por meio da narrativa, mas sem incorrer na análise institucional, procurei delimitar meu olhar a partir de dentro da unidade prisional, permeado pelo cotidiano de diferentes agentes que interagem com meu objeto de pesquisa. Esta narrativa foi, neste trabalho, contrabalançada, como parte inerente ao meu trabalho profissional, com a escuta de mais de 850 mulheres presas, a partir do pressuposto de que “o modo como às pessoas falam de suas vidas é significativo; a linguagem que utilizam e as conexões que fazem revelam o mundo que elas vêem e no qual atuam.” (GILLIGAN, 1982, p.12)

Embora tenha ingressado no Programa de Pós-graduação no ano de 2004, o material empírico coletado para constituir a base de dados para esta pesquisa foi constituído no período de 1997 a 2002, quando ainda exercia as funções de psicólogo naquela unidade prisional, e consiste em folhas com anotações e desenhos elaboradas pelas entrevistadas, resultantes de entrevistas semi dirigidas realizadas com mulheres então em cumprimento de pena nos regimes semi-aberto e fechado.

A preparação e o tratamento deste material para a pesquisa consistiram em algumas etapas, a saber:

- caracterização da organização, estrutura e funcionamento da Penitenciária Feminina do Butantã;
- caracterização do universo da população a ser estudada (cerca de 850 entrevistas realizadas durante o período de 1997 a 2002);
- definição da amostra a ser efetivamente estudada (seleção de 353 entrevistas semi dirigidas, realizadas entre os anos de 2001 e 2002).
- compilação e tabulação dos dados das entrevistas.
- análise dos dados.

Na Parte I da dissertação, apresento os referenciais teóricos que alicerçam a análise crítica sobre o tema proposto, a hipótese de pesquisa, relacionada ao conceito de *cuidado* e à ação de cuidar, enquanto elementos importantes de auto-regulação humana, bem como da importância deste conceito para desenvolver os temas da tolerância e do respeito à diversidade. Ainda por meio da revisão bibliográfica especializada, apresento um breve histórico da punibilidade, do controle social e do encarceramento de mulheres no Brasil.

Na Parte II são apresentados os dados quantitativos e qualitativos sobre o encarceramento de mulheres no Brasil e no Estado de São Paulo a partir de 1950.

Na Parte III, se faz algumas considerações sobre a Penitenciária Feminina do Butantã, com vistas à apresentação do campo e do objeto de pesquisa mais especificamente.

A Parte IV apresenta o resultado final da tabulação dos dados que subsidiaram a pesquisa, procedendo-se, em seguida, as análises pertinentes, e de um levantamento e resenha bibliográfica de estudos científicos relacionados às instituições totais (prisões), produzidos na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP),

A última Parte compõe-se da bibliografia e anexos contendo formulários que constituem alguns dos elementos de subsídios básicos desta pesquisa; e finalmente desenhos e figuras produzidos por várias mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina do Butantã (PFB) na ocasião.

PARTE I

Capítulo 1 - Controle social e punibilidade: refletindo sobre as instituições das técnicas de dominação numa perspectiva relacionada ao conceito de *cuidar*

Introduzindo esta reflexão relacionada ao à punibilidade e ao encarceramento, é importante citar que os mesmos representam alguns dos inúmeros aparatos de *controle – social punitivo institucionalizado* historicamente conhecido segundo definição de Zaffaroni (2001, p.70).

Esta denominação visa possibilitar uma ampliação da perspectiva de discussão teórica relacionada quanto a função social que a prisão e o encarceramento podem cumprir.

As inúmeras questões que envolvem a história das prisões, conceituadas por Erving Goffman (1974) como *instituições totais* e do encarceramento; nos remete à necessidade de considerar sob um olhar crítico o imaginário contemporâneo existente em torno das instituições prisionais, considerando-o como resultado de um processo de construção sócio-histórico impregnado eventualmente por estigmas, preconceitos e pré-conceitos expressos das mais diversas maneiras, pela mídia, pelos discursos oficiais de governo, pela imágética arquitetônica das prisões, entre outras formas, e que conforme Goffman (1975) descreve um olhar limitado das grandes muralhas, ou *fachadas* destinadas ao confinamento invisível de pessoas sob máscaras rotuladas e indiferenciadas supostamente merecedoras de punição e de incriminação.

Neste contexto, a utilização do termo dominação, enquanto diferenciação em relação ao termo poder e que segundo Hanna Arendt (1985), o “poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo.”

O poder segundo ARENDT (idem), jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido.

Tal contexto implica numa condição de *autoridade* não coercitiva ou imposta pela violência ou pelo vigor. Enquanto que o termo “dominação” se refere a uma condição autoritária, tirana e que envolve o controle coercitivo e imposto pela violência e pelo vigor.

Portanto a *dominação* se refere à pretensão humana de exercer controle, relacionando-a também à suposta necessidade de *previsibilidade*, e que não fica restrita e exclusivamente à dominação de pessoas seres humanos (controle social), mas também ao controle ambiental, e que neste contexto obviamente exclui e diferencia a questão da punibilidade aos não vivos, pois ao inanimado não se atribui, segundo o pensamento ocidentalizado, uma intencionalidade, o que modifica

significativamente a inter-relação de controle e dominação entre seres humanos e outros seres vivos e o ambiente.

Muitas vezes, a punibilidade, é colocada dentro de uma esfera correcional determinada por uma visão educacional positivista, uma visão pedagógica, dita correcional, em que o objetivo é sempre uma condição heterônoma de controle e de intenção de *aprendizagem* direta ou indireta, de cunho exemplar ao outro(s) potencial alvo de punição, do punido.

É interessante lembrar então que existe uma trajetória histórica que mostra a capacidade evolutiva humana de produzir artefatos, instrumentos, métodos e técnicas para inúmeros fins, dentre eles o controle social e ambiental conforme Hannah Arendt (1981) descreveu em seu livro *A condição humana*. Portanto interessa pensar que a punibilidade se relaciona também a este processo histórico e evolutivo de dominação associada à perspectiva da pretensa previsibilidade do comportamento humano e seu controle.

Ao mesmo tempo, é fundamental pensar também que o conceito de previsibilidade se estabelece de forma instrumental frente à tudo que possa ser considerado perigoso, e ameaçador, objetivando sobretudo, a auto-preservação e a sobrevivência humana, e ou também a sobrevivência ou preservação animal ou ambiental.

Nesta relação entre previsibilidade, controle e dominação objetivando a auto-preservação ou sobrevivência, introduz-se a possibilidade de considerar o *cuidar* ou cuidado de *si*, de *nós*, de *ele(s)* ou do(s) *outro(s)*, ou seja, uma abordagem referencial relativista de: a) quem cuida para quem é cuidado; b) de quem deve cuidar ou deve ser cuidado; c) ou ainda de quem quer cuidar e de quem quer ou merece ser cuidado, envolvendo uma inter-relação de cuidado espontâneo ou contingencial, associado ao *querer* ou ao *dever* cuidar.

Ao *querer* cuidar invariavelmente delimita-se um contexto privado ou íntimo, o que equivale ao conceito de esfera privada descrito por Hannah Arendt (idem, 1981), sendo que o *dever* cuidar delimita um contexto mais amplo e que conforme Arendt se refere à esfera pública.

Esquemáticamente optou-se por ilustrar tal perspectiva por meio da seguinte categorização, baseado no termo “receptor do cuidado” (Francês Ricks Apud Montenegro, 2001, p.38-39):

Categorias

O *outro humano*

O *outro animado* (animal não humano)

O *outro inanimado* (ambiente, coisa, objeto)

Condições

a) Receptor de cuidado espontâneo (do *querer* cuidar)

b) Receptor de cuidado não espontâneo (do *dever cuidar*)

c) Não receptor de cuidado (excluído, ignorado).

Nesta categorização, é fundamental especificar que, ao falar de *receptor e doador de cuidado*, pensa-se em categorias de inter-relação numa perspectiva principalmente antropocêntrica quanto ao *doador de cuidado*.

Neste aspecto, prefiro a utilização do termo *emissor de cuidado* ao invés de *doador de cuidado*, em razão da conotação associada à *caridade*, o que no contexto do *dever cuidar* geraria uma profunda contradição conceitual e teórica, já que na esfera do “dever” existe uma relação autônoma ou heterônoma imperativa, uma obrigatoriedade que não se refere a nenhuma forma de favor ou benemerência.

Esclarecida esta diferenciação, a inter-relação entre *receptor e emissor de cuidado*, equivale a pensar em condições múltiplas de *conexão humana* e que segundo Carol Gilligan (1982, p.40) a “conexão humana” se refere a “um laço primário entre o outro e si mesmo”.

Se até aqui foi possível chegar a tal categorização, considero importante situar o conceito “conexão humana” de forma mais ampla. Ao pensar em “conexão” enquanto conceito pode-se remeter ao aspecto epistêmico deste conceito. *Conexão* a nível epistêmico *ontológico* se refere à concepção existencial de *ser* em relação ao *outro*.

Nesta dimensão, toda concepção ou percepção humana só é possível frente ao conceito de *conexão*, ou seja: se todos os fenômenos observáveis só são perceptíveis ou concebíveis, e objetos de fato enquanto aquilo que se denomina *outro*, então temos uma *conexão* implícita enquanto conceito que nos capacita e dá sentido à percepção ou concepção do *outro* e do *si mesmo* enquanto contexto, objeto, pessoa ou ideação, numa condição que diferencia o *eu* do *não eu* observável, percebido, idealizado.

De forma análoga, *conexão* enquanto conceito mais amplo envolve a dimensão que confere o âmbito (a possibilidade) do *existir*, sugere uma *conexão* micro ou macro, intrínseca, ou extrínseca, intersubjetiva ou intra-subjetiva, enfim, tudo só é existente frente a uma *conexão* intencional ou funcional, voluntária ou involuntária, ressaltando que, mesmo frente a um fenômeno não explicável (inteligível), nossa capacidade cognitiva e perceptível está circunscrita à hipóteses onde os paradigmas são construídos frente a um mecanismo que supõe o conceito de *conexão* a priori, como ferramenta ou elemento epistemológico.

Assim, *ser para si*, é *ser intra-conectado (self-regarding)* segundo a expressão de Campbell e Christopher (1996) e conforme La Taille (2000, p. 13), onde a capacidade de perceber-se enquanto *si* -

mesmo nos sugere uma conexão intrínseca, e que se dá pela consideração de que existe um *eu* que é observável por um outro *eu* que observa (eu observador).

Desta forma, estamos pensando em uma característica exclusivamente humana, pois enquanto humanos, temos a capacidade cognitiva (racional e afetiva) enquanto diferencial das outras categorias de *outros*, no qual a conexão não se dá somente no aspecto funcional adaptativo (biológico), mas também nos aspectos intencional envolvendo racionalidade e afetividade, o que nos coloca na condição não só de necessitar, mas também de escolher, desejar, buscar, criar e diferenciar.

Portanto, o *outro afetivamente significativo a mim* (condição “*a*” da categorização descrita) e que no contexto da funcionalidade, da intencionalidade, do dever e do direito, se constitui enquanto o *outro racionalmente significativo a mim* (condição “*b*” da categorização do esquema acima).

Cabe considerar que dentro destas diferentes condições de conexões humanas descritas (condição *a*, *b*, *c*), na condição “*c*” evidencia-se um contexto que implica em uma suposta *desconexão humana*, e que na perspectiva do *emissor de cuidado* se relaciona a uma ação de não consideração do *outro* seu campo de conexão.

Ou seja, nesta condição, não há a consideração do *outro(s)* como existente ou significativo de cuidado nem afetivamente (na esfera do querer cuidar) e nem racionalmente (na esfera do dever cuidar), o que caracteriza a ação e atitude de excluir, de segregar deliberadamente o *outro(s)*.

No contexto do cotidiano existencial é simples exemplificar tal condição, citando a condição das crianças de rua e que vivem em completa condição de abandono nos grandes centros urbanos. Historicamente no Brasil equivale a lembrar da condição das populações indígenas dizimadas, e da condição de escravização da população negra durante o período da *legitimação* da escravidão.

Desta forma, condição “*c*” representa o grupo dos estigmatizados, dos rotulados, dos criminalizados, dos patologizados, dos institucionalizados, dos segregados e isolados socialmente, e em última análise até dos exterminados fisicamente, sendo que o fator determinante para tal enquadre, devem ser percebidos de forma relativizada, pois no decorrer da história humana verificam-se mudanças quanto aos que se *enquadram* neste contexto, dos excluídos, segregados e exterminados.

Cabe refletir, sobre a ação de *negação de conexão*, não envolvendo apenas o *outro(s) ignorado ou efetivamente desconhecido*, mas sim àquele *outro(s)* em que cognitivamente conhecido é racionalmente e ou afetivamente ignorado ou excluído.

Nesta categorização, existe a consideração de um gradiente com diferentes possibilidades de conexão humana, enfatizando que *conexão humana*, se refere à coexistência espontânea, intencional e ou funcional no mesmo espaço e tempo com um outro, conforme especificado na condição “*a*” e “*b*”, e que implica uma abrangência ou dimensão cosmológica, em que as inter-relações envolvem

conexões que determinam a manutenção e a gênese da organização e co-existência animada e inanimada, estabelecendo-se por meio de equilibrações e auto-regulações sucessivas no contexto existencial adaptativo.

Diante do que foi exposto até aqui, o diagrama abaixo visa representar graficamente esta idéia.

Relativização dos “campos de abrangência de conexão humana” em uma perspectiva antropocêntrica do “emissor de cuidado”.

Esta ilustração descreve os *campos de abrangência* relacionados ao *cuidado do outro(s)* afetivamente e ou racionalmente significativo ou não a *mim e ao nós*, ou seja descrevendo dimensões interacionais de conexões numa perspectiva relativista e que envolve a consideração dos aspectos da diversidade, alteridade e pluralidade da condição humana.

Implica também na consideração de aspectos relacionados à cognição e a *identidade* aqui compreendida como elemento que não pode ser dissociado da afetividade e da racionalidade; e que se constitui imerso em um processo de construção sócio-histórico, podendo ser entendida conforme Ives de La Taille (2000, p. 26) “como um conjunto de representações de si”, e que para Jean Piaget (1994) se constituem como um “processo de construção do desenvolvimento moral”, que ocorre por um processo de “descentração” e que envolvem duas dimensões: afetiva e racional.

Segundo La Taille (Idem, p. 79) resumidamente: “a razão fornece o “entender”, e a afetividade produz o “querer””.

Estas duas dimensões estão compreendidas segundo Piaget (1994) em duas fases de desenvolvimento:

- heterônoma: em que a auto-regulação se dá por uma condição externa à pessoa.
- autônoma: em que a auto-regulação se dá intrinsecamente, interior à pessoa, caracterizando um “ideal de justiça”.

Portanto, para Piaget (Idem), e La Taille (2000) *a base efetiva da heteronomia torna-se incompatível com a exigência moral imposta conceitualmente pela autonomia*.

Portanto quando se fala em dominação do *outro(s) humano(s)* relacionado à suposta necessidade humana de previsibilidade, existe um contexto de imposição sempre heterônoma a este(s) outro(s) dominado(s). Ainda nesta condição, o dominado (pessoa) pode ser na perspectiva do dominador alguém afetivamente significativo de cuidado espontâneo o que implica numa ação autônoma e espontânea de “querer cuidar” por parte do dominador em relação ao dominado.

Uma outra situação oposta é da inter-relação em que sem necessariamente *querer* cuidar, o dominador se vê heterônomamente na esfera do *dever* cuidar frente ao dominado, o que sugere uma reflexão específica em ambas as condições, pois no que tange ao controle-social relacionado à punibilidade, existe um contexto geralmente presumível frente ao *ideal de justiça*, de *legalidade*, de *saber*, de *proteção*, de *cura*, educacional ou correccional por parte do dominador, e que numa visão relativista e não maniqueísta, vai muito além de criticamente estabelecer-se uma dicotomia entre o bem e o mau, ou de análises sobre possíveis legitimações e adequações.

Ou seja, neste contexto específico, é relevante pensar que o cuidar enquanto ação neste contexto de dominação fica potencialmente minimizado, inadequado, dissimulado, ou até ilegítimo, portanto considera-se criticamente que tal inter-relação entre dominador e dominado, estabeleceu-se historicamente no contexto brasileiro colonial atendendo a um referencial sempre unilateral controlador, portanto totalitário, já que se circunscreve exclusivamente e freqüentemente verticalmente na perspectiva do dominador.

É justamente nesta esfera que o termo pseudo-cuidado pode ser considerado principalmente quando relacionado às questões do controle-social e da punibilidade.

Exemplificando: (1º exemplo) atualmente cuidar dos recursos hídricos é fundamental à própria sobrevivência, ou seja, é uma condição de contingência em que a água *não pede* para ser cuidada ou preservada, ou seja, nem existe aí um aspecto afetivo implícito; (2º exemplo) no Brasil imperial houve um período em o escravo reconhecido enquanto *coisa*, *propriedade* ou *bem* motivou preocupações inclusive jurídicas e que motivou uma legislação que impunha *pena para furto de escravos*, e a regulamentação quanto aos limites de punibilidade imposta ao escravo, por exemplo, quanto ao “numero máximo de chibatadas” que um escravo acusado de insurreição poderia levar; o escravo ou a pessoa escravizada passou a ser considerada uma *propriedade* conforme descrito por Zahidé Machado Neto (1977), o que sugere uma preocupação estrita de pseudo-cuidado; uma preocupação em preservar o suposto bem material, a *propriedade*, a pessoa objetalizada, coisificada.

Portanto, existem inúmeros dados históricos que nos apontam que a pessoa escravizada no Brasil colônia, era vista como *coisa* ou *objeto* característico de um sistema social e econômico escravocrata.

Nos dois exemplos verificam-se contextos que envolvem intenções instrumentais do *cuidar*, contudo com uma óbvia e nítida diferença entre os dois exemplos, pois não se considera possível sinonimizar um recurso natural, no caso a *água* a uma pessoa (um ser humano); existe um diferencial valorativo.

Ainda que a água seja um elemento vital à vida; coisa é coisa, e não pode ser de forma alguma elevada ao mesmo valor que uma pessoa (ser humano).

Este é, portanto, o paradigma assumido nesta reflexão.

No entanto, existem inúmeros exemplos que nos mostram que pessoas foram e são objetalizadas ou coisificadas como já mencionado, assim, numa inter-relação de dominação vê-se o *cuidado* estabelecendo-se muitas vezes numa perspectiva meramente instrumental, utilitarista, exploratória e predatória.

Neste momento cabe lembrar do *nazismo* como expressão máxima e marco histórico desta lógica explicitamente e implicitamente assumida em sua ideologia de estado e de massa, e que através

de inúmeras técnicas, e estratégias extremamente racionais, promoveu o extermínio de milhares de vidas humanas, principalmente judeus e outras minorias, numa ação instrumental supostamente *necessária* e ideologicamente sustentada no preconceito, no racismo, na eugenia, na xenofobia, na tirania e no totalitarismo.

O sentimento de ódio implicou na possibilidade da consideração racionalizada da ideologia da existência do(s) *outro(s)* não significativo(s) de cuidado, e na conseqüente motivação para o extermínio deste(s) *outro(s)*, supostamente *não significativo* esboçando uma prática extremamente abusiva e brutal de controle-social e punibilidade, conforme comentários de Theodor W. Adorno em *Educação após Auschwitz* (2003).

Traçando um paralelo com o contexto brasileiro, existem considerações e posicionamentos histórica e empiricamente embasados, que consideram que as populações indígenas ao longo da história desde a colonização, sofreram um processo de extermínio gradativo (FISCHMANN; GRUPIONI (Orgs), 2001; MANDURUKU, 2004).

Punibilidade na perspectiva de dominação, de previsibilidade, e controle-social, está relacionada, invariavelmente ao *cuidado* de *alguém* ou de *alguns*, em detrimento do sofrimento de outro(s); desta forma é sempre fundamental as perguntas:

Para cuidado de quem?

Para cuidado de quê?

Quem mereceria, ou deveria se sujeito de direito em relação à ação de ser cuidado?

Em contra partida cabem também as perguntas:

Quem é que deve ou merece ser punido?

Quem pode punir, de que forma, em que medida?

Obviamente existem parâmetros legais, nacionais e internacionais que poderiam embasar respostas para tais questionamentos, podendo ser citada a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 10 de dezembro de 1948, como o principal parâmetro atual.

Cabe considerar agora, que as prisões são espaços físicos e representações materiais, e concretas, em que o estado consolida enquanto ação de política pública, o imaginário repressor, ou punitivo como solução destinada aos *desviantes*.

As muralhas desta forma, podem supostamente representar à sociedade como algo pedagogicamente necessário, envolto num suposto sentimento de proteção e *cuidado* social, e que na realidade muitas vezes se revela como espaços exclusivamente punitivos voltados à segregação e estigmatização dos ditos *desiguais*.

Assim, é fundamental enfatizar o paradigma desta reflexão, que considera inaceitável qualquer suposto mecanismo de controle-social que justifique o extermínio, a exploração ou a não consideração

do *outro(s)* como significativos de cuidado na esfera do *dever* cuidar, baseado como já mencionado na Declaração de 1948.

Equivale dizer que todas as pessoas são e devem ser igualmente consideradas e respeitadas efetivamente como significativas de direito ao cuidado, o que implica numa dimensão qualitativa e paradigmática equivalente à ação do “querer” cuidar ou da ação espontânea do cuidar.

Cabe responder então a pergunta:

Quem são as pessoas punidas com pena de privação da liberdade no Brasil, e como são as prisões onde elas cumprem suas penas?

Atualmente no Brasil existem aproximadamente 374 mil pessoas cumprindo pena de prisão, sendo que 70% destas pessoas, não possuem Ensino Fundamental completo. (DEPEN, 2005).

Segundo Loïc Wacquant, no livro “Prisões da miséria” (2001, p.09):

em 1992, a polícia militar de São Paulo matou 1.470 civis, contra 24 mortos pela polícia de Nova York e 25 pela de Los Angeles. É, de longe, o recorde absoluto das Américas. Essa violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força; tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar; quando a luta contra a “subversão interna” se disfarçou em repressão aos delinquentes. [...] Uma última razão, de simples bom senso, milita contra um recurso acrescido ao sistema carcerário para conter a escalada da miséria e dos distúrbios urbanos no Brasil. É o estado apavorante das prisões do país, que se parecem mais com campos de concentração para pobres, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias servindo para alguma função penalógica.

Diante de todo conteúdo aqui exposto, e assumindo uma perspectiva crítica e sócio-histórica, é fundamental que se considere a inter-relação entre controle-social, punibilidade e o conceito de diversidade, para que se possa compreender e discutir sobre a questão prisional, ou de forma ampliada o sistema penal, principalmente quando se pensa na especificidade da “mulher encarcerada” brasileira e paulista.

Finalizando, a reflexão deste tema na perspectiva do *cuidar* enquanto componente constitutivo do direito, da ética, do dever e da auto-regulação humana, se constitui como uma possibilidade de consolidar a discussão de que o direito e o respeito à diversidade se impõe enquanto elemento fundamental nos mecanismos, instituições, modos e técnicas de facilitação para a convivência social tolerante, mais justa e igualitária e frente ao respeito ao ambiente.

Possibilita também uma reflexão crítica sobre os aparatos estatais de controle e repressão, sobre o sistema penal, e principalmente sobre o *direito de punir*.

Por fim inclui-se a perspectiva da possibilidade de uma transformação, ou de ações transformadoras sob as instituições das técnicas de dominação e pseudo-cuidado, em recursos de controle-social promotores de direito, de tolerância, de respeito à diversidade e do cuidar efetivamente mútuo.

Capítulo 2 - O período pré-colonial: a diversidade dos costumes

Cronologicamente traçando uma evolução histórica, a abordagem neste capítulo nos remete ao contexto dos povos e nações indígenas no período anterior à vinda dos portugueses ao Brasil, e aos aspectos e contexto em que se desenvolveu a preparação do empreendimento de colonização pelos portugueses.

Inicialmente no que tange aos colonizadores portugueses e ao contexto que envolveu o empreendimento colonizador João Dornas Filho (1938, p. 39-40) descreve:

Quando o infante D. Henrique, alçado nos penedos de Sagres, sonhou a evasão de Portugal constringido na ourella do Atlântico, o seu reino se achava reduzido a um montão de destroços irreconhecíveis pelas guerras ininterruptas, que fixaram na alma portuguesa o ideal de expansão que iria ser a sua glória eterna.

Esvahido pelas convulsões intestinais, as finanças em desordem e a constante ameaça de Hespanha a rondarlhe os passos hesitantes, Portugal, pelo seu príncipe, só descobria salvação no heróico arremesso para o desconhecido, que se abria à sua frente grande e insondável como a alma da raça...

Mas, esse arremesso para o Oceano, essa evasão para o desconhecido e para a glória exigia dinheiro, muito dinheiro – e esse o Reino delapidára todo em monterias de revanches e conquistas.

Entretanto, como si a alma da pátria velasse pelo destino de Portugal, o doce e lyrico D. Diniz ascenava no fundo do século com os despojos dos templários – A Ordem de Christo, opulenta e poderosa, que o papa João XXII confirmara em 1319 a instancias do rei-poeta, seu fundador.

D. Henrique dispunha como grão-mestre, de todos os seus imensos cabedaes, e não lhe foi difficil desvialos para o custeio dos descobrimentos, mediante o senhorio e padroado (grifo meu) das terras descobertas. E foi assim que a Cruz de Christo distendeu os seus braços sobre as caravellas, e, num século apenas, estreitou nesse amplexo de glória dois terços do mundo até então desconhecido...

Mas a promessa de D. Henrique não iria ser cumprida. D. João I, subindo ao throno ainda vacilante de Portugal, obteve do papa Bonifácio IX a outorga, por si e seus successores, do exercício pleno do padroado, pela bula “Eximiae vestrae devotionis”, de 1 de agosto, o que representava em 1481 a união pessoal e perpetua do grão-mestrado á coroa, inicio do espantoso poder absoluto dos monarchas portugueses e também das luctas e discórdias que sempre assignalaram as relações do padroado com as forças em declínio do poder temporal do Santo Padre.

Ainda segundo Dornas Filho (Idem, p.17)

No Brasil, que herdára de Portugal esse regime de opressão que tantas angustias inflingiu á Igreja, a luta dos dois poderes nasceu com a colonização. A corôa, reconhecendo a necessidade de uma política de largas condescendências em benefício da conquista, chocou-se desde logo com o espírito de catechese (grifo meu) admiravelmente creado pelos jesuítas que, plasmados pelo gênio da Ordem, exigiam, sem a necessária plasticidade, o rude cumprimento de um dever impossível num paiz de milhares de léguas a povoar.

E foi o inicio da luta que encheu de sobresalto e de sangue o período da conquista, até mesmo depois do advento de Pombal.

Ainda conforme citação de Dornas Filho (Ibidem, p. 15): o padroado no Brasil foi extinto determinando a separação entre Igreja e Estado em 07 de janeiro de 1890 pelo artigo 4 do decreto 119-A, e consagrado em definitivo na Constituição de 1891.

Anna Maria Moog Rodrigues, em *Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados* (1981, introdução p. 3) traz outra citação mais atual e também importante que revela o momento histórico pré-colonial e a relevância do padroado e do papel da Igreja no projeto de colonização, citando:

O Brasil foi descoberto e colonizado sob o signo da cruz de Cristo. Ao rei de Portugal havia sido concedido séculos antes o direito do Padroado. Consistia esse direito em uma série de concessões feitas pelo Papa para manter o movimento em favor da salvação das almas. Este começou com uma cruzada contra os turcos e teve prosseguimento através da conquista do Novo Mundo.

O projeto de colonização envolvia uma conciliação de interesses entre a igreja Católica e a monarquia portuguesa, e a vinculação entre igreja e estado e o reconhecimento da fé católica como religião oficial.

Desta forma o projeto colonial envolvia a motivação religiosa e econômica, e que no ideário católico significa o cumprimento de uma ordenança divina de evangelização dos povos e nações, e a imposição do controle do comportamento humano, da sexualidade e de um modelo hegemônico de família monogâmica, patriarcal, e obediente à moral cristã e aos sete sacramentos (batismo, crisma, eucaristia, confissão, extrema unção, ordenação, matrimônio).

Portanto, anterior à efetivação do projeto de colonização do Brasil, e das tentativas posteriores de catequização, escravização e civilização dos índios, é fundamental lembrar que existiam organizações sociais, comunidades e povos que aqui habitavam e que sofreram as imposições e coerções colonialistas, desta forma, cabe aqui especificar melhor como era este período ainda sem tais imposições e coerções.

Primeiramente é importante considerar que a cultura e a tradição dos povos indígenas no Brasil, são transmitidas, geralmente, de forma oral (narrada, contada ou cantada); assim para retroceder ao período proposto (pré-colonial) optei por utilizar textos produzidos pelos próprios herdeiros remanescentes destes povos e nações, e pela reflexão sobre estudos e textos de pesquisadores reconhecidamente como especialistas nas questões indígenas. Outro aspecto a esclarecer é que, apesar deste tema não ser o foco central deste trabalho, e em razão disto ser tratado aqui de forma breve, devo ressaltar que tal abordagem possibilita-nos com certeza à uma compreensão mais organizada e ampliada sobre os processos evolutivos que se referem à estruturação do sistema de controle-social e penal luso-brasileiro e brasileiro.

Adentrando portanto ao tema, é imprescindível especificar o posicionamento sobre a concordância e o reconhecimento dos “povos indígenas como sujeitos históricos, habitantes tradicionais de parcelas do território nacional, portadores de tradições e culturas próprias[...]” conforme descrito no livro “Povos indígenas e tolerância” (FISCHMANN; GRUPIONI (Orgs), p.31).

Lúcia Fernanda J. Kaingang (MANDURUKU, 2004, p. 08) advogada e pesquisadora em seu artigo “O conhecimento tradicional e os povos indígenas” cita:

As sociedades indígenas brasileiras, originariamente, não possuíam escrita [...], embora não sejam ágrafas como se tem afirmado, inadvertidamente[...]

Portadores de tradição oral, cada um dos 230 povos indígenas que falam 180 línguas diferentes, possuem complexos sistemas legais que obedecem a princípios análogos ao direito costumeiro.

No mesmo artigo (idem, p.12), a autora menciona que em São Luiz / MA, no mês de dezembro 2000:

Na carta de São Luiz, subscrita por Pajés e Lideranças indígenas de diversas regiões do Brasil, os conhecimentos tradicionais são referidos como parte integrante e indissociável de cada cultura indígena: [...] Nossos conhecimentos da biodiversidade

não se separam de nossas identidades, leis, instituições, sistemas de valores e da nossa visão cosmológica como povos indígenas [...].

E finalmente no mesmo artigo e página “Kaingang” (Ibidem) menciona que:

A transmissão e a socialização de informação nas culturas autóctones do Brasil obedecem a critérios peculiares a cada nação indígena, em conformidade com seus respectivos valores culturais, espirituais e em harmonia com seus sistemas de organização social e jurídica. Para os povos indígenas, habituados ao direito ditado pela tradição, é inaceitável a idéia de uma lei válida para todos, que não seja conhecida e aprovada por todos, pois não será respeitada ou cumprida; logo será ineficaz. (grifo meu).

Florestan Fernandes (1964 e 1951), enfatiza os processos de organização social indígena vinculados à um processo de iniciação e ritos de transmissão das tradições indígenas, que se dão na interação cotidiana entre as experiências e acúmulos de conhecimento e informação dos membros mais velhos da comunidade aos mais jovens, constituindo assim um processo complexo “educacional” e que talvez em nosso contexto atual brasileiro, ocidental se equivaleria à conjunção da educação formal com a informal.

Inexiste uma dissociação entre as esferas institucional formal e não institucional (informal), o que talvez fosse uma aproximação possível com a definição de “autoridade” mencionada por Hannah Arendt (1972) em que a autoridade se refere ao reconhecimento da tradição, transmitida pela vivência e experiência dos mais velhos (anciãos), e não por mecanismos coercitivos de obediência, portanto citando Arendt (idem, p. 129):

Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é de maneira comum confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou.

Desta forma é possível enquanto hipótese, que considerando individualmente cada nação indígena; existiam condutas de obediência a critérios peculiares, o que possibilitava uma legitimidade e um reconhecimento das leis, obrigações, e direitos, aprovada por todos os membros de cada comunidade específica.

Obviamente considerando-se atualmente a idéia de estado nacional, tal organização social representaria um problema, conforme apontou Florestan Fernandes (1964 e 1951) sobre a importância do papel da guerra para as comunidades indígenas.

Concluindo, pode-se dizer que existem nítidos elementos que apontam que as comunidades ou nações indígenas, possuíam inúmeros mecanismos de controle e organização social peculiar à cada povo e nação indígena, o que configurava a existência de formas organizativas tanto à nível social como jurídicas.

Neste período, portanto, não havia uma organização hegemônica considerando-se o conceito atual de nação brasileira; o que veio a ser concebido posteriormente numa concepção religiosa, imperial e colonialista.

Desta forma a característica do período pré-colonial no que tange as questões abordadas até aqui, apontava em relação às populações indígenas, uma diversidade de costumes e que envolviam leis e formas de organização social e jurídicas marcadas e legitimadas pela tradição, pela cultura ritualística, pelos mitos pela iniciação dos mais jovens pelos mais velhos, características que envolviam o conjunto das inúmeras nações e povos indígenas habitantes no que hoje podemos denominar por território brasileiro.

Em relação ao referencial dos *pré-colonizadores*, existia em contraste à forma de organização indígena, uma condição hegemônica constituída por normas religiosas e jurídicas, e que denotavam uma extrema diferença entre as culturas Ibérica e Indígena, sul-americanas, e que no decorrer do processo histórico de colonização irá resultar em inúmeros conflitos e estratégias de controle e punibilidade por parte do *colonizador* que em parte será abordada em outros contextos específicos.

Capítulo 3 - O período colonial: a moral religiosa

Segundo Rita Heloisa de Almeida (1997, p.52), o termo “colonização compreende toda a ação que foi colocada em prática pelos portugueses para assegurar a posse e a expansão das terras do Brasil, desde sua descoberta até a emancipação política” e que envolvem os “aparelhos jurídicos, políticos e administrativos do empreendimento de colonização.”

Cabe acrescentar que tal empreendimento, envolvia interesses religiosos de evangelização, moralização e expansão do cristianismo católico por meio do “padroado régio” (SANTANA DA SILVA, 2001, p. 48).

O período colonial se caracteriza por ser um período de maior aproximação cultural ao nosso contexto contemporâneo, e, portanto a importância de abordar este período é imensa, já que é no contexto do colonialismo e do império que se consolidam muitas ou inúmeras das instituições, valores, representações e imaginários que ainda hoje norteiam muitas lógicas, pensamentos e contextos *naturalizados*, e que deram e ainda dão sentido e legitimação às nossas organizações e instituições: familiares, sociais, políticas, jurídicas, econômicas e penais. (NEDER, In KALOUSTIAN (Org), 1994 p. 27).

Quando se fala em controle – social e punibilidade no período colonial a questão central é a moral religiosa cristã, representada especificamente no Brasil pela fé e instituição católica apostólica romana, e que conforme mencionamos (padroado), trouxe consigo elementos norteadores do processo de colonização, controle e organização política, econômica e social ao Brasil.

Relacionado a isto Porto (2000, p. 495) menciona que: “promulgadas em 11.01.1603, durante o reinado de Felipe II de Portugal, as Ordenações Filipinas, sob o aspecto prático, foram o primeiro diploma legal a vigorar em território brasileiro.”

Historicamente a maior referência legislativa específica quanto às questões da punibilidade, do controle dos comportamentos e da instituição de uma ordem social brasileira, está no “Livro V das Ordenações Filipinas”, e que segundo Zahidé Machado Neto (1977, p.31- 40) o “Livro V” foi um:

[...] produto do absolutismo no poder e legislação eminentemente nacional (Português) vivamente influenciada, ainda pelo autoritarismo (grifo meu) do direito romano, [...].
Elaboradas em franco período colonial, os dispositivos das ordenações, e no que nos toca em especial, os dispositivos do Livro V – a parte penal – foram estruturados dentro da realidade imperialístico-colonial do mundo ibérico. Acrescenta-se ainda o rescaldo do passado medieval e das conseqüências de uma sociedade estamental e ardorosamente beata.[...]

Do ponto de vista institucional, as Ordenações Filipinas (o seu Livro V) regulamentaram nossa vida (brasileira), na esfera penal (grifo meu) – salvo naquelas partes já alteradas antes da independência, e logo após o 7 de setembro, mediante decretos especiais – até 16 de dezembro de 1830 (grifo meu), quando é promulgado o Código Criminal, o primeiro código penal brasileiro. [...]

O Livro V, chamado pelos historiadores e comentadores de “catálogo das monstruosidades”, código bárbaro, incumbindo-se do direito penal e respectivo processo, é um bom reflexo do absolutismo colonialista, da justiça beata e ritualística, da indiferenciação de princípios religiosos, morais e propriamente jurídicos. As esferas normativas se entrelaçam como se pretendesse alcançar num nível de abarcamento total, todos os aspectos da conduta humana, cujo controle se faz ali de modo desproporcionado e preciosamente minudente. Crime e pecado se confundem, e as penas, se não têm o caráter privativo da vindita, muito dele se aproximam, [...].

O sentido expiatório das penas, entendidas como verdadeira retribuição, quase sempre desproporcional ao mal causado, aproxima em muito a punição penal da penitência religiosa. Se, como se podem observar, os delitos são alinhados de acordo com a importância de sua gravidade, a heresia e a apostasia são os maiores dos crimes. A política das Ordenações Filipinas, expurgando a influência do direito canônico, não representou o afastamento do cuidado na observância do comportamento religioso e do trato com as coisas que direta ou indiretamente se ligavam à Igreja e a religião.[...]

O Estado atua, assim, como fiel guardião do sagrado, punindo toda e qualquer conduta que implique em desrespeito à divindade e/ou à santidade, as quais são consideradas portadoras de crenças, da fé e da verdade. [...]

A discriminação, que é mais comum, vai, em muitos casos além da condição social, quando refere diferenças raciais e culturais. [...] A discriminação e mesmo o confinamento são usados como meios de excluir do convívio da população a gente estranha, de costumes exóticos. [...]

Os escravos, por sua vez, pretos ou brancos não podem “viver por si”. Faz-se mister que tenham senhor, e dele dependam.

Portanto as “Ordenações Filipinas” e em especial seu Livro V, impuseram para a sociedade colonial, uma configuração escravocrata, hegemônica, estamental, patriarcal, religiosa e absolutista, em que a figura do rei era executora de uma lógica moral diretamente regida pela Igreja Católica Apostólica Romana, com suas doutrinas moralizadoras, seus dogmas e sacramentos que objetivavam impor um controle e domínio sobre os comportamentos humanos.

Cabe ainda lembrar que, “O Juizado Eclesiástico” existia também enquanto mecanismo de controle, dominação e punibilidade, regido pelo direito canônico e que conforme Silvia Hunold Lara. (1999, p.55):

O tribunal eclesiástico mais importante era o do santo ofício ou inquisição, criado em Portugal em 1536 e extinto com a revolução de 1820. No Brasil, seu funcionamento foi suspenso com o artigo IX do Tratado de 1810, assinado na Inglaterra.

Segundo Santana da Silva (2001, p.73), “o Juízo Eclesiástico foi um dos importantes instrumentos de punição do clero e dos leigos no Brasil colonial.”

Ainda dentro desta perspectiva dos instrumentos legislativos penais, ainda que em breve período verifica-se historicamente a existência de outro mecanismo de controle social denominado “O diretório dos Índios”, conforme Almeida (1997, p.22), e que se tratava de “um plano de civilização de índios e, ao mesmo tempo, de um empreendimento colonizador.”, e que regulamentou tal empreendimento colonizador dirigido aos índios, entre os anos de 1757 e 1798.

Neste percurso histórico legislativo, o período colonial culmina com a promulgação do código criminal imperial em dezembro de 1830 segundo Zahidé Machado Neto (1977).

O referido código de 1830 foi resultado da primeira constituição brasileira, outorgada em 25 de março de 1824, reflexo da filosofia liberal e do pensamento iluminista, e que “no seu artigo 179, XIX, aboliu os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis.” (Porto, 2000).

Segundo Michel Foucault (1983, p.16), a “marca de ferro quente” só foi abolida na França em 1832, e na Inglaterra em 1834.

Apesar do avanço, até o período crepuscular do regime imperial no Brasil não houve modificações quanto à estrutura sócio - política e econômica escravocrata e estamental brasileira.

Portanto, é fundamental perceber que, conforme escreve Roberto da Silva, por mais de três séculos construiu-se coercitivamente, uma lógica moral religiosa e jurídica de dominação e punição sobre um “protótipo do possível violador de direitos, sobre a pessoa não-branca, não-cristã, não-proprietária e não-letrada.” (2004, p.290), acrescentando-se também neste protótipo do possível violador de direitos a condição da estigmatização moral da mulher descrita por Emanuel Araújo (DEL PRIORE, 2004, p.45 – 77).

Segundo Foucault (1983, p.14-21), entre o final do século XVIII e o começo do XIX:

A festa de punição vai se extinguindo [...], a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício [...]

A execução da pena vai-se tornando um setor autônomo, em que um mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal estar por um enterramento burocrático da pena. [...]

Pois não é mais o corpo, é a alma. A expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, à vontade, as disposições.

O pelourinho edificado sempre numa praça central era o símbolo da autoridade e da justiça régias, no pelourinho eram punidos os criminosos e escravos, ali eram lidos proclamas e determinações pelas autoridades, impondo uma relação de poder coercitiva e de intimidação. (LARA, 1999).

Lara (idem, p.26) descreve que um jesuíta italiano baseado em suas experiências na Bahia na última década do século XVII advertia os senhores de escravo dizendo:

O escravo calejado com o castigo já não o teme; e por que o não teme não lhe aproveita. Por isso, recomendavam correntes e grilhões por algum tempo e, principalmente, açoites moderados, variando na duração do tempo e não na intensidade (trinta ou quarenta hoje, outros tantos daqui a dois dias, daqui a outros dois dias outros tantos). Inscrevendo no corpo do escravo a lei do domínio senhorial, o castigo físico exemplar exibia seu poder a todos os presentes ao suplício e, infundindo temor, produzia em todo o plantel a obediência e sujeição a seu senhor.

Finalizando a questão dos rituais de punição e suplícios, um outro exemplo histórico ilustrativo do período do Brasil colônia, é a condenação de Joaquim José da Silva Xavier (“Tiradentes”) e que Lara (Ibdem, p.27-28) descreve:

[...] foi condenado a ser conduzido pelas ruas, com baráço e pregão, até o lugar (patíbulo) da forca para que “nela morra de morte natural para sempre”; depois de morto sua cabeça seria cortada e levada a Vila Rica, para ser pregada em um poste alto “no lugar mais público dela [...] até que o tempo a consuma”; o corpo, dividido em quatro quartos, também seria pregado em postes pelo caminho de Minas, onde o réu estivera, “até que o tempo também os consuma”. A sentença também declarava o réu infame, assim como seus filhos e netos; e seus bens foram confiscados e a casa em Vila Rica arrasada e salgada, para “que nunca mais o chão se edifique”, levantando-se no lugar um padrão pelo qual se conserve em memória a infâmia deste abominável réu. [...].

A sentença foi integralmente cumprida com vivas a rainha, missa solene de ações de graças, e cântico, ficando a cidade do Rio de Janeiro iluminada por três dias e três noites seguidas. Eis aqui o ritual de mil mortes em toda sua plenitude: [...]

A sentença definitiva que deu legitimidade a tal ritual, foi proferida pelo tribunal da Relação do Rio de Janeiro em abril de 1792.(op.cit., p.26).

No período colonial brasileiro a pena de privação de liberdade era adotada seguindo-se o conceito da “prisão mediante reclusão em celas monásticas”, relacionada à prática penitencial religiosa do direito canônico, sob o elemento da subjetividade humana e que via no delito e no pecado a escravidão, e na pena a libertação, adotando neste caso o instituto do asilo nos templos. (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2001, p.191).

Segundo Wilson Edson Jorge (2000 p.22-25):

No Brasil, até o século XIX, o edifício da prisão fazia parte do edifício da câmara.... Nas Casas de Câmara e Cadeia esta relação de poder era muito forte e tornava-se extremamente evidente por estar contida em um mesmo edifício... As Casas de Câmara e Cadeia possuem uma importância maior que somente o abrigo de certas atividades, elas são a síntese da relação de poder exercida pelo governo.[...]
As prisões localizadas no andar térreo eram conhecidas como enxovias.

Ainda segundo Jorge (idem, p.23):

A responsabilidade que a autoridade assumia em relação ao réu resumia-se a julgá-lo culpado ou não. No caso do cumprimento da pena, acabavam-se as preocupações, os detentos dependiam da caridade pública ou de instituições filantrópicas para comer, vestirem-se e receberem remédios. As Câmaras forneciam alimento aos presos somente em dias festivos, quando os alimentos eram colocados em carros e desfilavam pelas ruas acompanhadas pelas autoridades.
A partir da lei de 15 de dezembro de 1830 os governos passaram a destinar verbas para a alimentação de presos pobres, suspendendo as esmolas das sociedades de caridade.
A cadeia era o apoio do regime; penas corporais eram previstas pelas mais simples atitudes [...] As funções da Câmara eram exercidas sem remuneração. Prisão e multa eram os artifícios de coagir os munícipes a exercer estas funções.

As Casas de Câmara e Cadeia localizavam-se no local principal das cidades, na praça central ou no mercado. Elas possuíam quase sempre dois andares: o térreo destina a prisão e o superior às atividades da Câmara. Uma das grandes preocupações quando se erguiam as vilas era sua localização, do pelourinho e da Igreja. O pelourinho simbolizava maior status para o núcleo urbano, [...]

Observa-se que praticamente na totalidade do período colonial a moral religiosa exerce um papel decisivo na institucionalização de mecanismos de controle social, de punibilidade e das penas de privação de liberdade, e que, portanto, ainda que de forma legislativa, o padroado régio seja posteriormente revogado, as estruturas familiares, sociais, jurídicas, econômicas e políticas foram solidamente determinadas e consolidadas neste período.

Sugerindo desta forma, que sua legitimação se perpetua no contexto brasileiro, e está imbricada de forma capilar nas representações e imaginários de cada pessoa, por meio dos rituais litúrgicos, dos ritos de iniciação e confirmação religiosos (eucaristia), das manifestações culturais, dos simbolismos materiais e imateriais; nas práticas educativas, institucionais penais, nas formas de pensamento e julgamento, dos princípios e valores que permeiam e configuram nossa identidade individual e coletiva.

Capítulo 4 - O período entre a Proclamação da República até o início de 1964: o cientificismo laico positivista

Iniciando este período é fundamental mencionar que houve uma importante ruptura com o fim do reconhecimento do padroado pelo governo republicano, o qual movido pela ideologia liberal e laica separou igreja e estado. Este movimento teve seu início já no regime imperial, motivado por transformações econômicas substanciais regidas pela revolução industrial, pelo desenvolvimento técnico-científico.

Segundo Miguel Reale Junior (1983, p. 10):

A pena de prisão foi adotada como principal instrumento do Direito penal, dado a abolição da cominação das penas de morte e corporais, pela maioria das legislações [...] A convicção do caráter humanitário da privação da liberdade, frente aos suplícios aplicados pelo Direito das Ordenações, bastava para apaziguar a consciência dos Técnicos do Direito penal.

Destarte, a privação da liberdade que até os fins do século XVIII era medida de caráter processual, perdura até hoje como a principal forma de sanção penal.

Transformações sociais, políticas, econômicas e culturais emergiam rapidamente, contudo no campo penal, no campo da exclusão, da estigmatização e da dominação o que antes era legitimado em grande medida pela moral religiosa, passou a ser legitimado também pelo positivismo científico com suas vertentes patologizantes, psicometristas, tayloristas, eugenistas, economicistas entre outros, além do autoritarismo do estado que em alguns períodos configuraram verdadeiros regimes ditatoriais.

Segundo Roberto da Silva (2004, p. 290), conforme já citado, “O código criminal do império [...] e depois o código penal brasileiro de 1940, foram concebidos para punir a violação dos direitos previstos no código civil, enunciando, igualmente um protótipo do possível violador de direitos”.

E que segundo o Autor manteve o estigma histórico sobre o “cidadão não branco, não cristão, não proprietário e não letrado”.

O modelo ideal de cidadão era daquele que de certa maneira também era visto de forma privilegiada no período colonial.

O trabalho passou a ser sinônimo de realização pessoal, de liberdade, de auto-estima e seu papel enquanto mecanismo de controle social utilizou a punibilidade de outrora.

À pessoa negra não mais escravizada, livre, cabia na divisão do trabalho praticamente as mesmas atividades exercidas no regime escravocrata, à pessoa Indígena cabiam o rótulo de vadiagem, de ociosidade, de inferior intelectualmente assim como o negro. A eugenia, o fascismo, o nazismo adentraram pelas portas do cientificismo tecnicista, ampliando substancialmente os argumentos racistas, preconceituosos e intolerantes.

O Trabalho e a educação passaram a serem utilizados, como meio de reabilitação para os “mendigos validos, do sexo masculino, vagabundos ou vadios, capoeiras, ébrios habituais, jogadores, ladrões, dos que praticavam lenocínio, e dos menores viciosos,[...]” (conforme art.48 do código penal de 1890).

No artigo 49 do mesmo código “a pena de prisão disciplinar será cumprida em estabelecimentos industriaes especiaes, onde serão recolhidos os menores até a idade de 21 anos.”

Neste período se dá a passagem da autoridade sobre as instituições totais (Goffman, 1974) da igreja para a medicina, do saber e da moral religiosa, para o conhecimento laico e científico, é neste período que a psiquiatria assume as decisões sobre as instituições totais (manicômios, prisões, orfanatos), neste período o pensamento higienista predomina como diretriz para as políticas públicas de saúde, penais, e sócio-educacionais.

Segundo Ana Maria Moog Rogrigues (1981, p.11) “ao período imediatamente posterior a proclamação da república, [...] o catolicismo perdeu a situação de religião oficial e se viu ameaçado pelo positivismo dominante, pelo avanço da evangelização protestante e espírita e, sobretudo, pela mentalidade laicizante.”

Conforme Miguel Reale Junior (1983, p. 09):

A escola técnico-jurídica italiana que até bem recentemente exerceu forte influência sobre o direito penal brasileiro, delineou-se em 1910, por meio de Arturo Rocco. Direito penal estritamente relacionado ao tecnicismo jurídico de caráter científico. Tendo por objeto de estudo o Direito positivo.

Com o código penal de 1890 sob forte influência das escolas positivistas criminológica e técnico-jurídicas principalmente italianas de Rocco, Lombroso, e Ferri, viu-se posteriormente implantar um sistema penal em que a pena de privação de liberdade passou a constituir a principal forma de punibilidade.

Sob a influência de diversas experiências penitenciárias européias (Foucault, 1983) inicia-se a consolidação do sistema penitenciário no Brasil, e que desde as primeiras décadas do século XIX já despontava como objeto de interesse das discussões legislativas. (Jorge, 2000. p. 34). Com o aval do

código penal de 1890, a prisão se constitui como a principal forma de punição no Brasil. (SALLA, 1997, p. 14 – 15)

Segundo Fernando Afonso Salla (1991, p.23 – 24):

A prisão tornou-se a forma principal de punição nas sociedades ocidentais a partir do fim do século XVIII e início do XIX, pondo em desuso, gradualmente, as várias penas de execução capital e de punição corporal. O açoitamento, a marcação com o ferro, a forca, o esquartejamento, ainda que muitas vezes permanecessem no âmbito da legislação penal, saem da cena principal dos espetáculos punitivos em favor da prisão. Esta, até então vinha desempenhando uma função basicamente de deter indivíduos que aguardavam decisões judiciais ou que ali deveriam permanecer por razões políticas, religiosas ou familiares, [...]

O triunfo da prisão, em relação às demais formas de punição que no final do século XVIII seriam propostas, por exemplo, por Beccaria (grifo meu), entre outros, se deve sobre tudo à sintonia que ela mantém com a sociedade em formação naquele período: Ela priva a liberdade considerada um bem nesta sociedade; apresenta-se como um castigo igualitário, quantificando a pena de acordo com a variável do tempo; coloca-se como aparelho de transformação dos indivíduos, utilizando-se de mecanismos que se encontram no corpo social como o quartel, a fábrica, a Escola.

Segundo Michel Foucault (1984), é na prisão que se dá o processo de transformação da punição em técnica penitenciária, ampliando-se e permeando gradativamente à sociedade como um todo.

Neste período o penitenciarismo brasileiro se estrutura alicerçado na pretensa técnico-científica, a psiquiatria e a criminologia institui o conceito de “instituto de regeneração” para as instituições totais e que conforme Salla (idem, p. 237-238):

Aos olhos da teoria positiva, recolher um criminoso à prisão sem a perspectiva de aplicação de um tratamento específico às suas características físicas, biológicas, sociais e psicológicas, era submetê-lo a uma violência que o “progresso” da criminologia, de mãos dadas com a ciência, não mais poderia suportar. É neste sentido que vamos encontrar a atuação das prisões em São Paulo, nas primeiras décadas deste século.(século XX), envolta neste discurso da regeneração do criminoso, que poderia ser alcançada por meio dos instrumentos que a ciência então fornecia [...]. A antiga penitenciária e a cadeia pública podiam funcionar de certa forma à deriva, como remanescentes anacrônicos do Império. Mas a penitenciária do Carandiru, forjada e construída no embalo do progresso material que o Estado esbanjava, na volúpia de ditar

o rumo que deveria seguir a vida nacional, não poderia deixar de estar ajustada ao pensamento criminológico que era tido como a vanguarda na questão do tratamento penitenciário. A organização administrativa e das atividades gerais da penitenciária se colocariam como exemplares e tidas como expoentes da racionalidade.

Nesta citação o autor se refere a Penitenciária do Estado que segundo o próprio teve sua pedra fundamental lançada em 1911 e inaugurada em 1920, e que se constitui como o maior empreendimento público no Estado de São Paulo.

Cabe aqui um breve resumo cronológico referente aos espaços e instituições destinados à privação de liberdade, ao controle social e punibilidade dentro de suas variantes históricas no Brasil:

Ilustração 1 - Resumo cronológico dos modelos de encarceramento utilizados

Período	Características
Período colonial, até aproximadamente o ano de 1840	Casas de Câmara e Cadeia, Santas Casas de Misericórdias, Conventos
A partir do ano de 1850 até 1910 aproximadamente	Casas de Correção e Colônia Correcional Manicômios (Hospícios) aos "alienados e marginais", Instituto Disciplinar (para menores "delinquentes")
A partir do ano de 1910	Penitenciárias

(Fontes: SALLA, 1997; BARBOSA, 1992; COUTO, 1994)

Ainda no início do período republicano brasileiro, segundo Rosana Machin Barbosa (1992, p. 06) "o atendimento psiquiátrico no Brasil surgiu à sombra das Santas Casas de Misericórdia, em suas enfermarias ou em asilos sob sua administração."

Referente ao mesmo período, segundo Rita Cristina Carvalho de Medeiros Couto (1994, p. 24):

A psiquiatria, influenciada pela eugenia, ao tentar moldar a normalidade social, idealizou o movimento de higiene mental..., que deveria se ocupar não só da saúde psíquica do indivíduo, mas também de toda a sociedade. Movimento, esse, que acabou por englobar territórios diferentes, como a sociologia, a psicologia e a pedagogia (grifo meu), numa tendência preventiva dos males sociais, [...]

Conforme a Autora, as idéias eugenistas “povoaram o pensamento” no Brasil já em 1913, e foram assumidas pelo governo do estado novo em 1930, criando inclusive o Departamento de Assistência Geral aos Psicopatas.

A eugenia neste período inicial do século vai se constituindo como base das diretrizes das políticas públicas de controle social e punibilidade. Surgem os conceitos cientificistas, tecnicistas e higienistas modelares sobre a pessoa, o cidadão, a família, a sociedade, a nação e suas instituições, permeados por padrões de saúde mental individual e coletiva que assumiam configurações normativas pré-conceituais, disciplinadoras e moralizadoras.

Com o código penal de 1940 surgem grandes preocupações quanto as questões subjetivas do direito penal e relacionadas aos conceitos de periculosidade e sobre prognósticos criminológicos, dissociais e anti-sociais, sobre as questões relacionadas à inimputabilidade jurídica penal, possibilitando a aplicabilidade das medidas de segurança e que de certa maneira possibilitam a existência da pena de privação de liberdade por tempo indeterminado sob o pretexto de “tratamento”, ou de diagnóstico sobre o potencial ofensivo.

Verifica-se nitidamente que neste período o cientificismo médico e jurídico se presta a legitimar a dominação do estado sobre a sociedade civil.

Segundo Miguel Reale Junior (1983, p.11):

[...] foi o positivismo jurídico conduzido ao Banco dos réus, acusado de responsável pelas aberrações jurídicas da época nazista, e ditada a inaceitabilidade do reconhecimento do valor da lei por sua simples edição pelo Estado.

A partir do Estado Novo e no período pós - segunda guerra mundial, o Brasil atravessou períodos de extrema fragilidade em suas instituições democráticas, os aparatos de controle e repressão do estado (sistema penal e policial) passaram a ser elementos fundamentais para a garantia de dominação da sociedade civil assolada pelas inúmeras contradições políticas, econômicas, educacionais e sociais.

Verifica-se então o período da grande expansão do sistema penal brasileiro, dos manicômios e das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes.

A evolução do pensamento positivista e higienista se consolidam enquanto práticas e políticas institucionais, desta forma a tipificação, a rotulação e a estigmatização sobre a pessoa adulto, adolescente ou criança institucionalizada ou potencialmente institucionalizável se cristaliza enquanto terminologia profissional técnico – científica e enquanto imaginário social.

Consolida-se a visão da pessoa, e do cidadão produtivo, civilizado, letrado e em contra partida do desviante, do patologizado, da família regular e da família desestruturada e irregular.

Com o fim da democracia em 1964, os pensamento positivista e higienista se expressam por meio das instituições militares, inaugurando um novo período a ser tratado no capítulo seguinte sobre a ótica do autortarismo e da lógica da segurança nacional.

Finalizando, segundo René Ariel Dotti (1993, p.73):

As relações entre o indivíduo e o poder e a sociedade e o governo, sofreram nas décadas de 1960 e 1970, os mais graves e trágicos desvios nos países da América Latina, quando os regimes militares – com a cumplicidade de pessoas e grupos civis – sacrificaram os mais generosos princípios do processo penal.

Capítulo 5 - O período da ditadura militar: o autoritarismo e a segurança nacional

A importância deste período se justifica pela consolidação política do paradigma positivista no contexto dos regimes ditatoriais no continente sul americano e principalmente brasileiro.

Assim sendo, dois aspectos relacionados ao ideário positivista são fundamentais para uma compreensão mais objetiva sobre a evolução histórica da punibilidade e do controle social no Brasil neste período:

O primeiro aspecto se relaciona à compreensão e ao entendimento de que neste período impera a lógica de dominação militarista sob a égide da Doutrina da Segurança Nacional (DSN), e que traz consigo ideais corporativos, normativos, positivistas e centralizadores nas decisões políticas, sociais, econômicas, jurídicas e educacionais, estabelecendo um regime anti-democrático, em que o respeito e a tolerância à diversidade e pluralidade de pensamento e comportamento deixam de existir enquanto elementos fundamentais de direito e cidadania como se poderá ver de forma detalhada nas inúmeras referências a seguir.

O segundo aspecto se relaciona consequentemente ao primeiro, e se refere à consolidação gradativa e efetiva de um regime autoritário análogo ideologicamente em muitos aspectos ao conceito de “totalitarismo” definido por Hannah Arendt (1990).

Para ARENDT, o autoritarismo difere da autoridade. A autoridade é autonomamente reconhecida, enquanto que o autoritarismo é heteronomamente, ou coercitivamente imposto.

O totalitarismo segundo Hannah Arendt se impõe pela violência física, psicológica, moral; social e econômica; pelo desrespeito à diversidade e a pluralidade do pensamento, pela extinção do espaço político participativo, pela privatização do espaço e da esfera pública e pela massificação de idéias e valores por meios propagandistas que buscam tornar homogêneos os pensamentos, visando produzir a lealdade e filiação aos símbolos e valores nacionais.

Para Arendt (idem, p.361-375), o totalitarismo se consolida pela produção de indivíduos politicamente apáticos, isolados, massificados, atenuados e até mesmo hostis frente à sua capacidade de pensar e agir politicamente. “Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados [...]. O totalitarismo descobriu um meio de subjugar e aterrorizar os seres humanos internamente”.

Citação esta que fundamenta a evolução e compreensão histórica dos fatos, do pensamento e prática deste período, e que justifica a possibilidade de relacionar o autoritarismo do regime militar e da “Doutrina da Segurança Nacional” enquanto princípio político ideológico similar ao conceito de totalitarismo.

Segundo Miyamoto e Gonçalves (1991, p. 07 – 09)

A ESG (Escola Superior de Guerra) foi criada pela Lei 785, de 20 de agosto de 1949, com a finalidade de ser um instituto de altos estudos, devendo “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da Segurança Nacional [...]. Independentemente das posições assumidas, quer pelos defensores do regime (militar), quer através das análises realizadas por cientistas políticos, historiadores e outros profissionais, vinculando o golpe ao capital internacional, à própria conjuntura interna, ou apelando às teorias conspirativas da história, um fato chama a atenção, a grande importância conferida pelos autores à ESG”. Essa instituição é apontada não apenas como a responsável pela elaboração de uma ideologia, chamada pela ESG de Doutrina de Segurança Nacional (DSN), inspiradora de outros países latino-americanos, mas também como autora ou responsável pelos fatos ocorridos no Brasil nas três últimas décadas. Assim, qualquer acontecimento concernente à política interna e, sobretudo externa, passou a ser entendido como resultado da estratégia traçada pela ESG: a conspiração militar, a doutrina de segurança e desenvolvimento, o endurecimento do regime, a extinção do pluripartidarismo em 1965 ou a sua volta em 1980, a anistia, etc [...].

Segundo Renné Ariel Dotti (1993, p.73 – 74)

as relações entre o indivíduo e o poder e a sociedade e o governo, sofreram nas décadas de 1960 e 1970, os mais graves e trágicos desvios nos países da América Latina, quando os regimes autoritários, liderados pelas forças militares – com a cumplicidade de pessoas e grupos civis – sacrificaram os mais generosos princípios do processo penal. Os países da América do Sul como Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Chile foram objetos das mais traumatizantes violências dirigidas contra populações indefesas em toda a sua História. Os “novos conquistadores”, municiados com a ideologia da segurança nacional e armados com recursos financeiros e logísticos dos Estados Unidos da América do Norte, construíram um longo período de eclipse do indivíduo em favor da hegemonia do Estado. A delação anônima, o seqüestro, a prisão clandestina e a tortura constituíram faces ocultas da imagem terrível do poder de fato que negou liberdades, extinguiu direitos e suprimiu garantias em nome de duas colunas sobre as quais dever-se-ia erigir o novo Estado: a segurança e o desenvolvimento.

De forma mais detalhada, cabe citar Marília Schneider (1997, p.14 -17)

Em abril de 1964, comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica criaram uma nova modalidade de decreto com força constitucional – o Ato Institucional. Iniciou-se, com o AI-1, uma série de intervenções na vida institucional que, basicamente ampliavam excepcionalmente o poder dos chefes do Executivo e atingiam os direitos dos cidadãos, ao violar, sistematicamente, os princípios básicos da democracia. O AI-1 manteve a Constituição de 1946 (com modificações) e o funcionamento do congresso (exceto por pequenos períodos), numa atitude que caracterizaria os 21 anos do regime: a de jamais ter assumido expressamente seu autoritarismo. Esta estratégia hipócrita abriu espaço para todo o tipo de conchavo político entre o Executivo e o Legislativo e estimulou a adesão de parte da população e da imprensa que manifestou seu apoio ao que estava sendo visto como uma revolução contra o *perigo comunista*.

É importante lembrar que, embora um grupo de militares tenha assumido o “comando revolucionário” tomando as rédeas do poder, grupos civis – políticos, empresários, proprietários de grandes jornais – emprestaram firme apoio acreditando que, finalmente tinham triunfado sobre o legado de Vargas com a derrubada de João Goulart. O movimento de 64 não foi, portanto um golpe militar estrito senso, pelo menos até 1968. [...]

No Brasil, com a decretação do Ato Institucional nº 5 pelo presidente Costa e Silva em dezembro de 1968, a ditadura revela sua face mais brutal. Ao contrário dos atos anteriores, não tinha prazo de vigência e não era, pois, uma medida excepcional transitória prevalecendo até o início de 1979. O presidente fechou o Congresso; passou a nomear interventores para os estados e municípios; inaugurou nova onda de cassações e expurgos no funcionalismo que abrangeu professores universitários; ampliou a censura aos meios de comunicação; extinguiu os partidos políticos e instituiu o bipartidarismo; suspendeu o *habeas corpus* para os acusados de cometer crime contra a segurança nacional. [...].

Até 1969, o centro de informações da Marinha (Cenimar) foi o órgão mais ativo da repressão e no uso da tortura. A partir daquele ano, surgiu em São Paulo a Operação Bandeirante (Oban), vinculada ao II Exército, cujo raio de ação se concentrou no eixo São Paulo-Rio. A OBAN deu lugar ao DOI-CODI, siglas do Destacamento de Operações de Defesa Interna. Os DOI-CODI se estenderam a vários Estados e foram os principais centros de tortura do regime militar.

É neste período que se consolidam as estruturas penais, as “instituições totais”, assumem o papel de atender não só o controle social frente a criminalidade, às práticas de furtos e delitos, mas

também às necessidades da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional; neste contexto as prisões passam a ser consideradas como instrumento necessário para a reclusão, exclusão e punição de todos aqueles considerados uma ameaça à segurança nacional.

Segundo Roberto da Silva (2004, p.294-295) até mesmo:

A questão do menor passou a ser tratada no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional, cuja matriz brasileira foi a Escola Superior de Guerra, e teve como matriz americana o National College War e o National Security Act, de 1947.

A criação de uma fundação nacional foi um projeto cultivado desde a realização da 1ª Semana de Estudos dos Problemas de Menores, [...] sob o patrocínio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e que ocorreu também no Rio de Janeiro a partir de 1955. [...]

Ao mesmo tempo em que o sistema educacional brasileiro foi afetado pela Doutrina da Segurança Nacional, com a introdução de elementos curriculares que reforçassem os sentimentos de patriotismo e de nacionalismo, a educação das crianças e dos adolescentes sob a tutela do sistema Funabem / Febem passou a ser feita segundo os preceitos do militarismo, com ênfase na segurança, na disciplina e na obediência.

Ainda segundo Roberto da Silva agora em seu livro “Os filhos do governo“ (1997, p.149-150):

A partir de 1964, por toda uma conjunção de fatores históricos, políticos e sociais, mas fundamentalmente, sustento eu, por uma motivação ideológica, esse “sistema primário de atenção à criança” passou a compor uma estrutura maior, centralizada, que englobava todas as instituições totais, dando a elas uma função nitidamente instrumental dentro do regime militar, o que perdurou ao longo de seus 21 anos de permanência no poder.

Nesse período, as instituições totais foram mais do que totais, pois detinham um poder de vida e morte sobre seus internos, sobretudo pelo fato de a sociedade civil não ter nenhuma forma de intervenção nessa realidade e absolutamente desconhecer o que se passava por detrás de seus muros, pois ela era, por lei, impedida de se imiscuir nos assuntos referentes à tutela do órfão e do abandonado, dos menores infratores e de presos condenados judicialmente. Em seu período de maior efervescência, as instituições totais foram enquadradas como áreas de segurança nacional.

No que se refere às prisões, é neste período que se verifica uma parcela significativa da população carcerária qualificada como presos políticos, tanto nos presídios masculinos, quanto nos presídios femininos, conforme Lemgruber (1983).

Finalizando a análise deste período e de sua repercussão no contexto contemporâneo brasileiro, é importante citar Loïc Wacquant (2001, p.10):

As duas décadas de ditadura militar continuam a pesar bastante tanto sobre o funcionamento do Estado como sobre as mentalidades coletivas, o que faz com que o conjunto das classes sociais tenda a identificar a defesa dos direitos do homem com a tolerância à *bandidagem*. De maneira que, além da marginalidade urbana, a violência no Brasil encontra uma segunda raiz em uma cultura política que permanece profundamente marcada pelo selo do autoritarismo.

Capítulo 6 - O período a partir da redemocratização: o neoliberalismo e o estado penal

Inicialmente creio que neste último capítulo da Parte I, que em seu conjunto se propõe a descrever a evolução do pensamento sobre a punibilidade, sobre o controle-social e a respeito do encarceramento no Brasil, seja importante mencionar que:

No contexto atual brasileiro, a partir da redemocratização do Brasil, por meio da promulgação da constituição de 1988, como em outros inúmeros contextos democráticos, as políticas públicas penais perpassam a invisibilidade da sociedade civil.

Existe um movimento coletivo de silenciamento frente às discussões das políticas públicas que se referem às agências e aos aparatos estatais de controle e repressão às instituições penais.

Quanto ao silenciamento, significa dizer que, no máximo as discussões ocorrem numa dimensão restrita da esfera pública, e geralmente motivada por contextos emergenciais, relacionados à segurança, morais e jurídicos, onde o temor frente ao aumento da violência é muitas vezes o desencadeador de mobilizações e preocupações no sentido de controle e prevenção da criminalidade.

As mobilizações, e discussões, acontecem restritas numa esfera superficial, pontual, esboçando o posicionamento e convicções de seus protagonistas, responsáveis em grande parte pelas propostas de políticas e gestão governamental, e não governamental para o setor. (BRAUNSTEIN, 2006).

Portanto quando se busca descrever o contexto contemporâneo relacionado à questão prisional e compreendê-lo dentro de suas determinações, é importante refletir que:

Fundamentado no princípio de que não é pelo trabalho (labor) que o homem se realiza no mundo, ou se dignifica, mas sim com "palavras e atos" é que o homem se insere no mundo humano, parafraseando o pensamento de Hannah Arendt em seu livro "A condição humana" (1981).

A partir daí é importante verificar que em na contemporaneidade existe uma correlação analítica quase que imediata, e que vincula a exclusão das atividades laborais, desemprego e aumento da criminalidade, e isto se verifica nos discursos dos mais diversos segmentos da mídia e das esferas pública e privada.

Tal correlação fica sugerida quando se verificam alguns dados estatísticos que supostamente confirmam tal hipótese, como por exemplo, a idéia de que o desemprego leva ao aumento da criminalidade.

Esta tendência hipoteticamente explicativa é observada também em vários discursos, como associada a um modo de masculinidade, representada pela figura do homem como provedor exclusivo da família.

Outros dados indicam que a população masculina encarcerada e vitimada corresponde a uma faixa etária economicamente ativa, em geral entre 18 e 30 anos de idade, e que não tendo sido absorvida pelo mercado de trabalho se torna potencialmente mais vulnerável e supostamente mais susceptível aos apelos da criminalidade.

Dados que segundo meu olhar, alimentam hipóteses e conclusões prioritariamente economicistas, geralmente voltadas exclusivamente a explicações de cunho sócio-econômico.

Além disto, existem também narrativas autobiográficas de pessoas encarceradas que descrevem uma inter-relação etiológica criminal, envolvendo a falta de oportunidade de trabalho, desemprego, e suas supostas adesões à criminalidade, como alternativa contingente de sobrevivência, o que reforça ainda mais a tese prioritariamente economicista desta relação imediata entre desemprego e aumento da criminalidade.

A partir destas considerações é importante assinalar que, obviamente qualquer ser humano pode potencialmente se realizar no mundo material pelo trabalho, e da mesma forma interpreto que Hannah Arendt (1981) não desmente tal possibilidade.

Contudo faço um convite no sentido da ampliação do nosso olhar além deste ponto fixo (economicista materialista capitalista), buscando um olhar que nos possibilite incluir nesta lógica, de maneira crítica e ampliada os conceitos de autonomia, heteronomia, identidade e construção do si mesmo (self), dentro de um contexto político e existencial segundo o entendimento de Hannah Arendt (idem).

Um contexto *pós – moderno*, capitalista, tecnicista, massificado, totalitário, nacionalista; em que a lógica principalmente a partir da globalização e da redemocratização brasileira tem se dado cada vez mais intensamente por uma mentalidade monetarizada, quantificadora, otimizadora, e utilitarista em todos os aspectos enquanto valor paradigmático superlativo frente a outros valores; uma lógica prioritariamente de mercado.

Esta apropriação crítica e auto-crítica existencial frente a esta realidade contemporânea, gera a meu ver, a possibilidade de resistência frente aos imperativos cognitivos totalitários de "massificação" conforme Arendt (1978) e de "sujeição" conforme Foucault (2002), que nos situam enquanto "seres sujeitos", e que no contexto contemporâneo neocapitalista e neoliberal nos impõe uma auto- imagem valorativa materialista, consumista e uma percepção de si mesmo objetalizada e desumanizada.

Portanto não se trata de comprovar de forma explicativa conclusiva as bases etiológicas dos atos de violência e criminalidade, relacionados às questões econômicas, e laborais; mas sim de refletir sobre a implicação desta estrutura lógica, ou sistema lógico economicista, enquanto normatização totalitária da construção do imaginário, e da cognição, e seus reflexos nas produções intelectuais, nos saberes, nas condutas, individuais e coletivas.

Implica numa análise crítica sobre a questão contemporânea sobre aquilo que Wacquant (2001, p.18) menciona como o período “progressista” do “*fortalecimento e glorificação do Estado penal*”, e como esta construção explicativa totalitária, passa a influenciar as políticas públicas brasileiras e especificamente as políticas públicas de segurança e penais no Estado de São Paulo, especialmente a partir do ano de 2000.

No contexto do “Estado penal” Wacquant (idem, p.48) menciona que:

“A política social abandonou progressivamente a meta de reformar a sociedade e, em lugar disso, se preocupa em supervisionar a vida dos pobres”.

O que se tem em decorrência disto é a situação em que a população mais pobre constitui o grande contingente dos institucionalizados, criminogenizados, psiquiatrizados, considerados como ameaçadores, o que lhes confere a atribuição social de objetos de legitimação do discurso e da lógica da necessidade da existência dos aparatos, das práticas e das Instituições de controle e penais.

Algo como uma política deliberada de pseudo-cuidado, camuflada por um discurso de *tolerância zero* à criminalidade.

As populações que neste contexto cada vez mais se vêm impedidas de participação política, e da possibilidade de exercerem sua cidadania, e que se tornam pacificadas, vulneráveis às práticas e aos aparatos de dominação, tanto os legitimados pela violência supostamente qualificada como ações de proteção social, de garantia da ordem, da segurança, e do bem comum, na esfera do âmbito público, e estatal das políticas públicas do *Estado penal*.

Assim no contexto discursivo da dinâmica institucional é possível considerar duas categorias possíveis produzidas a partir da condição do “saber sujeitoado” no contexto prisional:

- a primeira categoria, envolve as pessoas encarceradas ou não que possuem ou desenvolvem criticamente a consciência de sua sujeição social, e pelo pensar, pelo diálogo e escuta plural, produzem um saber crítico sobre sua própria condição e história em relação ao outro; um saber político gerador de poder e não violência;
- a segunda categoria seria daquelas pessoas encarceradas ou não e que não desenvolvem uma consciência crítica sobre suas próprias condições de sujeição, e que portanto produzem atitudes, descrevem narrativas centradas em sua própria lógica e individualidade, e que portanto tornam-se incapazes de construir e partilhar um saber crítico sobre si mesmas e sua realidade, um saber questionador no sentido político e social, e que geralmente produzem uma lógica que vincula poder tirânico, dominação e violência.

Desta forma no contexto contemporâneo brasileiro, a lógica econômica totalitária capitalista, e neoliberal nos impõe e nos torna susceptíveis ao consumo, a valorização de si, exclusivamente ou prioritariamente pelo trabalho alienado.

Desta forma é importante perceber que tal contexto passa a ser um determinante para o aumento da vulnerabilidade social, que se dá frente à necessidade exclusiva de sobrevivência; uma lógica globalizada que normaliza, banaliza a violência enquanto estrutura de dominação, e que nos soa incansavelmente nas retóricas eletrônicas, virtuais, na mídia, e nos discursos permeados pela lógica do “Estado penal”.

As contradições que se cria decorrente deste processo existencial e valorativo alienante e essencialmente materialista, gera na pessoa um mecanismo de sobrevivência fóbico em torno do risco do desemprego, em torno da valorização exacerbada pelo trabalho alienante, pela auto-satisfação monetarizada, que reflete na vulnerabilidade invisível, inominável, amedrontadora da criminalidade famélica, e que alimenta e legitima o discurso paternalista penal dos aparatos de dominação, repressão e controle, e da grande expansão de investimentos na criação de novas unidades prisionais em detrimento de investimento em educação e proteção social.

Verifica-se que desde a década de 80 conforme WACQUANT (2001), a técnica sobre a dominação da classe trabalhadora através do encarceramento, e da estratégia de manejo do excedente da força de trabalho, dos excluídos, desempregados, apresentou um significativo grau de eficiência, quanto aos aprimoramentos dos aparatos e Instituições de controle, dominação, e de pseudo cuidado (na perspectiva de um ideal de cuidado, ou de um Estado de bem estar social), ou seja do uso da violência legitimada pelo papel do “Estado penal”.

Foucault no livro "Em defesa da sociedade" (2002), descreveu tal prática "política" como:

"A política é a continuação da guerra por outros meios", vendo-se que Foucault entende neste contexto, poder como dominação, e poder tirânico.

Existe aqui um certo distanciamento de uma concepção *arendtiana* que dissocia ou separa a política da violência, e a concebe (a política) como a condição do diálogo entre iguais enquanto direito e distintos enquanto ação e palavra, conceito que envolve respeito as diferenças e a valorização da pluralidade como algo necessário aos avanços, adequações e contextualizações do poder .

Desta forma pode-se dizer que, enquanto Foucault aponta criticamente a lógica totalitária, Arendt (1981) aponta um possível caminho de reconstrução frente à violência e a criminalidade.

Atualmente, convivemos no sistema penal com as concepções das tecnologias de encarceramento, das prisões robôs ou unidades de tecnocorreções, muitas delas nos Estados Unidos da América (VOGEL, 2003).

No Brasil e mais especificamente no estado de São Paulo, tal concepção equivale aos atuais RDDs (Unidades de Regime Disciplinar Diferenciados) e mais precariamente aos CDPs (Centros de Detenção Provisórios), e que em comum apresentam-se como evoluções, acúmulo de saber sobre as técnicas totalitárias de dominação (campos de concentração, de tortura, e especificamente no contexto brasileiro durante o processo de repressão política do regime militar durante o período da ditadura, e do conhecimento acumulado sobre às rebeliões de presos ocorridas no decorrer da existência das estruturas prisionais).

Outro aspecto importante se refere aos altos investimentos empregados nestas unidades prisionais modernas, de tecnocorreções, investimentos este considerados supostamente necessários, frente ao crescimento sem precedentes da população carcerária.

Alguns dados numéricos (quantitativos) demonstram tal investimento e suposta necessidade, nos E.U.A, até 31 / 12 / 2001, segundo Vogel (2003):

quase 2 milhões de prisioneiros estavam a ser mantidos nas prisões federais, estaduais, e cárceres locais , um índice que corresponde a mais de 450% da média entre 1925 e 1974 (no ano 2000 o índice era de 478 encarcerados por 100 mil habitantes e no período entre 1925 e 1974 o índice médio é de 106 encarcerados por 100 mil habitantes); -entre 1982 e 1997 as despesas com punições aumentaram uns colossais 381%, os custos policiais saltaram 204% e os desembolsos para funções judiciais expandiram-se 267%. – o desperdício com o sistema de justiça criminal nos E.U. A aproximou-se dos 130 milhões em 1997, o total de população adulta agora (2003) sob controle correcional ultrapassa os 6,6 milhões (seis milhões e seiscentas mil pessoas)

No Brasil atualmente segundo dados dos diversos departamentos e organizações, são estimados gastos públicos médios próximos de 45 bilhões de reais (investimentos governamentais) com segurança; e 90 bilhões de reais aproximadamente com segurança privada que seriam os investimentos civis (BRAUNSTEIN, 2006).

Segundo reportagem de Simone Goldberg: "O alarmante custo da violência" (Revista Dinheiro na WEB nº 139, 2000) com o pesquisador da FGV-RIO DE JANEIRO: Ib Teixeira:

"O pesquisador Ib Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas, estudou os efeitos danosos da violência urbana sobre os cofres públicos e privados e chegou a conclusões preocupantes. Aos 59 anos, esse carioca apaixonado pelo mar e por barcos revela que no ano passado o Brasil desembolsou R\$ 37 bilhões para se proteger da violência, o

equivalente à metade do PIB do Chile. “Os prejuízos não se restringem aos gastos. O País perde com a atrofia do setor turístico”, diz. Para ele, são cerca de US\$ 10 bilhões por ano que poderiam chegar com o turismo, mas que esbarram na insegurança urbana e são desviados para outros destinos. Formado em Direito, com pós-graduação em Economia, ele foi deputado pelo PTB de 1962 a 1964, quando o golpe militar lhe cassou o mandato. Dedicado a pesquisas sobre temas sociais para o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, Teixeira está indignado com a escalada da criminalidade e impressionado com a grandeza dos números que descobriu. Para dar idéia do tamanho do mercado de segurança, ele levanta dados interessantes: cerca de um milhão de pessoas trabalham como vigilantes, quase a metade clandestinamente. “Temos um exército de vigilantes que equivale a um terço da população do Uruguai”, comenta. Segundo Teixeira, o faturamento de empresas de segurança privada e vigilância eletrônica pode chegar a R\$ 8 bilhões e a perspectiva é cada vez melhor, com taxas de crescimento de 10% ao ano, o dobro do que aconteceu no ano passado. “Em 1999, diversos setores da economia registraram desempenho negativo, mas o ramo da prevenção à violência se destacou com taxas altíssimas de crescimento, entre 4% a 5%”, diz Teixeira. Na semana passada, ele recebeu DINHEIRO para a seguinte entrevista:

DINHEIRO – Quanto o Brasil gasta para se proteger da violência?

IB TEIXEIRA – *O setor privado e o público desembolsaram juntos ano passado segundo minhas estimativas, cerca de R\$ 37 bilhões. O País perde o equivalente de 6% a 7% do PIB, de acordo com dados de dezembro de 1999, ou a metade do produto interno do Chile. Só em segurança privada foram gastos R\$ 6 bilhões. Em vigilância eletrônica, outros R\$ 2 bilhões. Outro bilhão correspondeu a despesas com gradeamento de edifícios, casas e blindagem de carros. Há despesas enormes com seguros, principalmente contra roubo de carros e casas. Há cinco anos, fiz um primeiro estudo sobre este assunto. O número de empresas de segurança se limitava a algumas dezenas. Hoje, são centenas.*

DINHEIRO – Quem gasta mais em proteção, o setor público ou privado?

TEIXEIRA – *Estão gastando quase o mesmo. “O setor privado desembolsou ano passado cerca de R\$ 19 bilhões, R\$ 1 bilhão a mais do que o setor público.”*

No Estado de São Paulo na última década segundo fonte da própria Secretaria de Administração Penitenciária, foi atingida a marca de 144 unidades prisionais no Estado de São Paulo.

Mais do que um número, esta marca representa um aumento expressivo de investimento em unidades prisionais, e no aumento de vagas destinadas ao cidadão preso no Estado de São Paulo.

Diante de tais dados numéricos verifica-se que o volume de gastos com segurança interna, agregando-se os investimentos com as guerras (segurança externa), fica ainda mais nítido como o controle e a dominação se situam dentro de uma lógica economicista, vinculada a recursos financeiros.

Portanto conforme Braunstein (2006, p.11):

A crítica sobre a lógica economicista, se fundamenta pela busca em elucidar a dinâmica entre homem, trabalho, valor de si mesmo, violência e poder e que em sua evolução traz um contexto contemporâneo permeado de contradições frente as pretensões humanas de previsibilidade, controle, estabilidade e auto-satisfação.

O totalitarismo conforme Arendt (1978) se consolida, portanto como estrutura política de poder tirânico, em que o "sujeito sujeitado" à totalitarização do Eu, adere neste contexto contingencialmente, à lógica econômica capitalista e neoliberal totalitária, e existencialmente inserido neste contexto, não se percebe seduzido, determinado, massificado, permeado em seu cotidiano pelo consumo, pelo trabalho alienante, e pelo que é material; a vida privada não indica a importância da vida pública, política, da pluralidade e desta forma o processo de totalitarização do Eu se estabelece cada vez com maior intensidade, normatizando, equalizando e massificando as diferenças, alteridades, silenciando e disciplinando as indignações e críticas, excluindo e encarcerando, e assim este sistema se retroalimenta e se aperfeiçoa, dentro das experiências de dominação e utilização da violência, vinculado ao imaginário totalitarizado a respeito do que vem a ser poder.

Conforme diagnóstico realizado pela Câmara dos Deputados, em Julho de 2006, os principais problemas apresentados pelo sistema prisional paulista são:

- Superlotação.
- Presos não conhecem os benefícios que podem ter durante o cumprimento do pena.
- Denúncias de agressões, torturas e práticas congêneres por agentes do Estado e da impunidade dos acusados dessas práticas.
- Tratamento médico ausente ou inadequado.
- Falta de assistência jurídica.

Para corrigir os inúmeros problemas diagnosticados, foram apresentadas algumas sugestões, sendo que destaco abaixo as que se referem especificamente ao encarceramento de mulheres:

1. Estabelecer políticas públicas para o atendimento das demandas específicas das mulheres presas, privilegiando ações voltadas à saúde e assistência jurídica e social, inclusive capacitando os funcionários de unidades femininas e, ainda, assegurando progressivamente a alocação de agentes femininas e guardas dos pavilhões e a realização de visitas íntimas e familiares.
2. Apoiar a criação de Vara das Execuções Criminais Femininas.
3. Dar tratamento diferenciado à mulher-mãe condenada, a fim de que se diminuam os efeitos da desestruturação familiar e se busque adequar o tratamento às determinações do ECA. (Estatuto da criança e do Adolescente)

Para o deputado Ítalo Cardoso, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo(CDH/SP), os dados e informações apresentadas favorecem o questionamento da validade das políticas adotadas pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, vez que este não cumpre seu papel de garantidor dos direitos do recluso, tais como a dignidade e o valor inerente ao ser humano.

O presidente da CDH/SP chama a atenção também para outro relevante fator na crise do sistema penitenciário em São Paulo: a consolidação de uma política de diminuição da presença do estado - perceptível na redução orçamentária, particularmente nos programas de atendimento aos reclusos, egressos e seus familiares.

Também é importante considerar que atualmente, em alguns países, e no Brasil, as prisões devem ser vistas como espaços que transcendem suas próprias muralhas.

A exclusão prisional deve ser entendida como reflexo da exclusão social, em que grande parte da população especialmente no Brasil se encontra.

Atualmente, a prisão faz parte de um universo social cada vez maior, não só pelo aumento da população encarcerada, e dos elevados índices de reincidência, mas também pela banalização deste mecanismo de controle social por parte do Estado penal.

Uma outra questão se relaciona à necessidade de um olhar científico que leve em consideração enquanto variável que, a pessoa ao ser presa carrega consigo, além de seus poucos pertences, elementos e conteúdos de sua existência anterior à prisão, e que, portanto a prisão e a população prisional, cada vez mais se constituem como um espaço em que a diversidade e as diferenças individuais são importantes elementos constitutivos para sua caracterização e análise.

Conforme Manuela Ivone P. Pereira da Cunha, em seu texto “A prisão e as suas novas redundâncias” (2003, p.5) em que menciona o contexto prisional em Portugal:

Não é, por conseguinte surpreendente que aqui como noutros países os co-reclusos sejam agora com frequência parentes e vizinhos, quer tenham chegado à prisão simultaneamente, quer sucessivamente, um após outro. Seja como for, não estamos já decerto perante um curioso *fait-divers*. Estes núcleos pré-formados de reclusos convidam-nos a reconsiderar alguns dos pressupostos mais arraigados sobre a prisão e justificam, pelas implicações que têm, que se preste mais atenção ao que aparentemente é apenas um detalhe socioILUSTRAÇÃO, mesmo que cada vez mais recorrente. Para começar, quando é presa uma pessoa não é mais extirpada do seu mundo social. Importantes segmentos deste mundo são transferidos com ela. E quando a iniciação à vida prisional se faz com parentes, amigos e vizinhos ou por parentes, amigos e vizinhos, a identidade pessoal e social encontra outras bases de sustentação num mundo que em princípio a suspende, quando não a corrói. As relações pré-estabelecidas agem aqui como um filtro que se interpõe entre a ordem penitenciária e a pessoa. Mas na verdade esta subversão do clássico hiato social que até aqui informava de alto a baixo qualquer estudo prisional não é senão um aspecto da continuidade que estas redes pré-prisionais vieram instaurar entre o mundo interno e externo.

A fronteira simbólica que a prisão representava outrora esbateu-se. O estigma que se associava à reclusão institui-se mais do que nunca a montante da detenção, pela própria pertença a determinados bairros mal conotados. A marginalização que esse estigma assinala é agora mais estrutural do que circunstancial. Por sua vez, a prisão é já uma realidade incrustada na vida destes territórios urbanos, onde se tornou um elemento vulgar de muitas biografias, um destino banal. Todos os residentes têm um conhecido ou um familiar que está ou esteve preso. Membros de diferentes famílias deslocam-se agora à prisão em conjunto, usufruindo a boleia ora de um, ora de outro vizinho que vem visitar um parente - e aproveitam para visitar, da mesma feita, uma vizinha presa. Na verdade, neste circuito a condição de preso e de visitante são quase intermutáveis, dado o recorrente deslize de uma para outra em diferentes momentos da trajetória de uma mesma pessoa. Mais do que a banalidade da prisão, é a sua recente «normalidade» que transparece, por exemplo, no modo como foi acolhida a minha máquina fotográfica. Quando procurava evitar os seus rostos as reclusas insistiam, ao contrário, em ser captadas de frente, aprontando pose e sorriso. Uma pediu-me até um retrato dizendo que já tinha fotografias em todas as prisões - onde tinha estado enquanto presa ou enquanto visitante - e a esta colecção faltava a de Tires.

Mas se a prisão se tornou uma realidade omnipresente no bairro, o reverso também é verdadeiro. [...]

Mas há também outras conseqüências, mais subterrâneas. Não posso ilustrar aqui em detalhe como a prisão que estudei se tornou de muitos modos numa espécie de extensão da vida dos bairros que a abastecem: por exemplo, na nova natureza dos conflitos; nas noções que passaram a reger sociabilidade interna, como a noção de «respeito», que em nada releva de hierarquizações prisionais, mas de valores familiares ou de senioridade parental; ou então em velhas noções que passaram a reger este quotidiano de novas maneiras, como é o caso da noção de *chibanço* (delação), cuja interdição um olhar apressado seria tentado a atribuir, como tem sido hábito, a um qualquer código prisional ou criminal, mas que na verdade decorre de meros códigos vicinais de solidariedade (deste modo, por exemplo, mesmo alguém que execra profundamente o tráfico execrará ainda mais a idéia de denunciar um «filho do bairro», por muito traficante que seja).

Mas acima de tudo, o inescapável efeito geral é que o quotidiano intra-muros deixa de ser auto-referencial. O seu curso passou a estar inextricavelmente ligado ao quotidiano extra-muros através destas amplas redes de interconhecimento que não só articulam as reclusas entre si, como também as articulam a complexas malhas exteriores comuns de parentes, amigos e vizinhos. Por esta razão os eventos e conflitos que se produzem num repercutem-se de imediato no outro. Os dois quotidianos afectam-se assim mutuamente de maneira permanente. E os seus respectivos ritmos de progressão, que outrora apareciam tão discrepantes aos olhos das reclusas, como que se sincronizaram através destes acontecimentos do dia-a-dia. É assim que a vida interna deixa de ser configurada pela fronteira prisional. Dito de outro modo, as fronteiras materiais da prisão já não talham a vida institucional da maneira fundamental que aparece presumida em idéias tão estruturantes nos estudos prisionais como as de «instituição total», «cultura prisional», «sociedade prisional» ou outros desdobramentos ainda da noção de «um mundo à parte». Por isso mesmo não basta reinserir a prisão no ILUSTRAÇÃO global das forças extracarcerais que a moldam (históricas, políticas, económicas). Esse ILUSTRAÇÃO, felizmente, já não é ignorado e é há muito ponto assente que as prisões não existem no vácuo.

Portanto, o contexto atual das prisões no Estado de São Paulo é marcado pelo rompimento de uma condição de “exclusão simbólica”, atualmente as prisões fazem parte do cotidiano social, sua visibilidade é cada vez maior, em decorrência não só da grande expansão do número de Unidades prisionais no Estado, mas também pelo aumento significativo da população encarcerada nestas

unidades, mas também pelos confrontos entre o poder público e o crime organizado, e que tem repercutido enormemente na mídia e no cotidiano da população em geral.

Outra questão que marca particularmente o contexto contemporâneo do sistema prisional especialmente no São Paulo, e a contradição entre democratização e a universalização do ensino fundamental no Brasil, e o expressivo aumento do encarceramento e o baixo nível educacional desta população recolhida nas diferentes unidades prisionais do Estado.

Com o fim da Ditadura militar em 1984, e a extinção da lógica da Doutrina da Segurança Nacional norteador as políticas públicas, era de se esperar uma redução e melhora das condições de encarceramento no Brasil.

No entanto o que se verifica é o aumento expressivo do número de cidadãos brasileiros encarcerados, e a não melhoria das condições de encarceramento, e de avanços significativos aos direitos humanos conforme Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).

PARTE II

Capítulo 7 - O encarceramento de mulheres no Brasil

Basicamente quando se busca escrever especificamente sobre a história do encarceramento de mulheres no Brasil, existe uma grande escassez de dados e fontes bibliográficas relacionadas ao tema.

Contudo, existe uma quantidade maior de trabalhos de pesquisa e estudos que descrevem a história das mulheres no Brasil, entre estes trabalhos, alguns discutem a punibilidade da mulher no período colonial, entre eles, como já mencionado anteriormente o trabalho de Marilda Santana da Silva (2001), “Dignidade e transgressão: mulheres no tribunal eclesiástico em Minas Gerais (1748-1830)”, em que descreve:

O estudo da condição feminina perante o tribunal eclesiástico de Mariana, em que mulheres de condições sociais distintas, encontravam nos juízes da igreja (tribunal eclesiástico) posturas repressoras e condenatórias de suas ações, e muitas vezes de tolerância, absolvição e proteção.

Segundo Santana da Silva (idem, p.28) :

Os historiadores, há tempos, chamam a atenção para o fato de que a mulher raramente foi registrada na documentação oficial, a não ser quando perturbava a ordem estabelecida, ou quando exercia papéis que a sociedade não lhe atribuía. Outra questão salientada pelos pesquisadores, é a de que, nos arquivos públicos, a documentação que retrata a vivência feminina foi produzida por homens com todo o aparato intelectual de sua época.

Portanto é importante lembrar que, no período colonial até a promulgação do código penal do império em 1830, as ordenações Filipinas, o “Livro V” era oficialmente a legislação vigente sobre as questões relacionadas à punibilidade no Brasil, basicamente neste longo período da história, imperava uma lógica penal alicerçada na moral religiosa católica apostólica romana, e os tribunais eclesiásticos exerciam importante papel nas atribuições do controle, da organização e punibilidade social da época.

Relacionado a isto, é importante mencionar novamente que, segundo Porto (2000, p.495) “as Ordenações Filipinas foram promulgadas em 11.01.1603, durante o reinado de Felipe II de Portugal, as

Ordenações Filipinas, sob o aspecto prático, foi o primeiro diploma legal a vigorar em território brasileiro.”

Como já foi mencionado em capítulo anterior creio que é importante relembrar também que, o “Livro V das Ordenações Filipinas” se constitui historicamente como a maior referência legislativa específica quanto às questões da punibilidade e da ação política e de organização e manutenção de um controle social sobre a população brasileira na época, e que segundo Zahidé Machado Neto (1977, p.32-39)

“o Livro V” foi um produto do absolutismo no poder e legislação eminentemente nacional (Português) vivamente influenciada, ainda pelo autoritarismo do direito romano,[...]

Elaboradas em franco período colonial, os dispositivos das ordenações, e no que nos toca em especial, os dispositivos do Livro V – a parte penal – foram estruturados dentro da realidade imperialístico - colonial do mundo ibérico. Acrescenta-se ainda o rescaldo do passado medieval e das conseqüências de uma sociedade estamental e ardorosamente beata. [...]

Do ponto de vista institucional, as Ordenações Filipinas (o seu Livro V) regularam nossa vida (brasileira), na esfera penal – salvo naquelas partes já alteradas antes da independência, e logo após o 7 de setembro, mediante decretos especiais – até 16 de dezembro de 1830, quando é promulgado o Código Criminal, o primeiro código penal brasileiro.[...]

As esferas normativas se entrelaçam como se pretendesse alcançar num nível de abarcamento total todos os aspectos da conduta humana, cujo controle se faz ali de modo desproporcionado e preciosamente minudente. Crime e pecado se confundem, e as penas, se não têm o caráter privativo da vindita, muito dele se aproximam, [...]

O sentido expiatório das penas, entendidas como verdadeira retribuição, quase sempre desproporcional ao mal causado, aproxima em muito a punição penal da penitência religiosa. Como se pode observar, os delitos são alinhados de acordo com a importância de sua gravidade, a heresia e a apostasia são os maiores dos crimes. A política das Ordenações Filipinas, expurgando a influência do direito canônico, não representou o afastamento do cuidado na observância do comportamento religioso e do trato com as coisas que direta ou indiretamente se ligavam à Igreja e a religião. [...]

O Estado atua, assim, como fiel guardião do sagrado, punindo toda e qualquer conduta que implique em desrespeito à divindade e/ou à santidade, as quais são consideradas portadoras de crenças, da fé e da verdade. [...]

Conforme Del Priore em seu livro “Ao sul do corpo” (1995, p.110):

Se o discurso do Estado português preocupava-se com os vazios demográficos, a dispersão populacional e o relaxamento dos costumes, a Igreja recortava com destreza, no universo das infrações recorrentes em colônias, aquelas cometidas por mulheres, dando início à construção da boa-e-santa-mãe. Ao enumerar os defeitos e denegrir comportamentos considerados inadequados ela deixava aflorar o único aceitável, louvável e útil: o da santa-mãezinha. Portanto, ao invés de apenas louvar as benesses do matrimônio, a Igreja atacava especificamente a mulher não enquadrada. Sua luta contra o concubinato teve como alvo preferido a mulher solteira, a amancebada e a adúltera, recorrendo a uma tradição misógina que desde o Eclesiastes e os textos patrísticos confundiam mulher e pecado. [...]

O adestramento de mulheres no interior do casamento fazia-se não apenas pela pregação sistemática em favor do matrimônio e contra os “ilícitos tratos”, mas também pela exigência de uma certa compostura, de uma atitude que tinha de vigorar no mais da vida social.[...]

A fim de corresponder ao padrão Paulino - caladas e sofridas – era preciso que nenhuma aparência sensualizada confundisse a mulher normatizada com a outra, luxuriosa, e porque luxurioso tentador e perigosa. A conjunção entre a mulher bela e desobediente aos ditames da Igreja alimentava o mito da dissimuladora, encarnada na vida prática por aquela que não havia contraído aliança sacramentada.

As irmandades paulistas refletiam os objetivos da Igreja ao incluir entre seus compromissos um capítulo pedindo para que se investigasse “com cuidado [...] de que modo vivem as irmãs”, e se seriam “honestas”. [...]

A retórica da Igreja não exprimia tão-somente um profundo desagrado em relação às práticas feministas, exprimia também um arcaico sentimento de misoginia. A difusão de uma ideologia repressiva, repleta de fobias que se divulgava graças à imprensa, somada à atuação das reformas religiosas e do concílio de Trento, desejosa de mais austeridade de costumes, fez do século XVII a Idade de Ouro da execração eclesiástica contra o sexo feminino.

Ainda citando Del Priore, na passagem para o século XIX, os reflexos da moral religiosa refletem uma diretriz higienista compartilhada pelo regime imperial citando (idem, p.199):

Se antes o ser-esposa-piedosa-e-santa-mãezinha constituía regra para normatizar populações femininas na colônia, depois o casamento modelo e a exaltação da sexualidade conjugal higienizavam a noção de sexualidade. A prostituta, no lugar de devassa, tornava-se o novo bode expiatório, agora não mais de um projeto de normatização, mas de um projeto de “higienização” da sociedade.

Verifica-se que, com a extinção da vigência legal das Ordenações Filipinas, e a promulgação do código Penal de 1830 não existem mudanças significativas frente aos mecanismos de controle e domínio sobre as mulheres.

Quanto às condições de encarceramento, não existem preocupações específicas para mulheres que porventura venham a cumprir pena de reclusão, até e durante o período do código penal de 1830.

Relacionado a esta questão, Salla (1997, p. 48-50) lembra que

Apesar da existência da Constituição de 1824 e das novas diretrizes legais em vigor, com o Código Criminal do Império, de 1830, e com o Código de Processos, de 1832, o país continuou por muito tempo mergulhado em práticas e rotinas de encarceramento que não se distanciavam daquelas realizadas durante o mundo colonial e que freqüentemente denunciavam o viés violento e arbitrário da sociedade escravista. E neste sentido, as casas de correção, inauguradas na década de 50, não só foram impotentes para reverter este ILUSTRAÇÃO e impor um novo padrão ao encarceramento no país, como na verdade serviram de depósitos, melhor construídos e mais organizados, para um variado leque de indivíduos que para lá eram recolhidos, envolvendo não só os condenados propriamente à pena de prisão com trabalho mas também vadios, menores, órfãos, escravos, africanos “livres”[...]

Dessa forma, com raras exceções, vai ser freqüentemente na década de 60 a constatação do estado calamitoso das cadeias existentes nas comarcas, apresentando um ILUSTRAÇÃO de abandono expresso, sobretudo na falta de condições de higiene, segurança e alimentação. Circunstância que provoca sistematicamente a transferência de presos para a Cadeia da Capital, que não deixava de apresentar igualmente uma situação crítica. O recurso cada vez mais intenso de uso do encarceramento está na base desta situação. Escravos a serem punidos, fugitivos recolhidos, vadios que não encontravam um lugar, uma ocupação, mendigos, menores, loucos, mulheres, criminosos de toda a sorte condenados à prisão simples ou prisão com trabalho, e as galés – formam um largo espectro de indivíduos punidos com o encarceramento.

Especificamente ao que tange ao encarceramento e punibilidade, à mulher no período colonial no Brasil até a proclamação da república sob a égide do padroado, é vista como um objeto das políticas públicas imperiais preocupadas com a viabilização estratégica de domínio territorial, e que na perspectiva da igreja, a mulher, deveria ser normatizada e disciplinada moralmente, a fim de se viabilizar a perpetuação do poder simbólico da Igreja por meio do modelo de “família-padrão de origem ibérica” conforme Gizlene Neder (em Kaloustian (Org), 1994, p. 27); um modelo cristão de família segundo os padrões sacramentais da Igreja Católica caracterizado, por um paradigma higienista, moralizador e patriarcal, e que posteriormente conforme Neder (idem) estabelecerá o modelo “da família burguesa com inspiração vitoriana” e que nos primeiros anos do século XX, já no período de desenvolvimento urbano e industrial passa a conviver, e convive “no acontecer social com outras famílias, até o presente bem pouco conhecido de várias origens, indígenas ou africanas (matrilineares, patrilineares, poligâmicas/islamizadas, etc.).”

Desta forma o encarceramento e a punibilidade de mulheres supostamente fora do padrão normatizador da Igreja, se constituem na perspectiva eclesiástica, como ação de política pública necessária, pedagógica, a fim de assegurar a hegemonia de um modelo sacramental de família em território brasileiro.

Conclui-se, portanto que, especificamente neste contexto as mulheres mais vulneráveis ao encarceramento e a punibilidade, eram as mulheres que supostamente não correspondiam aos padrões e modelo comportamental e moral estabelecidos pela Igreja.

É importante mencionar que enquanto lógica esta influência é responsável pelo modelo posterior que se estabelecerá ao qual denominamos por modelo ou sistema penitenciário.

Etimologicamente, penitenciária é derivado de penitência, e que enquanto significado traz o sentido semântico de arrependimento, de pena, punição ou castigo imposto pelo confessor para a remissão de um suposto pecado, e que envolve uma ação de sacrifício para a expiação do suposto pecado, do tormento intrínseco ou social (individual ou coletivo).

Penitência implica em autocrítica, e em auto - julgamento e na ausência desta possibilidade, no julgamento por um outro (juiz, sacerdote, autoridade) que julga e pune, que impõe a penitência, o castigo, a reparação pela suposta atribuição de culpa.

Segundo Bueno (1996, p.495):

Penitenciaria, s.f. (substantivo feminino). Tribunal pontifício, onde se examinam os casos reservados ao Papa e se expedem bulas; dispensas, etc, em nome do Papa.

Penitenciária, s.f. Prisão pública em que, por sentença judicial, se encarceram certos criminosos, que ficam separados uns dos outros em celas.

Penitenciário, adj. (adjetivo) Penitencial; relativo às penitenciárias; s.m.(substantivo masculino) cardeal que preside a penitenciaria; aquele que impõe penitência.

Penitente, adj. Pessoa que se arrepende; que faz penitência ou confissão dos seus pecados.

Del Priore (1995, p.204-206), descreve e analisa que existe uma passagem, uma interligação em que os princípios religiosos moralizadores e normativos e os paradigmas disciplinadores da igreja sobre a mulher influenciaram diretamente a ciência higienista e positivista da época:

O esforço da medicina em mapear a “madre” e em fazer falar o corpo feminino era denotativo do mistério que simbolizava a mulher. [...]

Sob tal perspectiva, a “madre” assumiu um papel de extrema importância para a definição desta natureza, bem como tornou-se instrumento de normatização da mulher. O século XVIII, momento de consolidação desses pressupostos, gestou uma série de trabalhos nos quais semelhante mentalidade já aparece sedimentada. Para Jacques Louis Moreau, por exemplo, a mulher não se diferenciava do homem apenas por um conjunto de órgãos específicos, mas sua natureza e características morais espelhar-se iam num complexo sistema físico. A feminilidade, portanto, impregnaria o ser inteiro. Cabanis confirmava essa hipótese com um trabalho sobre “o caráter das idéias e das afecções morais”, pois a anatomia, afirmava, permitia-lhe demonstrar a excepcional densidade de enervação dos órgãos da geração e sua estreita sintonia com o sistema nervoso.

Ao longo de digressões como essas, a “madre” vai se constituindo em locus de certezas e incertezas sobre a natureza feminina e ganhando um status inelutável. Sua valorização levava também a uma valorização da sexualidade feminina, não no sentido de sua realização e sim de seu adestramento, num caminhar bem coerente com a pretensão da ciência médica e da Igreja.

[...]. Guardando suas especificidades culturais, os doutores portugueses mapeavam a madre com o pudor exigido pela Igreja e com certo desconcerto e mal-estar diante do que consideravam um animal voraz e feroz.

Esta questão ao final do século XIX no Brasil se constitui como elemento importante considerando que, neste período existia um contexto de profundas mudanças e transformações políticas, econômicas, sociais e institucionais, marcadas pelo declínio e fim do regime imperial de

governo, pela extinção do regime escravocrata decorrente da revolução industrial na Europa, pelo desenvolvimento e expansão de centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

No contexto científico estas transformações regionais e globais trouxeram repercussões relevantes no tocante às políticas públicas agora sob a égide do pensamento capitalista, liberal, laico e republicano.

Neste contexto nasce o domínio do conhecimento científico nas esferas das políticas públicas em geral, superando a lógica religiosa na estruturação de diretrizes institucionais principalmente nas áreas onde tradicionalmente exerciam forte domínio.

Nas políticas de segurança pública e penal, a medicina por meio da psiquiatria se torna responsável por ditar as diretrizes sob uma lógica higienista e positivista.

No que tange à questão do encarceramento e punibilidade da mulher, como já mencionado, continua existindo uma condição disciplinadora e que muito se assemelhava à imagem e padrão da mulher-santa do catolicismo.

O recato, o pudor, a maternidade, a fragilidade e a submissão continuaram como paradigmas da boa mulher, mãe-esposa, e agora, mentalmente saudável.

Neste período existe uma exaltação da psicopatologização e psiquiatralização social, e novamente a mulher que não se enquadrava nos paradigmas mencionados era também a mais vulnerável à punição e ao encarceramento.

Neste contexto de forma figurativa, a imagem da boa mulher se vinculava a imagem da mulher-santa do catolicismo; enquanto que a mulher má, patologizada, mentalmente doente, e moralmente comprometida, representava o oposto desta mulher estereotipada, pura, e enaltecida como santa.

Ou seja, a mulher mais vulnerável ao encarceramento era sem dúvida a mulher que negava tais paradigmas, e que de forma figurada poderia ser denominada como uma sombra da mulher-santa, ou seja, uma imagem obscurecida, um reflexo sombrio, e encoberto, um lado silenciado e ameaçador, e que poderia corresponder supostamente a algo não reluzente, sem luz, as trevas.

Assim sendo, a “sombra da santa” de forma figurada, poderia corresponder a uma construção e uma representação social sobre a imagem da mulher transgressora, e que se perpetuou em decorrência dos paradigmas impostos durante séculos pela Igreja Católica.

A negação da mulher-santa, é coibida na esfera das políticas públicas, a imagem da mulher-santa sob outras roupagens científicas é exaltada, e rotulada como padrão de um ideal de feminilidade e de salubridade.

Neste período, as “instituições totais” passam a cumprir um papel fundamental no sentido de controlar e eliminar qualquer degeneração da imagem da mulher-santa.

Desta forma a mulher supostamente transgressora, e considerada não-santa, criminosa, prostituta, promíscua, ou insana, deveria ser recolhida, excluída e reclusa em instituições penais ou manicômiais, afim de que passassem por um processo correccional que as aproximasse novamente da imagem da mulher-santa, neste aspecto também é possível verificar-se tal constatação através da descrição de Boris Fausto (2001, p.86-88).

Rachel Soihet (In Del Priore (Org), 2004, p. 363) analisa estas práticas da seguinte maneira:

As imposições de uma nova ordem tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento. A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. [...] As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem e, depois, deviam restringi-la ao âmbito desse casamento. Cesare Lombroso, médico italiano e nome conceituado da criminologia no final do século XIX, com base nesses pressupostos, argumentavam que as leis contra o adultério só deveriam atingir a mulher não predisposta pela natureza para esse tipo de comportamento. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência seriam despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal, e considerada extremamente perigosa. Constituíam-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social. O Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares.

Evoluindo na análise do encarceramento e punibilidade da mulher no Brasil, inexistente como já mencionado, uma preocupação efetiva quanto ao tratamento específico da mulher encarcerada, o que ocorrerá apenas por ocasião da promulgação do Código Criminal Brasileiro de 1940; segundo Salla (1997), e Lemos Britto (19?), existem dados anteriores a este período que descrevem que não havia separação entre unidades prisionais masculinas e femininas.

Enquanto fonte documental oficial, talvez uma das primeiras menções que se verifica a expressão de uma preocupação específica enquanto política pública voltada ao encarceramento de mulheres está no “Projeto do Código Criminal Brasileiro” de 15 de maio de 1938, redigido pelo Jurista Alcântara Machado expresso nos seguintes artigos:

Art.33 - As mulheres cumprirão as penas privativas da liberdade em estabelecimentos distintos, ou, onde não os houver, em secções distintas dos estabelecimentos destinados aos homens.

§ único – Só no estabelecimento e suas dependências e em ocupações adequadas ao sexo, as condenadas serão obrigadas ao trabalho.

Art.38 - Não se dará início á execução da pena privativa da liberdade:

II – enquanto perdurar gravidez da condenada ou não decorrerem seis meses sobre a data do parto;

§ 2.º - Na segunda, o prazo ficará reduzido a 40 dias, se o filho morrer ou fôr confiado a outra pessoa; poderá ter ampliado até um ano, se não houver como confiar a outrem a creança.

Segundo Soares e Ilgenfritz (2003, p. 54) apenas em 1941 é implantada no Rio de Janeiro a primeira penitenciária feminina do Brasil, denominada por “Penitenciária de Mulheres de Bangu”.

Considero que a análise sobre este período, é fundamental para que se tenha uma compreensão mais clara sobre as bases filosóficas que ainda permeiam grande parte da dinâmica jurídica, policial e penal brasileira principalmente sobre a mulher.

A importância do Código Penal Brasileiro de 1940 está em suas características paradigmáticas extremamente voltadas às políticas positivistas e higienistas.

Temas como “medida de segurança”, “inimputabilidade penal”, estabelecimentos prisionais especiais como “manicômio judiciário”, e “casa de custódia e tratamento”, são alguns dos aspectos que sugerem a grande influência da ciência médica psiquiátrica, e da criminologia sobre o saber e ação jurídica penal, e sobre as políticas públicas de segurança e prisionais.

Também é importante ressaltar que, conforme Roberto da Silva (2001, p.114):

O Código Penal de 1940, aprovado graças à simplificação do processo legislativo possibilitada pelo recurso do decreto-lei, aboliu a pena de morte, a prisão perpétua, o trabalho forçado, o banimento e as penas cruéis, mas incorporou a medida de segurança, um dos principais baluartes da Escola Positiva, em clara e inequívoca indicação de que abandonara as idéias de inspiração religiosa do livre arbítrio e da responsabilidade moral, para colocar em voga princípios tidos como mais científicos como o da responsabilidade social.

Outro aspecto é que o Código Penal de 1940 (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) tem sua vigência até os dias atuais, apenas tendo sido alterado em alguns de seus dispositivos pela Lei Nº 7.209 (de 11 de JULHO de 1984-DOU de 13/7/84).

Portanto a partir de 1941 ocorre a proliferação no Brasil de unidades prisionais especificamente destinadas ao encarceramento de mulheres, atravessando diferentes fases de transformações políticas e institucionais.

Segue, portanto, a de alguns dados que ilustram a evolução do encarceramento de mulheres até os dias atuais:

Conforme Censo Penitenciário de 1995 encontravam-se mantidas, em diferentes unidades prisionais no Brasil, um total de 4.921 mulheres, distribuídas da seguinte forma: 221 em Regime Aberto; 646 em Regime Semi-aberto; 3.820 em Regime Fechado e 234 em Medida de Segurança.

O total de mulheres encarceradas segundo este levantamento, correspondia em termos percentuais a 03,82% do total de presos em território nacional (128.571 presos).

Segundo levantamentos mais recentes relativos a abril de 2001, dezembro de 2004 e dezembro de 2005 seguem os seguintes dados transcritos na tabela abaixo relacionados ao encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro:

Ilustração 2 - Mulher encarcerada (Brasil 2001 / 2004 / 2005)

ANO	TOTAL	Regime Fechado	Regime Semi-Aberto	Regime Aberto	Regime Provisório	Medida de Segurança
2001	5.465	sd	sd	sd	sd	sd
2004	16.473	6.750	1.299	sd	8.174	250
2005	12.925	7.431	955	456	3.894	189

(Fonte: Ministério da Justiça e Departamento Penitenciário Nacional)

Os dados acima não englobam os números de presos nas Secretarias de Segurança pública, pois tais dados não fazem distinção entre homens e mulheres, com exceção dos dados de 2001 em que existem números consolidados distintos para sistema prisional e polícia, e que no caso indicava um número de **4.188** mulheres encarceradas no Brasil.

Ou seja, segundo dados de abril de 2001, o total geral de mulheres encarceradas no Brasil envolvendo os dados do sistema prisional e polícia era de **9.653** mulheres o que correspondia em termos percentuais a 04,52% do total de presos (223.220 presos).

Os referidos dados revelam que em dezembro de 2004 o percentual de mulheres presas no sistema penitenciário nacional correspondia em termos percentuais a 06,27% do total de presos (262.710 presos), e em dezembro de 2005 o percentual total de mulheres encarceradas corresponde a 04,35% do total de presos no sistema (296.919 presos), sintetizando tais dados segue a seguinte tabela:

Ilustração 3 – Mulher encarcerada (por %)

ANO	Total de Mulheres encarceradas no Brasil	% de Mulheres encarceradas em relação ao total de presos no Brasil	TOTAL DE PRESOS NO BRASIL
1995	5.493	sd	148.760 (*)
2001	9.653	04,52%	223.220(**)
2004	16.473	sd	336.358(***)
2005	12.925	sd	361.402(***)

(*) o número total, envolve os dados consolidados relacionados ao número total de homens e mulheres encarcerados, sendo que em alguns Estados tais dados não são identificados por tal distinção, constando como dados sem informação.

(**) o número total, envolve os dados consolidados relacionados ao número total diferenciado por homens e mulheres presos no sistema prisional e polícia.

(***) o número total, envolve os dados consolidados relacionados ao número total diferenciado por homens e mulheres apenas do Sistema Penitenciário, sendo que o número total de presos na Secretaria de Segurança Pública não foi mensurado especificando esta diferenciação de dados.

É preciso que se faça uma análise cuidadosa sobre tais dados, pois os mesmos não são compatíveis entre si, o que nos impossibilita uma análise dos números de forma correlacionada.

Apenas os dados consolidados relativos a abril de 2001, é que nos possibilita realmente estabelecer um percentual real do total de mulheres encarceradas em relação ao total da população encarcerada no Brasil, contudo estes mesmos dados não fazem diferenciação quanto ao regime de cumprimento de pena.

Nos demais anos (1995, 2004 e 2005) não é possível a realização desta tarefa por conta de que os dados são parcialmente consolidados diferenciando homens e mulheres em termos numéricos apenas na esfera de alguns estados, ou do Sistema Penitenciário conforme detalhamento acima.

Capítulo 8 - O encarceramento de mulheres no Estado de São Paulo

Neste capítulo o objetivo é descrever e analisar a evolução e expansão do sistema penitenciário paulista destinado ao encarceramento de mulheres a partir de 1950.

A abordagem deste tema inicialmente requer uma breve descrição do contexto de desenvolvimento do Estado de São Paulo, afim de que se possa traçar uma descrição e análise mais ampla e aprofundada sobre o encarceramento de mulheres no Estado.

Segundo SAFFIOTI (1979), a condição da mulher brasileira deve ser compreendida à luz de uma sociedade de classes, determinada através de um processo histórico singular de consolidação da divisão do trabalho e do desenvolvimento do modelo econômico colonial capitalista.

Neste mesmo contexto é importante citar Florestan Fernandes (1972, p.9-14), em que ressalta a importância de que se compreenda que o processo histórico de evolução e consolidação econômico capitalista, social e político brasileiro requer uma análise e compreensão dentro de sua singularidade e complexidade:

O capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extra-econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia). Na presente discussão, esse ponto de vista é aplicado à análise das influências estruturais e dinâmicas da ordem social global sobre a absorção e a expansão do capitalismo no Brasil, uma sociedade nacional do “mundo subdesenvolvido”. [...]

A civilização ocidental não se espalhou como as águas de um rio que transborda. Ao saltar suas fronteiras, ela se corrompeu, se transformou e por vezes se enriqueceu, convertendo-se numa variante do que deveria ser, à luz dos modelos originais. [...], os homens reconstruíram essa civilização e, por isso, escreveram através dela uma história econômica, social e cultural particularíssima que nos dá a justa medida do que pode e do que deve ser a dita civilização a partir de uma condição colonial permanente, embora instável e mutável.

Baixo esta visão, no contexto nacional São Paulo é ícone do desenvolvimento econômico capitalista brasileiro, e em termos de uma análise puramente quantitativa verifica-se como se verá de forma mais detalhada que a estrutura prisional paulista vai se ampliando proporcionalmente ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Á medida que o Estado de São Paulo cresce os investimentos públicos voltados às áreas de segurança pública e penitenciária também aumentam proporcionalmente.

Da mesma forma que o Estado de São Paulo se destaca como o Estado brasileiro mais rico em termos econômicos e o mais populoso, também se caracteriza como o Estado brasileiro que possui o maior número de pessoas encarceradas no Brasil, atingindo mais de 33% do total de encarcerados do território brasileiro. (Fonte: DEPEN / 2005).

Em relação ao número de mulheres encarceradas, o Estado de São Paulo segundo dados do DEPEN possuía no ano de 2005 um número total aproximado de 3.903 mulheres encarceradas, o que correspondia a mais do que 30% do total de mulheres encarceradas no Brasil (12.925 mulheres).

Segundo os dados consolidados da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP / SP) em 29/12/2006, o número total de mulheres encarceradas no sistema penitenciário do Estado de São Paulo era de 6.077 mulheres, o que correspondia a 4,66% do total de pessoas encarceradas no sistema penitenciário paulista. (130.391 presos).

Em termos quantitativos o número de mulheres encarceradas no Estado de São Paulo no período entre 1950 e 2005 evoluiu conforme tabela a seguir:

Ilustração 4 – Mulher encarcerada (1950 - 2006)

ANO	Total de mulheres encarceradas no Estado de São Paulo	Porcentagem de mulheres encarceradas em relação ao total de pessoas encarceradas no Estado de São Paulo	Total de pessoas encarceradas no Estado de São Paulo
1950	30	2,62%	1.145
1954	104	3,29%	3.163
1956	183	3,85%	4.754
1957	174	3,37%	5.163
1962	267	4,33%	6.158
1964	451	3,44%	13.110
1965	253	3,66%	6.904
1971	469	3,73%	12.569
1987	3.929	9,06%	43.370
1988	3.650	8,39%	43.495
1995	3.055	5,48%	55.723
2001⁷	5.138	5,42%	94.737
2004⁸	4.046	3,06%	132.130
2005	3.903	2,82%	138.116
2006	6.077	4,66%	130.391

(Fonte: IBGE; Ministério da Justiça / DEPEN; Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo)

Embora estes dados numéricos sejam de extrema relevância, para que se tenha uma idéia ainda que superficial da evolução quantitativa do encarceramento de mulheres no Estado de São Paulo, é fundamental que seja feita uma ressalva, a de que tais dados foram consolidados de forma diversa, ou seja metodologicamente incompatíveis enquanto possibilidade de correlação.

Com exceção dos dados de 2004, 2005 e 2006 os quais é possível uma correlação, ainda que enquanto números absolutos sejam incompletos, pois existem números não informados e que, portanto

⁷ números consolidados referentes a abril / 2001 envolvendo o total de pessoas encarceradas no sistema prisional e polícia.

⁸ números consolidados do total de pessoas encarceradas exclusivamente sob responsabilidade da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo para os anos de 20004, 2005 e 2006.

na somatória dos números totais deixam de ser considerados; nos demais anos existem diferenças quanto as fontes de informação e acumulação dos números absolutos consolidados.

De forma geral conforme já verificou Boris Fausto (2001, p.83) existe desde o início do século XX, um baixo número de mulheres encarceradas em relação ao total de homens encarcerados.

Outro aspecto, é que existe um expressivo crescimento do número de mulheres encarceradas no Estado de São Paulo influenciada por uma multiplicidade de fatores de ordem econômica, social e cultural, o que, contudo não altera significativamente a continuidade da correlação que indica uma baixa proporção de mulheres encarceradas em relação ao número de homens encarcerados.

- Quanto ao número de unidades prisionais, existiam até Janeiro de 2007, segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, um total de 144 unidades prisionais distribuídas por todo o Estado, sendo que 12 destas unidades são destinadas às mulheres encarceradas, sendo 6 penitenciárias, 4 centros de ressocialização e 2 hospitais.

Segundo a mesma fonte (SAP / SP) a história do sistema penitenciário paulista inicia em:

01/03/1892, quando o decreto nº 28 criou a Secretaria da Justiça.

Até o início de 1979, os estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas privativas de liberdade, no Estado de São Paulo estavam subordinados ao Departamento dos Institutos Penais do Estado – DIPE, órgão pertencente à Secretaria da Justiça.

Com a edição do Decreto nº 13.412, 13/03/1979, o DIPE foi transformado em Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado – COESPE, à época com 15 unidades prisionais.

Até março de 1991, as unidades prisionais ficaram sob responsabilidade da Secretaria da Justiça. Em seguida, a responsabilidade foi para a segurança pública e com ela ficou até dezembro de 1992. [...], a Lei nº 8209 de 04/01/93, criou o Decreto nº 36.463, de 26/01/1993, organizou a Secretaria de Administração Penitenciária, a primeira do Brasil, a tratar com exclusividade do referido segmento.

Desta forma, as Unidades Prisionais destinadas ao encarceramento de mulheres que compõem a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - SAP em sua estrutura atual conforme os dados de Janeiro de 2007 são:

Unidades prisionais destinadas ao encarceramento de mulheres no Estado de São Paulo

I - Penitenciária Feminina Dra. Maria Cardoso de Oliveira - Butantã (PFB)

Endereço: Rodovia Raposo Tavares Km 19,5 Jardim Arpoador Butantã - São Paulo - SP

Capacidade 550 mulheres - Regime Semi-aberto

II - Centro de Atendimento Hospitalar à Mulher Presa

Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 19,5 Jardim Arpoador

Capacidade: 38 mulheres - Regime fechado

Histórico:

O Centro de Atendimento Hospitalar à Mulher Presa foi inaugurado em 16 de outubro de 2000 com capacidade para abrigar 80 mulheres.

Esta unidade hospitalar funciona no antigo prédio da enfermaria da Penitenciária Feminina do Butantã e teve sua capacidade aumentada para 80 mulheres, após uma reforma em suas instalações.

O Centro de Atendimento Hospitalar à Mulher Presa recebe mulheres oriundas de todas as Penitenciárias e Cadeias Públicas Femininas do Estado de São Paulo e por ser uma unidade de regime diferenciado recebe presas para Trânsito de Saúde, Trânsito Gestante de alto risco e Trânsito de Amamentação e seus respectivos filhos até quatro meses de idade.

III - Penitenciária Feminina - Ribeirão Preto

Endereço: Rodovia Alfredo Condeixa, 1666, Parque Ribeirão Preto

Ribeirão Preto - SP

Capacidade: 300 mulheres - Regime fechado

Histórico:

A Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto foi criada pelo Decreto nº 47.607, de 28 de janeiro de 2003, onde transfere a Cadeia pública masculina local., com seus bens imóveis, equipamentos, direitos e obrigações, passando da Secretaria da Segurança Pública para a Secretaria da Administração Penitenciária, ficando integrada na estrutura da Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado. Foi inaugurada em 24 de março de 2003.

Destina-se ao cumprimento de penas privativas de liberdade, em regime fechado, por presas do sexo feminino e sua capacidade é para 310 (trezentos e dez) sentenciadas.

IV-Penitenciária Feminina da Capital - São Paulo

Endereço: Avenida Zaki Narchi, 1369 Carandirú.

São Paulo - SP

Histórico: Antigo *Presídio de Mulheres* (inaugurado em 1941), tendo funcionado em prédio anexo à Penitenciária do Estado (PE) até 1973, quando passou a ser denominado como *Penitenciária Feminina da Capital*, passando posteriormente a ocupar o prédio atual.

Capacidade 410 - Regime fechado

V-Penitenciária Feminina Sant'Ana

Endereço: Avenida General Ataliba Leonel, 656 - Carandiru

São Paulo - SP

Capacidade: 2.400 mulheres - Regime fechado

Histórico:

Antiga Penitenciária do Estado (PE) considerada historicamente como um marco, uma penitenciária modelar; uma evolução da tecnologia penalógica, a qual foi inaugurada em 1920.

Ocupando o mesmo prédio da PE após sua desativação seguida de uma grande reforma, em 08 / 12 / 2005 foi inaugurada a Penitenciária Feminina de Sant'Ana.

VI - Penitenciária Feminina do Tatuapé - São Paulo

Endereço: Rua Ulisses Cruz, 96 - Tatuapé

São Paulo - SP

Capacidade: 550 mulheres - Regime fechado

Histórico: Antiga Unidade da Febem / SP, criada em 1991.

VII - Penitenciária Feminina "Santa Maria Eufrásia Pelletier" - Tremembé

Endereço: Rua Monsenhor Amador Bueno, 59 - Centro.

Tremembé - SP

Capacidade: 140 mulheres - Regime fechado

Histórico:

A Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier de Tremembé, destinada ao cumprimento de pena privativa de liberdade de sentenciadas em regime fechado, foi inaugurada em 12 de outubro de 1962. Tem como objetivos a execução da pena e a promoção dos processos de ressocialização do preso condenado, dentro do sistema progressivo.

A penitenciária funciona em um antigo prédio da Secretaria da Segurança Pública, ex-Sanatório de Tuberculosos Convalescentes da Força Pública.

Em 13 de abril de 2002 foi inaugurado o prédio destinado para visita íntima.

VIII - Centro de Ressocialização Feminino de Araraquara

Endereço: Avenida Jorge Biller Teixeira, nº 590- Vila Ferroviária - CEP : 14802-345

Araraquara - SP

Capacidade: 96 mulheres - Regimes fechado, semi-aberto e provisório

Histórico:

O Centro de Ressocialização Feminino de Araraquara foi inaugurado em 15 de março de 2004, e iniciou suas atividades em 22 de março do mesmo ano. Foi instalado em prédio adaptado que antes era ocupado por uma cadeia pública masculina. Reformado com baixo custo, utilizando-se da mão de obra de sentenciados que cumpriam pena em regime semi-aberto na Penitenciária de Araraquara, esse trabalho contou com a supervisão de agentes de segurança penitenciária de outras unidades do Estado. Sua capacidade populacional é de 96 mulheres.

São oferecidos cursos profissionalizantes, formação escolar e atividade laborterápica, visando a efetiva reintegração social.

IX - Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro:

Endereço: Rua 12 s / nº esquina c/ a Avenida da Saudade - CEP: 13501-290

Rio Claro - SP

Capacidade: 120 mulheres - Regimes fechado, semi-aberto e provisório.

Histórico:

O Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro foi inaugurado em 27 de julho de 2002, com capacidade para atender 120 mulheres. O Centro recebe presas provisórias, regime fechado e semi-aberto de Rio Claro e região.

A unidade desenvolve trabalho de alfabetização e cursos profissionalizantes, além de realizar terapias e aconselhamentos em grupos ou individual e orientação familiar.

O CRF de Rio Claro mantém parcerias com a ONG/PARC (Programa de Assistência e Ressocialização Carcerária) e empresas que juntas procuram melhorias para a unidade e reintegração para as presas.

X - Centro de Ressocialização Feminino de São José do Rio Preto:

Endereço: Rodovia BR 153, Km 47,5 - CEP : 15053-750

São José do Rio Preto - SP

Capacidade: 210 mulheres - Regimes fechado, semi-aberto e provisório.

XI - Centro de Ressocialização Feminino de São José dos Campos:

Endereço: Travessa Francisco Almada, 81 Centro - CEP : 18211-277

São José dos Campos - SP

Capacidade: 174 mulheres - Regimes fechado, semi-aberto e provisório.

Histórico:

O Centro de Ressocialização Feminino de São José dos Campos, foi inaugurado em 23 de julho de 2002 e está instalado na antiga Cadeia Pública do Humaitá, com capacidade para 174 mulheres.

A unidade atua em parceria com a ONG Associação de Proteção e Assistência Carcerária - APAC, através do convênio firmado com o Estado e a Secretaria da Administração Penitenciária.

XII - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Prf. André Teixeira Lima" - Feminino

Endereço: Rodovia Luiz Salomão Chama Km 43, Vila Ramos

Franco da Rocha - SP

Capacidade: 80 mulheres - Tratamento Psiquiátrico (Fechado); 25 mulheres - Ala de Desinternação

Histórico:

O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Professor André Teixeira Lima", anteriormente denominado Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo.

Em 13 de dezembro de 1927, o Professor de Medicina Legal Alcântara Machado apresentou ao Congresso Estadual o projeto nº.3, criando o Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, que foi oficialmente inaugurado em Dezembro de 1933.

Em 1º de Janeiro de 1934, recebeu os primeiros 150 pacientes, todos homens, que estavam sendo assistidos numa das dependências do Hospital do Juquerí, pelo Dr. André Teixeira Lima, que posteriormente se tornou, o primeiro diretor ocupando o cargo por quase 30 anos.

Em 1926, o Hospital do Juquerí assistia a 165 doentes mentais criminosos, sendo 95 brasileiros e 70 estrangeiros. Na mesma época calculava-se em 1500 o total de pessoas encarceradas supostamente acometidos de doença mental nas cadeias de todo Estado.

Em 1943, foi criada a Ala Feminina.

Em 27 de Janeiro de 1988, foi transformado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Em 1983, passou a pertencer a Secretária da Administração Penitenciária.

Em 1989, foi implantado o Regime de Desinternação Progressiva.

Atualmente o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor " André Teixeira Lima" conta com quatro Alas sendo; duas delas Colônias Normativas Masculinas (Regime Fechado), uma Colônia Normativa Feminina (Regime Fechado) e uma Colônia de Desinternação Progressiva Feminina, sua capacidade de atendimento é de 605 detentos., é uma unidade que atende em alas diferenciadas homens e mulheres, sendo destinada a:

I - Cumprimento de Medida de Segurança para inimputáveis de ambos os sexos e ocasionalmente para semi-inimputáveis, ou seja, indivíduos abrangidos pelo artigo 26 "caput" do Código Penal Brasileiro em seu parágrafo único;

II - Realizações de laudos de sanidade mental em réus de ambos os sexos;

II - Tratamento e ou avaliação de sentenciados e réus que venham a sofrer de doença mental.

(Fonte: www.sap.sp.gov.br)

Cronologicamente, a evolução das primeiras unidades prisionais no Estado de São Paulo destinadas ao encarceramento de mulheres como já foi mencionado só ocorreu após a vigência do Código Criminal Brasileiro de 1940.

De forma sistematizada e cronológica segue uma breve descrição das primeiras unidades prisionais paulistas destinadas ao encarceramento de mulheres:

Em 1941 foi criado o Presídio de Mulheres da Avenida Tiradentes, (antiga Cadeia da Avenida Tiradentes).

No ano de 1943 a Ala Feminina do Hospital do Juquerí, (Manicômio judiciário do Estado de São Paulo), atual Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Prof. André Teixeira Lima.

Em 1962 foi criado Presídio Feminino de Tremembé.

No ano de 1970 o Presídio Feminino do Carandiru, (atual Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo – PFC).

Mais recentemente em 1989, foi inaugurada a Penitenciária Feminina do Butantã – PFB, (atual Penitenciária Feminina Dra. Marina Cardoso de Oliveira), primeira unidade de regime semi-aberto do Estado de São Paulo.

Posteriormente em 1991 a Penitenciária Feminina do Tatuapé, (antiga Unidade da Febem / SP).

Em relação aos programas e atividades desenvolvidas nas referidas unidades destinadas ao encarceramento de mulheres no Estado de São Paulo, segue a seguir uma breve descrição das mesmas:

Programas desenvolvidos nas unidades prisionais femininas do Estado de São Paulo:

-Projeto Liberdade Consciente: em fase de execução, iniciou em março de 2004, o projeto tem como objetivo principal orientar e acompanhar as sentenciadas que se encontram mais próximas da liberdade, proporcionando apoio e acompanhamento após a sua liberdade, através de contatos realizados com órgãos municipais das cidades onde irão residir e inclusão das egressas e, ou familiares em programas sociais. No Projeto Liberdade Consciente e já estão incluídos programas como: frentes de trabalho, renda família, cursos profissionalizantes, bolsa escola e outros. (Pesquisa demonstra que o índice de reincidência entre as presas que participaram do projeto é de 4%).

-Programas de alfabetização, ensino supletivo e médio: em parceria com a FUNAP.

-CESU (Centro de Exames Supletivos): prova para conclusão do ensino fundamental realizada pela secretaria estadual da educação.

-Projeto MOVA (Movimento pela Alfabetização de Jovens e Adultos): em parceria com a Secretaria Municipal da Educação de Ribeirão Preto, cujo objetivo principal é diminuir a taxa de analfabetismo.

-Mova – Teatro: as aulas são ministradas através da utilização do método de ensino de Paulo Freire, com temas geradores onde o cotidiano é o princípio da aprendizagem. São trabalhados temas como família, trabalho, relações e, mensalmente apresentadas peças teatrais, composições musicais e outras atividades relativas aos temas abordados.

-Dança do Ventre: curso de dança do ventre e expressão corporal realizado todas as sextas-feiras por uma professora voluntária. O curso é composto por aulas teóricas e práticas.

-Talentos da Literatura: em parceria com a Secretaria Municipal da Cultura, o trabalho consiste no ensino de técnicas sobre redação, dissertação, elaboração de documentos e ensino sobre os diferentes gêneros literários (contos, crônicas, poesias, etc).

Apresentações Culturais: com o objetivo de proporcionar o acesso à cultura, arte e ao lazer, as apresentações acontecem aos sábados e contam com a participação de grupos voluntários de dança, corais, orquestras e etc.

-Projeto Reciclou Ganhou: projeto em parceria com companhia de bebidas, tem como objetivo principal conscientizar e informar as sentenciadas sobre a importância da reciclagem para o meio ambiente e para a saúde. Além disso, a quantidade de lixo coletada proporciona uma pontuação que reverte em premiação para as próprias presas.

-Talentos para a Liberdade: jornal interno desenvolvido com a participação das sentenciadas.

O jornal tem como objetivo principal divulgar notícias internas / externas, bem como proporcionar conhecimentos sobre diversas áreas como saúde, prevenção de doenças, cultura, educação etc.

Cursos e atividades diversas:

-Curso de Cabeleireiro: com aulas teóricas e práticas o curso está sendo oferecido por ONG, e tem como objetivo principal oferecer a capacitação profissional.

-Artesanato e Curso de Pintura e Escultura: o objetivo principal é desenvolver a criatividade e ampliar a percepção visual através de técnicas, vivências artísticas e leitura de obras..

-Exposição: com o objetivo de mostrar ao público os trabalhos produzidos pelas sentenciadas.

-Geração de Renda: exposição com o objetivo de comercialização de produtos, com renda revertida às presas que confeccionam os trabalhos.

-Curso de Jardinagem: o curso oferecido para as sentenciadas que cumprem sentença em regime semi-aberto, ensina técnicas de plantio, manutenção e harmonização de jardins.

-Patchwork: curso oferecido por uma professora voluntária onde as alunas aprendem técnicas de emendar retalhos transformando-os em trabalhos artísticos.

-Biblioteca Interna: proporciona acesso e contato com os livros.

-Musicoterapia: tem como finalidade contribuir com a diminuição dos níveis de stress e ansiedade através de sessões que promovem o bem estar das sentenciadas.

PARTE III

Capítulo 9 - Penitenciária Feminina do Butantã

Descrever a Penitenciária Feminina do Butantã (PFB), oficialmente denominada “Penitenciária Feminina Dra. Marina Cardoso de Oliveira”, é basicamente o exercício de resgate da memória de mais de seis anos de convívio profissional.

Porém inicialmente acredito que seja importante traçar uma descrição mais objetiva a respeito da PFB.

De forma objetiva, a PFB é uma unidade prisional destinada ao cumprimento de Regime Fechado e Semi-aberto (a única unidade feminina no Estado de São Paulo, destinada para este regime de pena até o ano de 2001).

Localizada na altura do Km 19,5 da Rodovia Raposo Tavares no município de São Paulo, tendo sido inaugurada em 1989 por meio do decreto estadual nº 30.748 de 14/11/1989 conforme edital na íntegra a seguir:

Decreto de criação e funcionamento da PFB:

DEC nº 30.748 de 14/11/1989

Cria e organiza a Penitenciária Feminina do Butantan e dá providências correlatas

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Artigo 1º - criada, na Secretaria da Justiça, diretamente subordinada ao Coordenador dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado, a **Penitenciária Feminina do Butantan**.

Parágrafo único - O estabelecimento penal criado por este artigo unidade com nível de Divisão Técnica.

Artigo 2º - O estabelecimento penal de que trata o artigo anterior destina-se ao cumprimento, em regime fechado, de penas privativas de liberdade, por presos do sexo feminino.

SEÇÃO II

Da Estrutura

Artigo 3º - A Penitenciária Feminina do Butantan tem a seguinte estrutura:

I - Diretoria, com:

- a) Setor de Expediente;
- b) Setor de Prontuários Penitenciários;

II - Grupo de Reabilitação, unidade com nível de Serviço Técnico, com:

- a) Diretoria;
- b) Equipes Interdisciplinares de Reabilitação;
- c) Seção de Prontuários Criminológicos;
- d) Setor de Atividades Auxiliares;
- e) Seção de Educação, com Setor de Apoio Escolar;
- f) Setor de Biblioteca e Documentação;

III - Serviço de Qualificação Profissional e Produção, com:

- a) Diretoria;
- b) Seção Industrial;
- c) Seção de Oficinas;
- d) Seção de Aprovisionamento e Limpeza;

IV - Serviço de Saúde, com:

- a) Diretoria;
- b) Equipe Médica e Odontológica;
- c) Setor de Enfermagem;
- d) Setor de Exames Complementares;

V - Serviço de Segurança e Disciplina, com:

- a) Diretoria;
- b) Setor de Portaria;
- c) Setor de Controle;
- d) Seção de Vigilância;
- e) Setor de Cadastro;
- f) Setor Auxiliar de Segurança;

VI - Serviço de Administração, com:

- a) Diretoria;
- b) Seção de Comunicações Administrativas;
- c) Seção de Pessoal;
- d) Seção de Finanças, com Setor de Movimentação de Contas Individuais dos Presos;
- e) Seção de Material e Patrimônio, com:
  1. Setor de Compras;
  2. Setor de Almoxarifado;
  3. Setor de Almoxarifado da Produção;
- f) Seção de Conservação;
- g) Setor de Administração de Subfrota.

Parágrafo único - O Grupo de Reabilitação, o Serviço de Qualificação Profissional e Produção, o Serviço de Saúde, o Serviço de Segurança e Disciplina, as Equipes Interdisciplinares de Reabilitação, a Equipe Médica e Odontológica, a Seção de Educação, a Seção Industrial, o Setor de Biblioteca e Documentação, o Setor de Enfermagem e o Setor de Exames Complementares são unidades técnicas.

Artigo 4º - A Seção de Pessoal, do Serviço de Administração, órgão subsetorial do Sistema de Administração de Pessoal.

Artigo 5º - A Seção de Finanças, do Serviço de Administração, órgão subsetorial do Sistema de Administração Financeira e Orçamentária.

Artigo 6º - O Setor de Administração de Subfrota, do Serviço de Administração, órgão subsetorial do Sistema de Administração dos Transportes Internos Motorizados e funcionará também como órgão detentor.

SEÇÃO III

Das Atribuições

Artigo 7º - O Setor de Expediente e o Setor de Prontuários Penitenciários têm, respectivamente, as atribuições previstas nos artigos 121 e 122 do Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979.

Artigo 8º - O Grupo de Reabilitação tem as seguintes atribuições previstas no Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979:

I - as do artigo 124;

II - por meio das Equipes Interdisciplinares de Reabilitação, as do artigo 126 e dos incisos I, II e III do artigo 127;

III - por meio da Seção de Prontuários Criminológicos, as do artigo 129;

IV - Por meio do Setor de Atividades Auxiliares, as do artigo 130;

V - por meio da Seção de Educação;

a) as dos incisos I e II do artigo 132;

b) pelo Setor de Apoio Escolar, as do inciso III do artigo 132;

VI - Por meio do Setor de Biblioteca e Documentação, as do artigo 136.

Artigo 9º - O Serviço de Qualificação Profissional e Produção tem as seguintes atribuições previstas no Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979;

I - as do artigo 137;

II - por meio da Seção de Oficinas, as dos artigos 138 e 139;

IV - por meio da Seção de Aprovisionamento e Limpeza, as dos artigos 138 e 140 e as do inciso IV do artigo 141.

Artigo 10 - O Serviço de Saúde tem as seguintes atribuições previstas no Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979;

I - as do artigo 148;

II - por meio da Equipe Médica e Odontológica, as dos incisos I e IV do artigo 149;

III - por meio do Setor de Enfermagem, as dos incisos I a IV, VII e VIII do artigo 151, dos incisos IV e IX do artigo 152 e as do artigo 156;

IV - por meio do Setor de Exames Complementares, as dos incisos I, II e III do artigo 152.

Parágrafo único - O Serviço de Saúde tem, ainda, as atribuições previstas no artigo 29 do Decreto nº 27.149, de 2 de julho de 1987.

Artigo 11 - O Serviço de Segurança e Disciplina tem as seguintes atribuições previstas no Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979;

I - as do artigo 157;

II - por meio do Setor de Portaria, as do artigo 158;

III - por meio do Setor de Controle, as do artigo 159;

IV - por meio da Seção de Vigilância, no Setor de Cadastro e do Setor Auxiliar de Segurança, respectivamente, as dos incisos I, II e III e do artigo 160.

Artigo 12 - O Serviço de Administração tem as seguintes atribuições previstas no Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979:

I - as dos incisos I e II do artigo 167;

II - por meio da Seção de Comunicações Administrativas, as dos incisos I e II do artigo 169;

III - por meio da Seção de Pessoal, as dos incisos I, II e I do artigo 172;

IV - por meio da Seção de Finanças:

a) as dos incisos I e II do artigo 174 e dos incisos I e III do artigo 176;

b) pelo Setor de Movimentação de Contas Individuais dos Presos, as do inciso II do artigo 176;

V - por meio da Seção de Material e Patrimônio:

a) as do inciso III do artigo 177;

b) pelo Setor de Compras e pelo Setor de Almoxarifado, respectivamente, as dos incisos I e II do artigo 177;

c) pelo Setor de Almoxarifado da Produção, as do artigo 178;

VI - por meio da Seção de Conservação, as do inciso II, do artigo 181;

VII - por meio do Setor de Administração de Subfrota, as do artigo 180.

SEÇÃO IV

Das Competências

Artigo 13 - O Diretor da Penitenciária Feminina do Butantan tem, em sua área de atuação, as competências previstas nos artigos 192, 202, 203, 205, 208, 209, 211, 212, 217, 218, 220, 225, 228, 230 do Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979.

Artigo 14 - O Diretor do Grupo de Reabilitação e os Diretores de Serviço têm, em suas respectivas áreas de atuação, as competências previstas nos artigos 205, 209, 213, 217, 218 e 230 do Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979.

Artigo 15 - As autoridades de que trata o artigo anterior têm, ainda, as seguintes competências previstas no Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979:

I - o Diretor do Grupo de Reabilitação, as do artigo 206;

II - o Diretor do Serviço de Qualificação Profissional e Produção, as do artigo 193;

III - o Diretor do Serviço de Saúde, as do artigo 194;

IV - o Diretor do Serviço de Segurança e Disciplina, as do artigo 195;

V - o Diretor do Serviço de Administração, as dos artigos 216 e 221, observado o disposto no inciso III do artigo 223, bem como as dos artigos 226, 229, 231 e 232.

Artigo 16 - Os Chefes de Seção têm, em suas respectivas áreas de atuação, as competências previstas nos artigos 207, 209, 214, 218 e 230 do Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979.

Artigo 17 - O Chefe da Seção de Educação tem, ainda, as competências previstas no artigo 200 do Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979.

Artigo 18 - O Chefe da Seção de Finanças tem, ainda, as competências previstas no artigo 222, observado o disposto no inciso III do artigo 223, ambos do Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979.

Artigo 19 - Os Encarregados de Setor têm, em suas respectivas áreas de atuação, as competências previstas nos artigos 207, 209, exceto a do inciso IX, nos incisos II e X do artigo 218 e no inciso I do artigo 230 do Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979.

Artigo 20 - O Encarregado do Setor de Prontuários Penitenciários tem, ainda, as competências previstas no artigo 197, do Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979.

Artigo 21 - As competências de que trata esta Seção, sempre que coincidentes, serão exercidas, de preferência, pelas autoridades de menor nível hierárquico.

SEÇÃO V

Disposições Finais

Artigo 22 - À Penitenciária Feminina do Butantan aplicam-se, ainda, as disposições dos artigos 235, 238, 241, 242, 246, 247, 248 e 250 do Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979.

Artigo 23 - Para fins de atribuição da gratificação "pro labore" a que se refere o artigo 17 da Lei Complementar nº 556, de 15 de julho de 1988, ficam caracterizadas como atividades específicas da classe de Médico as seguintes funções:

I - 1 (uma) de Diretor Técnico de Serviço, destinada à Diretoria de que trata a alínea "a" do inciso IV do artigo 3º deste decreto;

II - 1 (uma) de Supervisor de Equipe Técnica, destinada à Equipe Médica e Odontológica de que trata a alínea "b" do inciso IV do artigo 3º deste decreto;

III - 1 (uma) de Encarregado de Setor Técnico, destinada ao Setor de Exames Complementares de que trata a alínea "d" do inciso IV do artigo 3º deste decreto.

Artigo 24 - Para fins de atribuição da gratificação "pro labore" a que se refere o artigo 7º da Lei Complementar nº 498, de 29 de dezembro de 1986, alterado pelo artigo 11 da Lei Complementar nº 548, de 24 de junho de 1988, ficam caracterizadas como atividades específicas de Agente de Segurança Penitenciária a seguintes funções:

I - 4 (quatro) de Chefe de Seção, destinadas à Seção de Vigilância (Turnos I, II, III e IV) de que trata a alínea "d" do inciso V do artigo 3º deste decreto;

II - 4 (quatro) de Encarregado de Setor, destinadas 1 (uma) ao Setor de Portaria, 1 (uma) ao Setor de Controle, 1 (uma) ao Setor de Cadastro e 1 (uma) ao Setor Auxiliar de Segurança de que tratam, respectivamente, as alíneas "b", "c", "e" e "f" do inciso V do artigo 3º deste decreto.

Artigo 25 - O Secretário da Justiça promoverá a adoção gradativa, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras, das medidas necessárias para a efetiva implantação das unidades previstas neste decreto.

Artigo 26 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de novembro de 1989.

ORESTES QUÉRCIA; Mário Sérgio Duarte Garcia, Secretário da Justiça; Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 14 de novembro de 1989.

É importante esclarecer, que a referida unidade antes de sua utilização como unidade prisional feminina, foi um edifício originalmente construído para abrigar um seminário tendo sido desocupado no período da ditadura militar, segundo algumas narrativas, tal fato ocorreu motivado por uma hipotética atividade qualificada como subversiva; após alguns anos o prédio passou a servir como uma unidade da Febem, tendo sido desativada poucos anos depois supostamente por conta de constantes rebeliões seguidas de depredações do prédio, posteriormente após um longo período de abandono do prédio este, passou a servir como um futuro alojamento de atletas sob responsabilidade da Secretaria estadual de Esportes, projeto este não concretizado; e que finalmente deu lugar para a utilização e criação da PFB.

Segundo este breve relato pode-se perceber que a estrutura física do prédio que hoje abriga a PFB não foi originalmente concebida para tal finalidade, característica, aliás, comum enquanto origem de inúmeras unidades prisionais femininas do estado de São Paulo.

Desta forma a descrição física do Prédio que abriga a PFB é a de um edifício de quatro andares e quatro níveis, considerando o anexo em que hoje funciona o Centro de Atendimento Hospitalar à mulher presa.

Esteticamente é possível considerar o prédio como um bonito edifício, com dimensões amplas, cercado de vegetação o que lhe confere um ar de ambigüidade de serenidade e ao mesmo tempo segundo vários relatos, como um local que contribui para o afloramento de sentimentos de perda, de nostalgia e angústia.

Basicamente na parte inferior do edifício ficavam os refeitórios e cozinha e a parte administrativa, atualmente transferida por conta de sucessivas rebeliões e depredações para prédio anexo, e externo ao edifício que abriga os alojamentos das mulheres que ali se encontram encarceradas.

Os dois andares superiores eram utilizados para o alojamento ou dormitório e não possuíam grades e sequer portas.

Em edificio anexo funcionavam nos andares superiores as atividades escolares e algumas administrativas, o edifício abrigava ainda uma belíssima capela com vitrais decorados, e do outro lado foram construídas galpões utilizados como oficinas.

Basicamente esta era a configuração da estrutura física do prédio da PFB, caracterizada por extensos corredores centrais e inúmeras salas dispostas em suas extensões.

Creio que poderia descrever muitas lembranças marcantes alegres e tristes, gratificantes e de indignação, em que invariavelmente estão fixados em minha memória de forma indelével.

Narrativas que descrevem trajetórias de indignação e sofrimento, marcados por atos de humilhação e violência, antes, durante e após a experiência de encarceramento.

Narrativas que hoje se misturam, e que talvez componha um ente imaginário, único, porta voz das diferentes falas, queixas, angústias, sorrisos e choros, das inúmeras experiências vividas atrás das grades.

“Vigiar e punir” conforme Foucault se mistura com momentos de fuga, de se permitir ser livre, mesmo que ilusoriamente; na PFB muitas mulheres que diariamente pegam ônibus, saem às ruas e convivem no cotidiano com uma sensação de liberdade, partilham principalmente à noite e aos finais de semana do mesmo espaço com mulheres que há muitos anos não sabem o que é andar livremente numa calçada, numa praça.

Enquanto profissional, o contato com a ambigüidade de quem sai para além dos portões da prisão, e de quem almeja sem saber quando desfrutar deste momento é muitas vezes deparar-se com um contexto profundamente plural, dinâmico e por vezes contraditório e complexo.

A rotina homogênea não passa de estratégia disciplinar, de dominação e controle institucional, informalmente existe uma busca constante pela quebra desta imposição, busca-se o novo, a novidade assim como todos àqueles que vivem livremente.

Nestes anos aprendi que a vida dentro dos presídios não torna as pessoas que ali vivem pessoas indiferenciadas, iguais em termos intrínsecos, mas apenas ilusoriamente as roupas comuns, as calças outrora verde ou bege e as camisetas brancas é que trazem uma aparente uniformidade ou padronização.

Nenhum dia é igual ao outro, a rotina sim, enquanto mecanismo estratégico imposto busca disciplinar, normatizar os comportamentos e condutas, contudo dificilmente deixa de ocorrer algo imprevisto, talvez por isso a “instituição total” busque neuroticamente estruturar-se de forma previsível, a busca obsessiva pela previsibilidade em uma “instituição total” é a garantia necessária de que tudo estará permanentemente sob controle.

Infelizmente as novidades e alegrias na prisão não são bem vindas, mesmo quando positivas, sugerem aos olhos da direção um ar de risco, de ameaça à ordem vigente.

Sorrir é muitas vezes inadequado, se alegrar com algo é inaceitável muitas vezes, pois na prisão o chorar, o sofrimento e a dor são supostamente mais cabíveis.

Manifestações de alegria e de sorriso são por via de regra mais aceitas nas grandes festividades institucionais, as quais são organizadas dentro de um calendário previsto, e, portanto dentro de um contexto controlado, comemorações como: o dia do aniversário da unidade prisional e carnaval, por exemplo, são permitidos comportamentos de maior expressividade, como gritar, gargalhar, falar alto, dançar e conversar em grupo.

Em oposição, tais expressões são praticamente proibidas durante as festividades de páscoa, e natal onde a tônica em geral é o silêncio, o choro de tristeza principalmente por parte das mulheres que não tem a possibilidade de serem beneficiadas saídas temporárias.

No cotidiano é evidente que a prisão é um espaço excessivamente heterônomo, tudo é imposto de forma coercitiva, pela força, pela violência se necessário, pouco espaço existe para o diálogo transparente e aberto.

Neste contexto a expressão coletiva ou grupal é permanentemente encarada pela direção como ameaça, ou perigo, no cotidiano da PFB como das demais instituições prisionais pouca abertura existe para a reflexão grupal e participativa em termos da organização e utilização do espaço comum.

Quando ocorrem manifestações grupais, geralmente existe um contexto polarizado, de conflito em relação à direção, ao corpo de agentes penitenciários ou à administração, e que sendo eventualmente de cunho reivindicatório, de reclamação ou indignação, normalmente é reprimido.

Como já mencionei existe uma linearidade na rotina da instituição prisional, e que se consolida como classicamente bem observou Foucault (1983) através do “vigiar e punir”, as quais são as práticas institucionais primordiais.

Segundo Roberto da Silva (2001, p.100):

O regime disciplinar do Butantã é considerado pelas presas como dos mais restritivos dentre as penitenciárias femininas, sendo perceptível durante todo o período da pesquisa, um clima de tensão e de retraimento por parte das presas, que alegam sofrer punições, repreensões e anotações no prontuário por atos corriqueiros que são enquadrados como indisciplina.

Durante minha experiência profissional na PFB, verifiquei que existia uma constante disputa envolvendo a equipe de reabilitação e os advogados da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel de um lado em oposição à diretoria de disciplina, e chefia de plantão responsável pela vigilância e segurança da unidade.

Geralmente os critérios de punição apesar de serem questionados eram aplicados muitas vezes em situações que poderia haver outras formas de intervenção.

A sindicância interna em geral funciona no sentido de legitimação da conduta punitiva, pois institucionalmente existe para assegurar o caráter burocrático de legalidade da aplicação da eventual punição.

Durante os anos de 1997, 1998 e 1999 realizei cuidadosamente e informalmente através dos boletins diários da unidade, um levantamento a respeito do índice de ocupação das Celas de Isolamento (C.Is), do número de fugas e evasão, o intuito deste levantamento na ocasião era de levantar elementos concretos e correlacionados, para uma eventual reunião com a então diretora de disciplina para que fossem realizadas ações conjuntas no sentido de uma possível mudança de cultura punitiva e no sentido de diminuir significativamente a aplicação da C.I enquanto conduta disciplinar; cabe ressaltar que após o levantamento os referidos dados a seguir foram repassados a então direção de disciplina da unidade, contudo não houve o resultado esperado pois logo em seguida houve nova mudança de direção, fator este que deu continuidade a conduta disciplinar, a meu ver quase que banalizada, da rotina punitiva de confinamento em Cella Isolada para as supostas condutas julgadas como mais graves de indisciplina.

Os dados obtidos na ocasião são descritos conforme tabela 5 a seguir:

Ilustração 5 - Mulher encarcerada na PFB (isolamento, evasão e fugas)

<i>ANO</i>	<i>Total de dias de ocupação da C.I no ano</i>	<i>Total de fugas anual</i>	<i>Total de evasão anual</i>	<i>Média da população anual População geral Regime Semi-aberto Regime Fechado</i>
1997	185 dias	05 fugas	98 evasões	201 (População geral) 155 (Semi-aberto) 46 (Fechado)
1998	277 dias	09 fugas	142 evasões	289 (População geral) 217 (Semi-aberto) 72 (Fechado)
1999 (06 meses) ⁹	173 dias	02 fugas	60 evasões	262 (População geral) 201 (Semi-aberto) 61 (Fechado)

Fonte: BRAUNSTEIN, 2007 Pesquisa Survey.

Comparando-se os dados entre 1997 e 1998 é possível verificar que o aumento médio da população geral anual na unidade é de 43,78%, enquanto que o número de dias de ocupação da C.I no ano considerando-se o mesmo período elevou-se em 49,73%, o de fugas em 80%, e finalmente o de evasão em 44,90%. É importante mencionar que no ano de 1998 houve um período (mês de outubro) em que permaneceram na C.Is. 17 mulheres.

O que se verifica é que a C.I. como foi argumentado na ocasião, não é remédio eficaz para impor a disciplina, como tradicionalmente reza a cultura disciplinar administrativa penitenciária, calcada exclusivamente sobre a crença e lógica da segurança, do controle e da punibilidade.

Neste contexto de discussão é importante ressaltar que existe uma lógica penitenciária disciplinar que não diferencia homens e mulheres, as mulheres encarceradas são em geral expostas às mesmas condições, pouco se considera as características e especificidades da mulher em situação de encarceramento, quando muito existem mecanismos e discursos que associam feminilidade à menos valia, à indisciplina, a problemas e a aspectos negativos.

A mulher encarcerada na cultura penitenciária é geralmente vista e descrita como uma pessoa difícil de lidar, complexa, e que supostamente dificilmente se satisfaz com as condições oferecidas pela instituição prisional, desta forma quando muito as ações na esfera institucional estão voltadas para atenuar os possíveis comportamentos considerados de forma preconceituosa como histéricos, instáveis, imprevisíveis e perigosos.

Conforme Lemos Britto (19?, p.192) já descreveu por volta do ano de 1922:

Não se pode pois, do ponto de vista material, equiparar, num regimen penitenciário, as actividades femininas às masculinas.[...] Nos períodos característicos de sua sexualidade, a mulher soffre não sómente alterações orgânicas como padece de profundas modificações na sua affectividade e emotividade. É por esse motivo que já se considera, nos domínios da criminalidade, mui attenuada a responsabilidade da mulher nos períodos catameniaes. “Ao passo que nalgumas mulheres este período se manifesta sob a forma de desejos caprichosos, mudanças do estado de alma e exaggerada susceptibilidade, noutras adquire caracteres pathologicos. Conhecem-se casos de verdadeiras psychoses menstraes, em que as mulheres são atacadas de demência, comettem absurdos, tentam suicidar-se, etc.”

Considero criticamente, que a cultura penitenciária sobre a mulher encarcerada é permeada de estigmas e preconceitos, e de crenças positivistas, construídas no decorrer do processo de expansão da estrutura prisional no país e principalmente no Estado de São Paulo.

Esta cultura penitenciária sobre a mulher encarcerada como se pode perceber pela descrição de Lemos Britto, tem raízes profundas legitimadas sob bases supostamente científicas, e que por muitas décadas vem norteando as políticas públicas e a práxis institucional das estruturas prisionais destinadas às mulheres do país e do Estado de São Paulo.

Apesar de no contexto da PFB a direção ser na ocasião integralmente composta por mulheres, tal característica não era capaz de transformar esta lógica e cultura institucional e visão sobre as mulheres ali encarceradas.

Ou seja, as impressões captadas pelo ato de ver e ouvir que ficaram registradas em minha memória decorrentes de minha experiência profissional, e que agora enquanto pesquisador pelo ato de escrever buscou descrever com a maior fidedignidade possível, são apenas interpretações de uma realidade complexa, e que ontologicamente é impossível de ser reproduzida; desta forma o presente conteúdo analítico é quase uma narrativa crítica resultante de um processo de observação participativa

---

⁹ os dados referentes ao ano de 1999 correspondem aos dados acumulados apenas entre o período

que se traduz enquanto uma interpretação particularizada sobre as contradições que o contexto e a rotina prisional apresentam; um processo cognitivo que de forma perceptível ou imperceptível seja talvez comum a todos àqueles que criam e recriam a sua própria experiência existencial, e profissional dentro do ambiente prisional.

PARTE IV

Capítulo 10 - Análise dos dados da amostra

Os dados coletados e detalhados neste capítulo têm por objetivo descrever análises e comparações relacionadas aos referidos dados obtidos, trazendo como conteúdo final de reflexão algumas conclusões e propostas, e que de certa forma se constituem como elementos fundamentais de finalização de uma pesquisa científica que visa ressonâncias práticas e de apoio às formulações de políticas públicas e gestão.

Desta forma é importante mencionar que os dados visam uma análise não apenas quantitativa mas também qualitativa, e por questões metodológicas a compilação dos referidos dados gerados em formato de tabelas, foram organizados e compilados por categorias com o devido cuidado para que não houvesse alteração dos conteúdos originais registrados em cada uma das 353 entrevistas semi dirigidas e semi estruturadas realizadas entre janeiro de 2001 e setembro de 2002.

O sigilo quanto à identificação dos sujeitos da amostra por questões éticas é mantido e foi adotado como forma de identificação, apelidos compostos por letras e algarismos combinados.

Como já foi anteriormente mencionado, por conta do grande volume de material e buscando dar objetividade analítica e interpretativa sobre os dados desta pesquisa, foi definida enquanto estratégia didática, a utilização de tabelas de fácil visualização, acompanhados das reSão Pauloectivas interpretações e análises.

As referidas categorias foram organizadas da seguinte forma:

- Identificação
- Idade
- Procedência 1 (cidade, estado, país)
- Procedência 2 (estado e região do Brasil)
- Escolaridade
- Trabalho, atividade profissional ou ocupação
- Condição sócio-familiar

- Filhos
- Companheiro(a)
- Delito
- Prisão
- Dependência Química
- Saúde
- Família contato e objetivos
- Benefício judicial

Esclarecida a estratégia adotada, segue-se conforme descrito, na análise dos dados coletados:

Ilustração 6 - Mulher encarcerada na PFB (por idade)

Verifica-se em relação à idade das mulheres encarceradas da amostra, uma grande predominância de mulheres jovens com idade entre 19 e 29 anos (56,94%), se for considerado um intervalo entre as idades de 19 e 39 anos este índice atinge 83% do total da amostra.

Em contra partida, somente 12,46% do total da amostra tem idade na faixa entre 40 e 49 anos, e apenas 04,54% com idade entre 50 e 57 anos.

Comparando-se com os dados do IBGE (Censo Demográfico 2000), o percentual de mulheres com idade entre 19 e 29 anos é de 19,56% do total de mulheres brasileiras.

Em relação ao intervalo que considera o universo das mulheres brasileiras com idade entre 19 e 39 anos este percentual baseado nos mesmos dados atinge 34,6% do total de mulheres.

Estes dados denotam, portanto, que relacionado a variável idade, o índice de mulheres com idade entre 19 e 39 anos da amostra é significativamente mais elevado se comparado ao total da população de mulheres brasileiras com a mesma idade, o que revela um maior grau de vulnerabilidade ao encarceramento por parte das mulheres mais jovens no Estado de São Paulo (mulheres com idade inferior a 40 anos).

Os mesmos dados do IBGE (Censo demográfico 2000) apontam que em relação ao total da população de mulheres no Brasil, a população de mulheres com idade na faixa entre 40 e 49 anos é de 11,52%, e de 7,54% entre a faixa de 50 a 59 anos de idade, ambas as faixas perfazem um total de 19,06%, dados estes que se mostram congruentes com os índices obtidos da amostra dentro da mesma faixa etária.

Ilustração 7 - Mulher encarcerada na PFB (por procedência - regiões do Brasil)

Ilustração 8 - Mulher encarcerada na PFB (por Estados do Brasil)

Em relação à procedência, primeiramente é importante mencionar que apenas 03 mulheres da amostra são oriundas de outros países (África do Sul, Bolívia e Espanha), sendo que 77,90% do total da amostra são mulheres oriundas da região sudeste do Brasil, e 68,84% também do total da amostra, são nascidas no Estado de São Paulo.

Verifica-se uma relação coerente com os fluxos migratórios que compõem historicamente e contemporaneamente a população do Estado de São Paulo, pois existe um número significativo de mulheres oriundas dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e outros Estados do nordeste.

É importante ressaltar o grande número proporcionalmente de mulheres oriundas do Estado do Paraná (05,95% do total da amostra), representa certa surpresa, e que talvez se explique por se tratar de um Estado vizinho e com um dos maiores índices de encarceramento de mulheres no Brasil, estando pelo censo penitenciário brasileiro de abril de 2001, como o terceiro Estado do Brasil com maior número de mulheres encarceradas correspondendo a 05% (cinco por cento) do total da população de mulheres encarceradas no Brasil.

Comparando-se com os Estados de Minas Gerais e Bahia que possuem uma população de mulheres significativamente superior a do Estado do Paraná, e reSão Pauloectivamente, uma taxa de encarceramento de mulheres significativamente inferior com índices de 02,97% e 2,46% (censo

penitenciário abril / 2001), os dados desta pesquisa indicam uma possível correlação com os índices indicativos de que o Estado Paranaense possui uma elevada taxa proporcional de encarceramento de mulheres.

Considerando-se esta análise, é fundamental destacar que no ano de 2001 a taxa aproximada de encarceramento por 100 mil habitantes no Brasil atinge um índice de 131 pessoas.

A população masculina proporcionalmente é reSão Pauloonsável por uma taxa de 125 pessoas / 100 mil habitantes, e se comparada exclusivamente com o total da população brasileira masculina a taxa de encarceramento chega a 255 homens / 100 mil habitantes brasileiros do sexo masculino.

Comparando-se, ao mesmo período (ano de 2001) a taxa aproximada proporcional de encarceramento de mulheres / 100 mil habitantes é de 6 mulheres, considerando a referida taxa proporcionalmente por 100 mil habitantes brasileiras (sexo feminino) a referida taxa é de aproximadamente 06 mulheres.

Ilustrando de forma mais clara a análise, segue a tabela abaixo relacionando a taxa de encarceramento de mulheres pelos Estados mencionados acima, e que obtiveram maior frequência no total da amostra:

Ilustração 9 – Mulher encarcerada (Brasil - por 100 mil hb)

ESTADO	População total de mulheres encarceradas do referido Estado (*)	População total de mulheres no referido Estado (**)	Taxa aproximada de encarceramento / 100 mil mulheres do referido Estado	Taxa aproximada de encarceramento / 100 mil mulheres no Brasil	Taxa aproximada de encarceramento / 100 mil habitantes no Brasil
SÃO PAULO	5.138	18.893.040	27	6	3
MINAS GERAIS	287	9.039.907	03	0.3	0.16
PARANÁ	484	4.826.038	05	0.56	0.28
BAHIA	238	6.608.217	02	0.27	0.14

Fontes : IBGE, Censo DemoILUSTRAÇÃO 2000 – (**); DEPEN, Censo penitenciário abril / 2001

Segundo os dados, o Estado de São Paulo sozinho é responsável por aproximadamente mais de 50% do total de mulheres encarceradas no Brasil.

Ilustração 10 - Mulher encarcerada na PFB (por nível de aprendizado e escolaridade)

Ilustração 11- Mulher encarcerada na PFB (por nível de ensino - síntese)

Em relação à questão do nível de escolaridade, verifica-se que 84,42% das mulheres encarceradas que compõem a amostra, possuem nível de escolarização até o ensino fundamental completo.

Verifica-se também que, apenas 11,33% do total da amostra atingiram o nível de escolarização até o ensino médio, sendo que apenas 02,55% destas concluíram este nível de escolarização.

Em relação ao nível superior, verifica-se que do total da amostra, apenas 03,69% conseguiram atingir o referido nível de ensino, sendo que destas, apenas 01,13% concluíram seus cursos superiores.

Além destas conclusões, é importante destacar o expressivo número de mulheres encarceradas que nunca estudaram, das que são analfabetas, ou semi-alfabetizadas, e das que são simplesmente alfabetizadas com uma história de evasão escolar precoce; este grupo representa um total de 16,71% do total da amostra.

Em relação à questão da evasão escolar, verificou-se um grande número de relatos que indicam uma história de evasão escolar logo nas primeiras séries do ensino fundamental, principalmente por razões de trabalho precoce, abandono, desvinculação familiar, indisciplina escolar, dificuldade de aprendizagem, falta de motivação e dificuldade de acesso.

Finalmente em relação a este tópico, é importante destacar que parte significativa das mulheres da amostra consta por questões metodológicas, como pertencentes ao grupo que possuem escolarização de nível fundamental incompleto, e mencionaram que abandonaram seus estudos nos

três primeiros anos, em muitos destes casos verificou-se durante a entrevista que se equiparavam em termos de conteúdo de aprendizagem ao nível do grupo das mulheres semi-alfabetizadas.

Os referidos dados são congruentes com os dados obtidos por Roberto da Silva (2001), e reforçam a questão exposta por Graciano (2005, p.121-123) relacionada à questão dos grupos excluídos do acesso à educação.

Ilustração 12 - Mulher encarcerada na PFB (trabalho anterior ao encarceramento)

Ilustração 13 - Mulher encarcerada na PFB (por tipo de atividade exercida anterior ao encarceramento)

Quanto à variável trabalho, 61,48% das mulheres encarceradas da amostra, já haviam exercido algum tipo de atividade profissional, como já descrito no ILUSTRAÇÃO 02 a seguir:

Ilustração 14 - Mulher encarcerada na PFB (por atividades mais freqüente exercidas anterior à prisão)

Doméstica	Lavradora	Ambulante	Vendedora
Babá	Braçal / Roça	Balconista	Ajudante Geral
Aux. de Escritório	Operária	Garçone	Arrematadeira
Recepcionista	Profissional do Sexo	Secretária	Cozinheira
Costureira	Prostituição (infantil /menor de 18 anos)	Feirante	Auxiliar de Enfermagem
Office girl	Autônoma	Diarista	Faxineira

Do total das mulheres que já haviam exercido alguma atividade, 53% tinham vínculo informal, e 47% com vínculo formal.

Os dados indicam que existe uma parcela significativa das atividades exercidas que são de baixa remuneração, e que não exigem alto nível de qualificação, ou escolarização.

Ilustração 15 - Mulher encarcerada na PFB (idade do primeiro emprego)

Existe uma parcela expressiva que exerceram trabalho precoce com idade até 14 anos (25,21%) do total da amostra, e que segundo o E.C.A (Estatuto da criança e do adolescente, Lei 8.069 de 13/07/90) eram na ocasião legalmente crianças, em fase de desenvolvimento e que não poderiam exercer qualquer trabalho, tendo que haver sido amparadas pelo Estado e pela família, tendo obrigatoriamente, garantidas as condições de subsistência básicas e de pleno acesso à educação.

Ilustração 16 - Mulher encarcerada na PFB (por tipo de trabalho exercido durante o encarceramento)

Os Locais mais freqüentes de atividades internas exercidas durante o encarceramento são: oficinas de diferentes empresas; escala de limpeza, cozinha, padaria, copa, carpinagem, hospital, educação, enfermaria.

Os Locais de atividades externa (exercida fora da unidade prisional) mais freqüentes são: SAP (Secretaria de Administração Penitenciária), ACADEPEN (Escola Penitenciária), Hospital Central, Centro Hospitalar, Depto. de Saúde – SAP, Particulares, Reciclagem, Zoológico.

74,22% do total das mulheres da amostra exerciam algum tipo de atividade como detalhado na tabela 16 (acima), sendo que também em relação ao total da amostra, correSão Paulo onde a 51,84% em trabalho interno e 22,38% em trabalho externo à prisão.

Ilustração 17 - Mulher encarcerada na PFB (condição sócio-econômica familiar na infância e vida adulta)

Em relação ao aspecto da renda familiar, verificou-se que, 64,02% do total da amostra, são mulheres que foram identificadas como oriundas de famílias pobres, em que principalmente seus pais exerciam atividades de baixa remuneração e que, portanto, foram qualificadas nesta pesquisa como de baixa renda familiar. Apenas 15,86% do total da amostra, apresentaram uma condição econômica qualificada como satisfatória.

Ilustração 18 - Mulher encarcerada na PFB (qualidade do convívio familiar na infância)

Quanto ao aspecto da inter-relação afetiva familiar, e a qualidade do convívio familiar na infância, 62,32% do total da amostra, expressaram uma infância de relações afetivas satisfatórias no contexto familiar nuclear. Porém 30,32% expressaram experiências afetivas não satisfatórias na infância, basicamente motivadas por:

- Perda precoce da figura materna e ou paterna;
- Alcoolismo e conduta agressiva principalmente por parte da figura paterna;
- Desvinculação familiar precoce por questões de abandono ou extrema pobreza;
- Institucionalização, sendo que quase a totalidade na Febem / SÃO PAULO;
- Brigas e desentendimentos culminando com a separação dos pais.

Ilustração 19 - Mulher encarcerada na PFB (por existência ou não de filhos)

A grande maioria das mulheres do total da amostra são mães (78,75%), apenas 21,25% mencionaram que não tem filhos.

Ilustração 20 - Mulher encarcerada na PFB (por quantidade de filhos)

Parte significativa das mulheres da amostra tem até dois filhos (46,17%); sendo que, 12,75% mencionaram que tem três filhos, e apenas 13,03% da amostra identificada tinham quatro filhos ou mais.

Ilustração 21 - Mulher encarcerada na PFB (por idade dos filhos)

Praticamente metade do total da amostra (49,57%), são mães de crianças, tem seus filhos com idade até 12 anos.

Verificou-se que apenas 03,96% das mulheres, possuem filhos adolescentes com idade entre 13 e 14 anos; e 06,51% com idade entre 15 e 18 anos.

Ilustração 22 - Mulher encarcerada na PFB (existência ou não de companheiro (a) ou cônjuge)

A grande maioria das mulheres da amostra (77,05%) não tem companheiro(a), apenas 22,95% mencionaram que tinham companheiro(a), não houve preocupação em relação ao sexo do companheiro, ou se a relação era homossexual ou heterossexual.

Das que mencionaram ter companheiro(a), algumas delas qualificaram seus companheiros como infratores, apenas uma parcela correspondente a 09,35% do total da amostra, qualificaram seus companheiros(as) como satisfatórios(as).

Ilustração 23 - Mulher encarcerada na PFB (por artigo da condenação)

A maioria das mulheres da amostra, (58,92%), foram condenadas por assalto (artigo 157 do código penal), verifica-se que na narrativa de muitas delas, e segundo dados dos prontuários criminológicos, algumas destas condenações ao invés de furto, foram qualificadas como assalto. 20,96% do total da amostra praticaram furto (artigo 155), nota-se que o número de homicídios corresponde a apenas 07,08% .

Ilustração 24 - Mulher encarcerada na PFB (por tipo de reincidência)

Do total da amostra, 51,85% são reincidentes, pluri, multi e de forma conjugada. Este aspecto foi identificado por Roberto da Silva (2001, p.164).

No entanto, uma parcela significativa é ré primária (48,15%).

Ilustração 25 - Mulher encarcerada na PFB (por característica do delito)

31,16% foram condenadas por crimes contra o patrimônio.

Apenas 22,94% foram condenadas por crimes mais graves e qualificados como hediondos envolvendo homicídio e tráfico de droga, sendo que muitas destas durante a entrevista e dados de prontuário, apresentavam uma história anterior à prisão enquanto vitimadas por violência doméstica, praticada em muitos casos por ex-companheiro (muitos destes vitimados), e por uma condição de dependência química, que as levou a comercialização de entorpecentes como forma de subsidiar o próprio consumo.

Ilustração 26 - Mulher encarcerada na PFB (auto-avaliação em relação à condenação)

Esta variável rompe com um pré-conceito popular de que a pessoa presa é dissimulada, não assume o delito, mente para obter algum benefício.

75% do total da amostra expressaram responsabilidade em relação ao fato que desencadeou a condenação, das que não assumem, algumas alegam inocência.

Ilustração 27 - Mulher encarcerada na PFB (por motivação para o delito – etiologia)

Surpreendentemente talvez, o uso de droga e álcool foi o aspecto etiológico mais frequente da amostra (26,06%); as relações sociais e as amizades se caracterizaram como o segundo fator etiológico infracional mais frequente (24,36%). O aspecto econômico principalmente relacionado à baixa renda, e subsistência correspondeu a 22,76% do total da amostra.

O abandono, ou a extrema condição de vulnerabilidade social, é o fator etiológico em 08,78% do total da amostra.

Uma das supostas principais causas etiológicas da criminalidade feminina, o vínculo afetivo, a influência do companheiro, correspondeu a 12,74%.

Ilustração 28 - Mulher encarcerada na PFB (por tempo de prisão na data da entrevista)

Verificou-se que do total da amostra, 94,33%, é composta por mulheres que até a entrevista estavam encarceradas por um período inferior a sete anos, sendo que 69,97% estavam encarceradas a menos de 04 anos, apenas 1,81% se encontravam encarceradas por um período igual ou superior a 10 anos.

Nesta análise é importante citar que fatores como falta de assistência jurídica, e ocorrências qualificadas como indisciplina no contexto prisional, foram aspectos relevantes para o maior tempo de cumprimento de pena.

Ilustração 29 - Mulher encarcerada na PFB (por anos da sentença)

Foram condenadas com pena inferior a sete anos 77, 05%, do total da amostra, e 18,12 % com pena inferior a quatro anos, indicando uma predominância de crimes de menor periculosidade.

O entanto, 10,76% foram condenadas à sentença entre sete e inferior a dez anos.

Apenas 10,61 das mulheres, foram condenadas à sentença superior a dez anos.

Ilustração 30 - Mulher encarcerada na PFB (por dependência química)

Talvez o aspecto mais relevante desta pesquisa a meu ver, seja o dado de que 60,91% foram ou são usuárias eventuais ou habituais de droga e ou álcool.

Usuárias habituais correspondem a 52,41% do total da amostra, e 08,5% de usuárias eventuais.

Mencionaram que nunca foram usuárias 39,09% do total da amostra.

Ilustração 31 - Mulher encarcerada na PFB (por tipos de drogas mais utilizadas)

Sem surpresa, a maconha foi a droga mais freqüente da amostra, (37,96%); seguida do crack com 31,16%, verificadas com maior freqüência pelas mulheres mais jovens (abaixo de 30 anos), posteriormente vem a cocaína com 27,76%, e o uso abusivo de álcool com 07,65%, principalmente entre as mulheres acima de 35 anos e mais pobres.

A diversidade dos tipos de drogas foi um outro dado importante, foi identificado o uso de substâncias como: inalantes (cola, solventes, esmalte) principalmente utilizados durante a infância e adolescência, uso abusivo de antidepressivos e anfetaminas, além de L.S.D, haxixe e heroína, substâncias estas pouco acessíveis no Brasil.

O uso associado de diferentes substâncias também é um dado relevante.

O uso de báculo (cocaína injetada) foi verificado dentro de uma faixa etária predominantemente acima de 30 anos, e reSão Pauloonsável pela contaminação pelo vírus HIV de uma parcela significativa dessas usuárias.

Ilustração 32 - Mulher encarcerada na PFB (soropositividade para HIV/ Aids)

Como mencionado acima, 32% das mulheres identificadas como contaminadas pelo vírus HIV, foram contaminadas através do compartilhamento de seringas (uso de droga injetável), outras, (68%) foram contaminadas por fatores diversos, algumas por meio de relacionamento com parceiro infectado.

O total das mulheres identificadas na amostra contaminadas pelo vírus HIV, é de 07,08%.

Ilustração 33 - Mulher encarcerada na PFB problemas de saúde mais freqüentes durante o encarceramento)

Os principais problemas de saúde verificados foram de ordem emocional, motivados obviamente pelas condições de encarceramento (2,54%), este índice, no entanto, corresponde apenas a manifestação mais intensa e aguda do quadro depressivo.

A demanda de mulheres em condições de sofrimento psicológico é extremamente maior, e um dado evidente para quem conhece e convive dentro da rotina prisional.

As outras queixas se referem a uma história clínica em geral anterior ao encarceramento.

Ilustração 34 - Mulher encarcerada na PFB (contato com a família)

É importante mencionar que, apesar de 77,34% das mulheres mencionarem que tem contato com a família, apenas pouco mais da metade (51,28%) do total de mulheres da amostra recebem visita (conforme ILUSTRAÇÃO a seguir).

Ilustração 35 - Mulher encarcerada na PFB (visitas)

Do total das mulheres que recebem visita, a maior parte recebe visita da mãe (42%), de suas irmãs e irmãos (40,33%), e de suas filhas e filhos (34,25%), um menor número recebe visitas de seus companheiros (16,02%) e pai (11,60%).

É importante destacar que relacionada à visita familiar, existe o aspecto de que apesar do encarceramento, muitas das mulheres continuam sendo provedoras materiais de suas famílias, e a visita muitas vezes tem também como finalidade, a entrega dos proventos recebidos por meio das atividades exercidas durante o encarceramento (conforme destacado na ilustração acima), e de cestas básicas recebidas eventualmente.

Ilustração 36 - Mulher encarcerada na PFB (objetivos para com a família / filhos)

Grande parcela das mulheres do total da amostra, (81,02%), expressam planos futuros (após o encarceramento) relacionados à família e a seus filhos.

Das que não manifestaram objetivos futuros relacionados a suas famílias, (18,98), uma parcela significativa é composta por mulheres sem filhos, mais jovens (abaixo de 30 anos), e com história de vida de abandono e desvinculação familiar.

Ilustração 37 - Mulher encarcerada na PFB (parecer do laudo psicológico)

Grande parcela das avaliações psicológicas com a finalidade específica para a elaboração de laudos para a progressão de regime (benefício judicial), e que resultaram nesta pesquisa, obtiveram parecer favorável ao pedido de benefício (84,13%), é importante destacar que tal parecer não implicou

necessariamente em ratificação por parte da C.T.C (Comissão técnica de classificação), ou por parte do Juiz da Vara de execuções criminais, responsável pela decisão final.

Das que obtiveram resultado desfavorável (01,13%), o motivo principal está relacionado à identificação de fatores subjetivos, nitidamente indicativos de alto potencial de reincidência futura, e de alta expressão de destrutividade, individual e interpessoal, associado à baixa capacidade de crítica sobre si mesmo.

Ilustração 38 - Mulher encarcerada na PFB (tipos de benefícios judiciais solicitados em relação aos Laudos Favoráveis)

A maior parte dos benefícios judiciais solicitados na amostra é: Regime aberto (55,22%) e Liberdade condicional (53,87%).

O Regime semi-aberto corresponde a 16,83%, e é um benefício exclusivamente solicitado para as mulheres em Regime Fechado de encarceramento.

Ilustração 39 - Mulher encarcerada (por saída temporária)

Praticamente metade das mulheres da amostra (49,58%), já haviam tido uma ou mais saídas temporárias. Sendo que uma parcela significativa destas (48,57%), já haviam tido mais de uma saída.

É importante mencionar que uma grande parcela das mulheres que não haviam sido beneficiadas com saída temporária (50,42%), deve-se ao fato de estarem em Regime Fechado, o que não lhes permitia serem beneficiadas juridicamente com tal benefício.

Capítulo 11 - Produção bibliográfica sobre o tema (FEUSP)

Até a data de defesa desta dissertação, cinco pesquisas sobre o sistema penitenciário haviam sido concluídas dentro do *Programa de Pós-Graduação em Educação*, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sendo quatro dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. A consulta foi feita no *Banco de Dados Bibliográficos da Universidade de São Paulo Catálogo On-line Global* (DEDALUS), utilizando-se os indexadores *sistema penitenciário, sistema prisional e prisão*.

Duas destas produções são da mesma autoria – o orientador desta dissertação – e outras duas foram produzidas sob a mesma orientação de Flávia Inês Schilling, evidenciado que somente a partir de 1996 o tema passa a ser de interesse para a pesquisa na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, mas ainda com um número reduzido de professores que possam orientar pesquisas capazes de aprofundar a compreensão sobre o significado da prisão e do que se passa dentro dela.

Autor	Silva, Roberto da
Título	Trajetória de institucionalização de uma geração de ex-menores : o processo de constituição da identidade delinqüente em crianças órfãs e abandonadas
Imprenta	São Paulo, 1996
Descr Fís	253p + anexos
Grau	Dissertação (Mestrado)
Resumo	A pesquisa indica que de 370 meninos internados entre os anos de 1958 e 1964, 35,9% tornaram-se infratores, com período médio de 3 anos para o cometimento do 1º Delito. Destes, 66% tornou-se reincidente, com período médio de 1 ano para o cometimento do 2º Delito. Dos reincidentes, 76% tornaram-se multi-reincidente, cometendo 3 ou mais delitos. A amostra compõe-se de remanescentes da casa dos expostos e da primeira geração de meninos internados sob o regime funabem/febem, fato que me permitiu descrever as sucessivas fases da assistência à criança desamparada, para concluir que o sistema de institucionalização foi um dos fatores determinantes para a criminalização da criança órfã e abandonada. Através da pesquisa documental foi possível verificar o modo peculiar de constituição da identidade de crianças internadas em tenra idade sem qualquer referencia anterior de identificação. O conhecimento dessa realidade permitiu verificar como se formou a identidade institucional dos futuros infratores e como esta identidade metamorfoseou-se, na prisão, passando a constituir-se em um status prisional, em uma identidade criminosa, no caso dos reincidentes e multi-reincidentes

Fonte : Catálogo de dados bibliográficos da Universidade de São Paulo – Catálogo on-line FEUSP - <http://dedalus.usp.br>

Autor	Silva, Roberto da
Título	A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação da liberdade
Imprenta	São Paulo, 2001
Descr Fís	336 p + anexos
Grau	Tese (Doutorado)
Resumo	Trata-se de pesquisa qualitativa, que visa investigar a eficácia da pena de privatização da liberdade como recurso preferencial da sociedade no enfrentamento da criminalidade. Uma unidade de internação da Febem de São Paulo, uma penitenciária feminina, um presídio de regime semi-aberto e uma cadeia pública do interior do Estado de São Paulo, com 60 presos entrevistados em cada uma delas compõe a base de dados da pesquisa. Consideraram-se as variáveis gênero, tempo, idade, duração e local de cumprimento da pena como fatores diferenciais entre os quatro subgrupos. Amparada em documentação oficial, análise de prontuários, entrevistas estruturadas com internos, técnicos e diretores, montaram-se conjuntos de variáveis para traçar o perfil de cada preso nas fases pré-prisional e prisional, fazendo-se também a caracterização do que é a vida prisional de cada sujeito dentro da prisão. Procedeu-se a comparações entre a condição de entrada na prisão e a condição atual, avaliando como as variáveis escolarização, formação profissional, constituição familiar, exercício de direitos e estrutura de apoio sócio-familiar se transformou em função do tempo e do espaço. A análise dos dados quantitativos e das informações qualitativas apontam para uma condição de extrema vulnerabilidade pessoal e social da quase totalidade dos presos, com acentuada deterioração dos principais quesitos necessários ao exercício dos direitos de cidadania, tanto na prisão como fora dela; identifica que a pena e a prisão acabaram por potencializar ao extremo deficiências pessoais e sociais ao ponto de fazer com que seus códigos, símbolos e valores sejam acatados por indivíduos que, de São Paulo, rovidos deles em outras instâncias da vida social, passam a encontrar na prisão e na cultura prisional referencial para nortear o pensamento, o sentimento e a conduta. A pesquisa aponta que o modelo organizacional e administrativo da prisão concorre para a solidificação da pedagogia do crime dentro de suas muralhas, analisando também a hierarquização dos saberes científicos dentro da prisão e a responsabilidade que possuem na falência da pena como instrumento preferencial de combate à criminalidade

Fonte : Catálogo de dados bibliográficos da Universidade de São Paulo – Catálogo on-line FEUSP - <http://dedalus.usp.br>

Autor	Português, Manoel Rodrigues
Título	Educação de adultos presos: possibilidades e contradições da inserção da educação escolar nos programas de reabilitação do Sistema Penal no Estado de São Paulo
Imprensa	São Paulo, 2001
Descr Fís	208 p + anexos
Grau	Dissertação (Mestrado)
Resumo	Este trabalho consiste numa tentativa de investigar as possibilidades e contradições em constituir a educação escolar enquanto um dos aSão Pauloectos da operação penitenciária de transformação dos indivíduos punidos. Ponto de inflexão de uma trajetória profissional de dez anos, atuando no Programa de Educação do sistema penal do Estado de São Paulo, o trabalho procura sistematizar uma série de reflexões e questionamentos, cuja nítida orientação era a consolidação de uma proposta educativa própria, destinada à população carcerária. As prisões, suas normas, procedimentos e valores observam a absoluta primazia na dominação e no controle da massa encarcerada. Decorre que a manutenção da ordem e disciplina internas são transfiguradas no fim precípua da organização penal. Os programas e atividades considerados "reeducativos" inserem-se nesta lógica de funcionamento, pautando suas ações e finalidades pela necessidade de subjugar os sujeitos punidos, adaptando-os ao sistema social da prisão. Contudo, a resistência prisioneira ao controle é patente. A educação, de forma alguma, permanece neutra nesse processo (embate) de subjugação e resistência. Seus pressupostos metodológicos e suas práticas cotidianas podem contribuir para a sedimentação da escola enquanto recurso ulterior da preservação e formação dos sujeitos, nos interstícios dos processos de dominação. A pesquisa procura delinear as possibilidades para que as prerrogativas da gestão penitenciária não irrompam as práticas educativas, prescrevendo suas ações. Por conseguinte, impõe-se a necessidade de inscrever o Programa de Educação de Adultos Presos aos seus congêneres no âmbito nacional, efetivando sua organização por preceitos mormente educacionais e não carcerários

Fonte : Catálogo de dados bibliográficos da Universidade de São Paulo – Catálogo on-line FEUSP - <http://dedalus.usp.br>

Autor	Graciano, Mariangela
Título	A educação como direito humano : a escola na prisão
Imprensa	São Paulo, 2005
Descr Fís	165 p
Grau	Dissertação (Mestrado)
Resumo	Esta pesquisa tem por objetivo investigar a efetivação do direito à educação escolar, tomando como parâmetro a noção contemporânea de direitos humanos, definidos como universais, indivisíveis, interdependentes entre si e destinados a garantir a dignidade humana. Dada a amplitude do tema proposto, foi adotado como recorte a educação escolar oferecida às mulheres prisioneiras da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, onde foram realizadas entrevistas e acompanhamento de aulas na escola da unidade. O marco inicial deste relatório são informações acerca da inserção do direito à educação nas normas jurídicas, nacionais e internacionais. O segundo capítulo faz a contextualização da pesquisa de campo, baseada em breve histórico da prisão de mulheres no Brasil e no Estado de São Paulo, no qual procura-se ressaltar as ações educativas empreendidas no seu interior, destacando o papel do Estado e da sociedade civil na sua efetivação. O terceiro capítulo apresenta algumas características da educação penitenciária organizada no estado de São Paulo a partir do final da década de 1970, buscando estabelecer relações com as orientações do Estado brasileiro para a educação de pessoas jovens e adultas. O quarto capítulo busca demonstrar o resultado do trabalho de campo na escola da Penitenciária Feminina da Capital, por meio das observações feitas e das impressões expressas pelas alunas e professoras sobre a experiência escolar, apreendidas nas entrevistas e conversas informais. Por fim, o último capítulo, menos que apresentar conclusões, busca relacionar informações e percepções identificadas ao longo do trabalho de maneira a interagir com as hipóteses iniciais propostas

Fonte : Catálogo de dados bibliográficos da USP – Catálogo on-line FEUSP - <http://dedalus.usp.br>

<i>Autor</i>	Miyashiro, Sandra Regina Galdino
<i>Título</i>	Filhos de presidiários : um estudo sobre estigma
<i>Imprenta</i>	São Paulo, 2006
<i>Descr Fís</i>	126 p
<i>Grau</i>	Dissertação (Mestrado)
<i>Resumo</i>	Esta pesquisa teve como objetivo estudar jovens que vivem - ou viveram - o encarceramento de um dos progenitores. Buscamos verificar quais são suas percepções a respeito do encarceramento de seus pais, como observam a associação de sua imagem à figura criminoso de seus progenitores. A partir da constatação, em suas falas, da presença da idéia de "sangue" e "ambiente", que determinaria uma reprodução da carreira criminoso dos pais, construímos pontes com as teorias biodeterministas do século XIX que compõem o imaginário social quando o assunto é o destino ou a trajetória de jovens que têm ou tiveram seus pais ou mães encarceradas. Buscamos refletir sobre a superação dessas análises ou a revitalização desse pensamento na atualidade, aSão Pauloecto que parece contraditório ao discurso de inclusão e de reSão Pauloeito à diversidade. No Brasil, as raízes do "estigma", associado a familiares de criminosos, têm origem no século XIX, através da penetração de teorias criminais, originárias em grande parte da Europa, da política eugenista e da higienista. A criminologia provocou grandes transformações na maneira de conduzir as ações ou as políticas de prevenção e controle dos indivíduos e das crianças e adolescentes. Dentro dessa nova maneira de gerir os indivíduos proposta pela criminologia, não passariam deSão Pauloercebidas a questão da prevenção dos delitos da "menoridade", que ganharia novos contornos. Os filhos de presidiários seriam alvos privilegiados da ação daqueles que pensavam uma sociedade liberal, mas ao mesmo tempo controladora e fiscalizadora da manifestação de vícios latentes. (Continua)
<i>Resumo</i>	(Continuação) O discurso educacional se apropriou dessas concepções e ao longo de décadas despendeu esforços no sentido de tentar, através de ações junto a essa população e suas famílias, recuperar indivíduos já "viciados geneticamente" ou influenciados pelo meio familiar e social. Os discursos dos filhos de presidiários, nas entrevistas, são ambíguos e ambivalentes. Em relação a estas questões, aspecto que, aos olhos daqueles que vivenciam cotidianamente o medo e a insegurança diante do crime, parece algo aterrador. Nos seus discursos, permeados pelo segredo em relação à reclusão dos pais podemos observar que essa condição os fixa numa posição de estigma/ descrédito

Fonte : Catálogo de dados bibliográficos da USP – Catálogo on-line FEUSP - <http://dedalus.usp.br>

Conclusões, propostas e sugestões

Considerando-se a universalização legal do ensino fundamental no Brasil e gratuito por meio de três instrumentos: i) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de Dezembro de 1948, em seu artigo 26; ii) a Constituição de 1988 em seu artigo 208, e; iii) a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996), em seu artigo 4 inciso I, relacionada a constatação não apenas nesta pesquisa mas também em outras já mencionadas como as de Roberto da Silva (2001) e Mariangela Graciano (2005), demonstrando que o índice de analfabetismo e baixa escolarização é muito elevado entre a população encarcerada, sendo que também existe um alto índice associado de evasão escolar nessa população principalmente nos primeiros anos do ensino formal.

Creio que ao término desta dissertação, esta pesquisa também indique uma necessária reflexão frente ao papel da escola e das políticas públicas educacionais brasileiras diante da necessidade de assumirem um compromisso social mais ativo e eficaz para a redução da vulnerabilidade individual e coletiva frente ao uso abusivo de substâncias psicoativas legais e ilegais, frente à criminalidade, frente à punibilidade, à exclusão, à institucionalização e ao encarceramento de crianças, adolescentes, homens e mulheres.

Ou seja, uma reflexão voltada ao papel da escola alicerçada também sobre um paradigma social- pedagógico.

Evidentemente diante de uma realidade constatada através de inúmeros dados de pesquisa que indicam que a baixa escolarização esta diretamente associada a vários níveis de vulnerabilidade social, incluindo-se à vulnerabilidade ao encarceramento como é o objeto central desta dissertação, acredito que seja imprescindível não só o engajamento, mas também a capacitação da escola enquanto instituição educacional dentro de um projeto que contribua ativamente para a redução de uma condição a qual poderia ser denominada por *cidadania vulnerável*.

Entendo por *cidadania vulnerável*, a condição cidadã incompleta e que conforme Roberto da Silva (2001; 1997) supostamente se completa em muitos casos dentro de uma “instituição total” (presídios, Febem, e outros).

O termo reeducando utilizado nas instituições prisionais atesta e comprova esta atribuição socialmente e politicamente dada às “instituições totais”.

Seria, ou tem sido realmente a “instituição total” um espaço adequado para a execução da difícil tarefa de redução da vulnerabilidade ao encarceramento e a violência?

Seria adequado ou tem sido adequada, a utilização desta estratégia enquanto política pública?

Os dados desta pesquisa demonstram que não, ao menos em relação às mulheres encarceradas a instituição prisional é ineficaz para cumprir esta atribuição.

Enquanto política pública, delegar exclusivamente às instituições prisionais a tarefa de *reeducar, ressocializar, reintegrar* é de forma analítica, a utilização de uma estratégia de intervenção minimizada, atenuada e fadada ao insucesso, e isto historicamente tem se comprovado.

Os elevados investimentos exclusivamente em segurança pública e em equipamentos ou unidades de encarceramento são extremamente ineficazes.

Acreditar ideologicamente que apenas por meio da punibilidade é possível o estabelecimento de uma sociedade organizada e ética em suas inter-relações é acreditar em algo sem fundamentação histórica, teórica e prática

Sobre esta questão o termo *pseudo-cuidado* se aplica no sentido de que a “instituição total” se revela como insatisfatória frente ao ideal ético de cuidar, a medida que todos os dados desta e de outras inúmeras pesquisas citadas nesta dissertação corroboram igualmente no sentido de demonstrarem cientificamente que as instituições prisionais brasileiras estão e historicamente sempre estiveram muito longe de atingirem eficazmente objetivos positivos para qualquer pessoa que ali permanece encarcerada.

Os dados quantitativos e qualitativos levantados e analisados nesta pesquisa, demonstram que a condição da mulher encarcerada revela uma realidade em que a instituição prisional não é capaz de atender; definitivamente, *reeducar, ressocializar* ou *reintegrar* são tarefas que a instituição prisional paulista ou brasileira não cumpre satisfatoriamente.

O contexto, a práxis e a dinâmica do cotidiano prisional das mulheres encarceradas desta pesquisa, apontou uma pequena ênfase e pouca preocupação em ações, e estruturas voltadas ao atendimento destes objetivos.

Relacionado a esta questão Graciano (2005, p.123) descreve que:

A educação penitenciária, ainda que de forma hesitante e pouco precisa, está prevista em leis; no entanto, sua concretização enfrenta obstáculos de diversas ordens, como a indefinição da responsabilidade administrativa por sua realização, a falta de destinação orçamentária, a ausência de recursos pedagógicos adequados, a incompatibilidade gerada entre a frequência às aulas e as demais atividades prisionais, as relações de poder dentro da prisão, entre outras.

Frente aos dados qualitativos, as narrativas e observações desta pesquisa, a vigilância, a punibilidade, a reclusão, e a segregação social são as ações efetivamente mais relevantes que a instituição prisional consegue ou está mais capacitada a cumprir.

A ênfase dada às ações de *reeducar*, *reintegrar*, e *ressocializar* são ações minimizadas, descontínuas e improvisadas dentro da rotina e cotidiano das mulheres encarceradas desta pesquisa.

O ambiente disciplinar e prisional imposto à mulher encarcerada, pouco se diferencia a do homem encarcerado, conforme os inúmeros estudos e relatos sobre as prisões, pouco espaço existe para algo que não seja àquelas necessárias a manutenção do metabolismo (biológica, orgânica, fisiológica), e das atividades de *laborterapia* e que na verdade se revelam como atividades encaradas como de subsistência e alienantes.

Fora estas atividades, existe uma grande parte do tempo que é utilizada para as tarefas organizativas e disciplinares (contagens, checagens e revistas), ou seja algumas poucas horas restam para a reflexão sobre si mesmas, para os estudos, para os cultos religiosos e contato com a família através das visitas.

Ou seja, quais tarefas do cotidiano prisional contribuem para reeducar, reintegrar e ressocializar?

Segundo os dados desta pesquisa, muito poucas!

Quais são as estruturas e recursos materiais e humanos que efetivamente contribuem para reeducar, reintegrar e ressocializar?

Segundo os dados desta pesquisa relacionados às observações, narrativas e os dados quantitativos relacionados ao índice de reincidência por exemplo, existem muito poucos recursos materiais e humanos e estruturas que efetivamente contribuem para tais objetivos.

Não se pode continuar acreditando que exclusivamente no contexto prisional e dentro desta configuração chamada “sistema”, tais objetivos sejam eficazmente atingidos, é preciso analiticamente falando que se pense em políticas públicas integradas.

Ao meu ver, a educação formal, e a educação informal exercem um papel importantíssimo de contribuição, principalmente quando estão alicerçadas por um olhar social, político e crítico para a questão, assim como defendeu Paulo Freire em suas inúmeras obras.

A denominada Pedagogia Social, e as práticas sócio-educativas estão implicitamente ligadas e interligadas ao contexto e ambiente escolar.

Assim, quando se pensa em políticas públicas integradas para a construção da cidadania, para a garantia do direito à educação, ao trabalho, a segurança, a democracia e ao bem estar social, e aqui incluo o termo do ser cuidado individualmente contra a vulnerabilidade social, e a cidadania incompleta; é preciso que se pense em ações conjuntas, é necessário que se pense nas competências e atribuições legais e institucionais.

Desta forma as políticas públicas para o setor penitenciário não podem ser pensadas, definidas e executadas exclusivamente nas esferas jurídicas e de segurança pública, como vem acontecendo historicamente no Brasil desde o período colonial.

A educação, e os profissionais envolvidos com as questões pedagógicas e sócio-pedagógicas teriam ao meu ver um papel vital neste processo.

Portanto, a redução da vulnerabilidade ao encarceramento inicia, conforme Roberto da Silva (1997, p.190-191), com a necessidade de restituição de algo anteriormente subtraído da vida e da história de muitas das pessoas que hoje compõe a população das inúmeras “instituições totais”, que é a necessidade de “restituir-lhes a dignidade própria de todo ser humano” e que “não pode ser entendido como um gesto e benevolência nem como uma concessão do Estado”.

A cidadania só é possível de ser completada, e de se tornar algo realmente significativo individualmente e coletivamente, a medida que as condições que se vinculam às garantias dos direitos e a dignidade humana forem plenamente e sinceramente respeitadas.

Assim sendo o papel da educação e do educador é fundamental neste processo, já que atualmente e quase por unanimidade a ação pedagógica opera sob bases não coercitivas, e que permitem a construção da autonomia.

Ou seja, a relação e a inter-relação entre o educador e o educando, ou o reeducando é a qualquer tempo potencialmente, a única possibilidade efetiva de ruptura em relação à cultura do vigiar e punir, e do modo operante da “instituição total”.

Em relação a esta questão gostaria de concluir citando textualmente Paulo Reglus Neves Freire (2002, p.10):

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica.[...]

Não há, portanto, como admitirmos a existência de um homem totalmente não comprometido diante da sua “circunstancia”. É condição de sua própria existência, o seu compromisso com essa “circunstancia” em que inegavelmente aprofunda suas raízes e de que também inegavelmente recebe cores diferentes.

É nesse sentido que se pode afirmar que o homem não vive autenticamente enquanto não se acha integrado com a sua realidade. Criticamente integrado com ela. E que vive vida inautêntica enquanto se sente estrangeiro na sua realidade. Dolorosamente desintegrado dela. Alienado de sua cultura.[...]

Um dos grandes problemas de nossa educação atual, cada vez mais devendo endereçar-se no sentido da nossa democratização, é por isso, o de superar esta quase exclusiva centralização na palavra, no verbo, nos programas, no discurso.

Esvaziar-se desse verbalismo todo e fazer-se democrática. O seu grande problema está realmente em mudar. Em vencer aquele autoritarismo anotado e, ajustando-se às condições faseológicas de nosso processo, ajudar a nossa democratização.[...]

O que importa, realmente, ao se ajudar o homem é “ajudá-lo a ajudar-se”. É promovê-lo. É fazê-lo agente de sua própria recuperação.

É, repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas e dos problemas de sua comunidade.

O assistencialismo, ao contrário, é uma forma de ação que rouba ao homem condições à consecução de uma das necessidades fundamentais da alma humana – a responsabilidade.

É exatamente por isso que a responsabilidade é um dado existencial. Daí não poder ser ela incorporada ao homem intelectualmente, mas vivencialmente.[...]

No assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e “domesticação” do homem. Gestos e atitudes.

Ao término desta dissertação, acredito que propor sugestões embasadas analiticamente sobre os dados obtidos, seja fundamental principalmente quando o objeto de pesquisa tangência permanentemente o domínio das políticas públicas, e principalmente dentro de um contexto em que historicamente pouco avanço tem sido obtido.

Em relação às políticas públicas voltadas especificamente ao encarceramento de mulheres, é preciso que sejam destacadas algumas sugestões não só alicerçadas como mencionei frente aos dados e análise desta pesquisa, como também frente à análise histórica sobre o encarceramento de mulheres e principalmente frente às conquistas dos direitos das mulheres e das pessoas encarceradas nas últimas décadas.

Portanto antes de destacar tais sugestões, creio que seja preciso explicitar quais são os instrumentos legais que também sustentam tais sugestões.

Em primeiro lugar, em relação aos direitos das mulheres destaco:

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (adotada pela Assembléia das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 217 A (III), de 10/12/1948). Neste item é importante mencionar que o Brasil como Estado-Membro da ONU aderiu a este tratado internacional na mesma data.
- **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher** (aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução 34/180, de 18/12/1979). Conhecida internacionalmente pela sigla CEDAW (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women), foi ratificada pelo Congresso Nacional Brasileiro com reservas em 01/02/1984, e por ocasião da promulgação da **Constituição Brasileira de 1988**, no ano de 1994 o governo Brasileiro ratificou integralmente a Convenção retirando as reservas anteriormente feitas.
- **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará / 1994**. (adotada pela Assembléia Geral dos Estados Americanos em 06/06/1994, e ratificada pelo Brasil em 27/11/1995).
- **Declaração e plataforma de ação da IV conferência mundial sobre a mulher – BEIJING / 1995** (IV Conferência Mundial da Mulher das Nações Unidas de setembro / 1995, ratificada integralmente pelo Brasil).
- **Protocolo facultativo à convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher / 1999** (adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas de 15/10/1999, protocolo assinado pelo Governo Brasileiro no ano de 2001).

E em relação aos direitos das pessoas encarceradas é preciso destacar:

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (adotada pela Assembléia das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 217 A (III), de 10/12/1948).
- **Declaração sobre a proteção de todas as Pessoas contra a tortura e outros tratamentos, ou penas cruéis, desumanos ou degradantes** (resolução nº 3.452 (XXX) aprovada pela Assembléia Geral a Nações Unidas em 09/12/1975).
- **Código de conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a Lei** (adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 17/12/1979, por meio da resolução 36/169).

- **Lei de Execução Penal – L.E.P – Lei nº 7.210 de 11/06/84.**
- **Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes** (adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 39/46 de 10/12/1984; tendo sido ratificada pelo Brasil com força de Lei em 28/09/1989).
- **Constituição Brasileira de 1988** (principalmente em seu artigo 5º).
- **Declaração e programa de ação da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos Viena / 1993** (Conferência das Nações Unidas junho de 1993).
- **Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil** (Resolução nº 14 de 11/11/1994, em consideração à Sessão aprovada entre 26/04 e 06/05/1994 pelo Comitê Permanente de Prevenção do Crime e Justiça Penal das Nações Unidas, e da decisão unânime do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reunido em 17/10/1994; em atendimento à Determinação da Assembléia Geral das Nações Unidas, através da Resolução nº 2.858 de 20/12/1971, e reiterada pela Resolução nº 3.218 de 06/11/1974).

Partindo destes princípios e tratados, e como já mencionado, da análise sobre os dados qualitativos e quantitativos desta pesquisa; seguem algumas sugestões no sentido de contribuir ainda que minimamente para a formulação e execução de políticas públicas relacionadas especificamente ao encarceramento de mulheres:

- É de suma importância que se dê maior visibilidade para a questão da mulher encarcerada no âmbito das políticas públicas.
- Que se criem formas de adequação às especificidades das mulheres em situação de encarceramento, e que se criem mecanismos efetivos de respeito aos tratados e legislações que garantem e resguardam os direitos e a dignidade da mulher encarcerada.
- É fundamental o fomento de ações de capacitação e treinamento específicos aos profissionais que atuam em unidades destinadas ao encarceramento de mulheres.
- É fundamental que a rotina e a dinâmica prisional seja reformulada no sentido da maior adequação às necessidades específicas das mulheres em condição de encarceramento.

- É preciso que no contexto e dinâmica prisional, os recursos materiais e humanos sejam mais voltados às necessidades educacionais e de resgate da dignidade e da auto-estima, ao invés de ações exclusivamente disciplinares, de vigilância e punitivas.
- É de suma importância que se considere a formulação de mecanismos de execução penal especial para a mulher, bem como de novas alternativas de aplicação de penas, voltadas principalmente às mulheres que cometeram infrações, delitos e crimes que não envolvam atos de violência, sugerindo a aplicação de penas alternativas e a maior utilização dos tribunais de conciliação.
- É imprescindível a execução e a formulação de políticas públicas integradas e de intervenção interdisciplinar para que os objetivos de reabilitação, reintegração e reeducação sejam eficazmente atingidos. Esta questão amplamente discutida anteriormente é de fundamental importância, pois impõe mudanças profundas de paradigmas que vão além da adoção de mecanismos e estratégias exclusivamente jurídicas e de segurança, exige uma visão educacional, um olhar pedagógico-social para a questão, ou seja uma nova composição nas estruturas políticas, institucionais e gerenciais.
- Em termos de ações preventivas, é necessário que se desenvolva um novo olhar e comprometimento das políticas públicas educacionais e de saúde, e principalmente das escolas públicas, sobre as questões que impliquem em ações mais efetivas voltadas para a redução da vulnerabilidade social, do consumo de drogas lícitas e ilícitas, e em relação ao encarceramento; além da promoção de ações de gestão participativa integrada com a comunidade, visando à diminuição da cultura da violência, da intolerância, da exclusão, e da segregação em todos os níveis.

Referências bibliográficas

- ABBOT, Pamela; WALLACE, Claire. *An Introduction to sociology: feminist perspectives*. London: Routledge, 1997.
- ADORNO, Sérgio. *Como enfrentar o aumento da criminalidade*. Jornal Estado de São Paulo. Caderno Cidades, São Paulo, p. 3, 27/01/2002.
- _____. *Reincidência e reincidentes penitenciários*. São Paulo: Rev. Brasileira de Ciências Sociais, SP, v. 9, n. 3, p. 70 – 94, 1989.
- _____. *Sistema Penitenciário no Brasil*. Rev. USP, São Paulo, n. 9, p. 65-78, maio. 1991.
- _____. *Violência contra as mulheres*. Ciência e cultura, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 440, abril, 1987.
- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e terra, 1995.
- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Instituição e poder: a análise concreta das relações de poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986.
- ALCÂNTARA, Machado. *Projeto do Código criminal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunaes, 1938.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos Índios. Brasília*. Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo, Forense Universitária. 1981.
- _____. *Da revolução*. Brasília, UnB, 1988.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.
- _____. *O sistema totalitário*. Lisboa, Dom Quixote, 1978.
- _____. *Origens de totalitarismo, I: o antisemitismo, instrumento de poder*. Rio de Janeiro. Ed. Documentário. 1975.
- _____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das letras, 1990.
- BARBOSA, Rosana M. *Presença negra numa instituição modelar: o hospício do Juquerí*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Filosofia – FFLCH - USP, 1992.
- BECKER, Howard. S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- BEDASSE, Raimunda. M. da S. *Feminismo e Violência: representação da mulher [...]*. (Tese Doutorado), São Paulo: Letras - FFLCH – USP, 1998.
- BENJAMIN, Alfred. *Entrevista de Ajuda*. SP, Martins Fontes, 1985.
- BLAY, Eva. A. (Org). *Igualdade de oportunidades para as mulheres*. São Paulo, Humanitas, 2002.
- _____. A. *A mulher e o trabalho qualificado na indústria Paulista*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH – USP, 1972.
- _____. A. *Assassinadas, não assassinas*. Jornal da USP. São Paulo. 8 - 15 / 11, p.12 – 13, 1999.

- _____. A. *Criminosa é a lei*. Jornal Folha. de São Paulo . Opinião , São Paulo, p.2 , 28/09/1993.
- BOURDIEAU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999
- _____. *O Poder simbólico* . Rio de Janeiro , Bertrand Brasil, 1989
- _____. WACQUANT, Loïc. *O imperialismo da razão neoliberal*. Revista Possibilidades, n. 1, ano 1, p. 24–28, setembro 2004. Disponível em: <http://www.nmueg.ubbi.com.br/pos1-3bourdieu.htm>
- BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. *Violência e criminalidade: as razões e as lógicas das instituições de pseudo cuidado*. Psicol. Am. Lat., maio 2006, no.6, p.0-0. ISSN 1870-350X.
- _____. *Violência e criminalidade: as razões e as lógicas das instituições de pseudo cuidado*. Psicol. Am. Lat. [online]. maio 2006, no.6 [citado 04 Fevereiro 2007], p.0-0. Disponível em: Web:<http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2006000200007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1870-350X.
- BRITTO, Lemos. *A questão Sexual nas Prisões*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Jacintho, (19.?)
- BRUNER, Jerome. *Atos de significação*. Porto Alegre , Artes Médicas, 1997.
- CAMPBELL, R.; CRISTOPHER, J. *Moral development theory: a critique of its Kantian presuppositions*. Developmental review, v. 16, n. 1, 1966, p. 1-47.
- CARNEIRO, Moaci A. *LDB fácil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CEPIA (Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação). *As mulheres e os Direitos Humanos*. RIO DE JANEIRO: CEPIA, 2001.
- _____. (Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação). *Instrumentos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001.
- CHARLES, Marily. D. *Meio Ambiente Prisional*. (Dissertação de Mestrado), SP, Direito – PUC, 1997.
- CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: Uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro, Rosa dos tempos, 1990.
- COUTO, Rita Cristina C. M. *Eugenia, loucura e condição feminina no Brasil*. (Dissertação de Mestrado), SP, FFLCH-USP, 1994.
- CUNHA. Manuela I. P. da. *A prisão e as suas novas redundâncias*. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5226>. Consultado em novembro de 2006.
- DAHENDORF, Ralf. *O conflito social moderno*. São Paulo: EDUSP, 1992
- DEL PRIORE , Mary. *Ao sul do corpo*. Rio de Janeiro. José Olímpio, 1993.
- _____. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997.
- DEPARTAMENT OF JUSTIÇE . *Criminal Investigative Analysis – Sexual Homicide* . USA,1990

- DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional). <http://www.mj.gov.br/depen>. Acesso em novembro/2006.
- DORNAS FILHO, João. *O padroado e a Igreja brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- DOTTI, René A. *Princípios do processo penal*. Em: Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Brasília, Conselho Nacional de política Criminal e Penitenciária vl. 01, n. 1, jan/jun. p. 73-102, 1993.
- DUBLY, Georges ; PERROT, Michele. *História das mulheres no ocidente*. Porto - Portugal, Ed. Afrontamento, 1990.
- DURKHEIM, Emile. *Lições de sociologia : a moral , o direito e o estado*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.
- ELLIS, Lee ; HOFFMAN, Harry. *Crimes in biological, social, and moral contex*. USA, Praeger, 1990
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- FELDMAN, Philip. *The psychology of crime*. USA. Cambridge University Press, 1993.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FFLCH-USP, 1951.
- _____. *Notas sobre a educação na sociedade tupinambá*. São Paulo: CRPE, 1964.
- _____. *Organização social dos tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- FERREIRA, E. R. *Prisões, presos, Agentes de segurança penitenciária, direitos humanos*. São Paulo: Loyola, 2002.
- FERREIRA, Nilda T. *Cidadania uma questão para a educação*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993
- FISCHER, Rosa Maria . *Poder e cultura em organizações Penitenciárias* (Tese de Doutorado). São Paulo: FEA-USP, 1989.
- FISCHMANN, Roseli. *Educação e prevenção da violência*. Brasília – DF, Correio Braziliense, 25 de junho de 2001.
- _____. GRUPIONI, L.D.B.; VIDAL, L.B. (orgs). *Povos indígenas e tolerância*. São Paulo: EDUSP, 2001
- FLANAGAN, Owen. *Identity, character, and morality*. USA, MIT Press, 1990.
- _____. *Varieties of moral personality*. USA, Harvard University Press, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- _____. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1987
- _____. *História da sexualidade, 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1983
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FRANKENSTEIN, Carl. *Las Raíces del Yo*. Buenos Aires-Argentina, Editorial Troquel, 1970.
- FREIRE, Paulo. *Educação atualidade Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. RIO DE JANEIRO: Paz e Terra, 1980.
- FREUD, Sigmund. *O mal – estar da civilização* (vl. 21) Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- _____. *Além do principio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- FUNAP. Fundação Estadual Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel. <http://www.funap.sp.gov.br>. acesso em Novembro/2006.
- _____. Fundação Estadual Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel *Cidadania e direitos humanos (Projeto saúde e saber)*. FUNAP, 2002.
- FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo. <http://www.fundap.sp.gov.br>. acesso em Dezembro/ 2006.
- GAARCIA-TORO, Victor. *Estudo da reincidente* (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH – USP, 1982
- GIALLOMBARDO, Rose. *Society of women: study of a women's prison*. U. S. A – New York University, 1996
- GILLIGAN, Carol. *In a different voice*. USA, Harvard University Press, 1982.
- _____. *Making Connections*. U. S. A., Harvard University Press, 1990
- _____. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.
- GIORDANI, Annecy T. *Normas, punições, castigos e a vulnerabilidade as DST-AIDS no cotidiano de mulheres detentas*. (Tese de Doutorado), Ribeirão Preto, Faculdade Enfermagem de Ribeirão Preto – SP, 2002
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975
- _____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- _____. *Manicômios, Prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974

- GOLDBERG, Simone. *O alarmante custo da violência*. Rio de Janeiro: Revista Dinheiro na WEB nº 139, 2000.
- GONÇALVES FILHO, José. M. *Passagem para a Vila Joanisa: Uma introdução ao problema da humilhação social*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: IP USP, 1995.
- GRUPO CIDADANIA NOS PRESÍDIOS. *Manual dos Direitos das Presas*. São Paulo: Papirus Acessória gráfica.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Schwarcz, 2006.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Relatório global*, HRW, 2002.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). <http://www.ibge.gov.br>
- JORGE, Wilson Edson. *O sistema penitenciário no estado de São Paulo*. (Tese Livre Docência). São Paulo: FAU– USP, 2000.
- _____. *Brasil / São Paulo-500 anos de prisões*. São Paulo: Revista do programa de Pós-graduação em arquitetura e urbanismo da FAU USP. n.8 , p. 226 – 247 , Dezembro – 2000.
- JUST, Roger. *Women In Athenian Law and New York*. Routledge Life, 1994.
- KALoustIAN, Silvio M. (org). *Família brasileira a base de tudo*. São Paulo: Cortez – UNICEF, 1994.
- LA TAILLE, Yves. *Vergonha, a ferida moral*. (Tese Livre Docência). São Paulo: IPUSP, 2000.
- LARA, Silvia Hunold (org). *Ordenações Filipinas – Livro V*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1999.
- LAROUSSI, Zahar, S. *Les Dimensions Psycho – sociales de la criminalite feminine en tunise* (These doctorat en sociologie) Universite de Tunis – Tunis, 1992
- LASH, Christopher. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1983.
- _____. *O mínimo Eu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEITE, Eliana de Paula. *A dupla condenação de Prisoneiras na cadeia*. (Dissertação de Mestrado), SP, Faculdade de Enfermagem.USP, 1999.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- LIMA, Elça M. *Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro: o período das freiras 1942-1955*. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 1979.
- _____. *Origens da prisão feminina*. Rio de Janeiro: OAB, 1983.
- LIRA, Patrícia, O.; CARVALHO, Glória M. M. *A lógica do discurso penitenciário e sua repercussão na constituição do sujeito*. Rev. Psicologia, ciência e profissão 22 (3). p. 20– 31, 2002.
- LLOYD, Ann. *Doubly Deviant, Doubly Dammed*. London – England – Penguin Books. 1995.
- LOPES, Rosalice . *Prisoneiras de uma mesma história: o amor materno atrás das grades* (Tese de Doutorado). São Paulo: IP USP, 2004.

- LURIA, A.R. *The role of speech in the regulation of normal and abnormal behavior*. New York, Liveright, 1961.
- MACHADO NETO, Zahidé. *Direito penal e estrutura social*. SP, EDUSP, 1977.
- MANDARAKA, Sheppard, A. *The Dynamics of Aggression in Women's Prisons in England*. England, Gower, 1986.
- MANDURUKU, Daniel. (org). *Cadernos do INBRAPI*, n. 1, SP, Global Editora, 2004.
- MANNING, Rita . C. *Speaking from the heart*. USA. Rowman e Littlefield publishers, 1992.
- MASSOLA, Gustavo. M. *Sistema Penitenciário: reforma ou reprodução*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: IPUSP, 2001.
- MAVILA, Guilma. O. E. *A mulher encarcerada em face ao poder punitivo*: (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2003.
- MELLO, Sylvia Leser. *Trabalho e sobrevivência*. São Paulo: Ática, 1988.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Orientações: Elaboração de projetos para construções de estabelecimentos penais*. Brasília. DEPEN, 1988.
- _____. *Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil*. Brasília, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1995.
- MITSCHERLICH, Margarete. *La feme pacifique: Etude psychanalytique de l'agressivité selon le sexe de femmes*. Paris, Des femmes, 1988.
- MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da S. *Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64*. Campinas: Primeira Versão – IFCH / UNICAMP, n.36, 1991.
- MOCELLIN, Renato. *A história crítica da nação Brasileira*. São Paulo: Editora do Brasil, 1987.
- MONTENEGRO, Thereza . *O cuidado e a formação moral na educação infantil*. São Paulo: Educ – Fapesp, 2001.
- MONTGOMERY, Malcolm . *Mulher o negro do mundo*. São Paulo: Editora Gente, 1997.
- MORAES, Maria Lygia Q. de. *Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher [...]*. São Paulo: Nobel – Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- MYASHIRO, Sandra R. Galdino. *Filhos de presidiários, um estudo sobre o estigma*. (Dissertação de Mestrado), SP, Faculdade de Educação da USP - FEUSP, 2006.
- OLIVEIRA, Marina M. C. *A religião nos presídios*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Fac. Direito USP, 1978.
- OLIVEIRA, Roberto C. de. *O trabalho do antropólogo*. Brasília, Unesp – Paralelo, 2000.
- OLIVEIRA, Romualdo P.; ADRIÃO, Theresa. *Gestão financiamento e Direito à Educação*. São Paulo: Xamã, 2002.

- ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA PELOS DIREITOS DO PRESO. *Manual dos Direitos do Preso*. São Paulo: Collorgraf Indústria Gráfica, 1989.
- PAOLI, Maria Célia. P. M. *Violência e espaço Civil*. Em: A violência brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 45 –55.
- PEDROSO, Célia Regina. *Os signos da opressão: história da violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa oficial do Estado, 2003.
- PIAGET, Jean. *O juízo moral na criança*. SP, Editora Summus, 1994.
- _____. *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- PIERUCCI, Antonio F. *As ciladas das diferenças*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, V. *Estupro, crime ou cortesia ?*. Porto Alegre, S. A. Fabris, 1998
- PIMENTEL, Silvia. *A mulher e a Constituinte*. São Paulo: Cortez – EDUC, 1985.
- _____. PANDJIARJIAN, V. *Percepções das mulheres em relação ao direito e a justiça*. Porto Alegre, S.A. Fabris, 1996.
- PLAY FAIR, Giles.; DERRICK, S. *Prisão não cura, corrompe*. São Paulo: Editora Ibrasa, 1969.
- PORTO, Luiz Guilherme M. *Legislação penal da escravidão*. Em: Revista dos tribunais, ano 8, vl. 777, p. 485-504, julho, 2000.
- PORTUGUES, Manoel. R. *Educação de adultos Presos*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2001.
- PUIG, Jose. M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo, Ática, 1996.
- REALE JUNIOR, Miguel. *Novos rumos do sistema penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- RELATÓRIO DE PESQUISA. *Prevenção do HIV/AIDS na casa de Detenção Feminina do Tatuapé*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1997.
- RODRIGUES, Anna Maria M. *Introdução*. Coleção do Pensamento Político Republicano. Brasília-DF, Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- RODRIGUES, J. A. Emile Durkheim. São Paulo: Ática, 1981.
- RUSCHE, Robson J. *Teatro e educação somática: um estudo com presidiários em processo de criação*. São Paulo: IP USP, 2004.
- SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SALLA, Fernando Afonso. *O encarceramento em São Paulo; das enxovias à penitenciária do tempo*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Depto. Sociologia da FFLCH – USP. São Paulo, 1997.
- SCHILLING, Flávia. *A multidimensionalidade da violência*. CARVALHO, José Sergio Fonseca de (Org.). Educação, cidadania e direitos humanos Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, p.209-223, 2004.

- _____. *A sociedade da insegurança e a violência na escola*. São Paulo: Moderna, 2004.
- SCHNEIDER, Marília. *Cidadania e direitos humanos na história recente do Brasil*. São Paulo: Cultura Vozes, vol. 91, nº 3, maio-junho, 1997. p. 12-24.
- SCOTT, Joan W. Experiência; em: LEITE, Alcione da Silva e (org). *Falas de gênero*. Santa Catarina, Ed. Mulheres, p.21– 56, 1999.
- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP. <http://www.sap.gov.br>.
- SERRA, Marília Célia C.B. *A eficácia do sistema punitivo: violência e delitos*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Direito da USP, 2002.
- SILVA, Janaína Carneiro S. *Mulheres infratoras: formas de sobrevivência e criminalidade – uma tentativa de vislumbrar as mulheres na cidade de São Paulo (1890 – 1920)*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Depto. de História – FFLCH-USP, 2004.
- SILVA, Marilda S. *Dignidade e transgressão: mulheres no tribunal eclesiástico em MG*. Campinas: Unicamp, 2001.
- SILVA, Roberto da; BERVIAN, P. A.; CERVO, L. A. *Metodologia Científica*. 7ª ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- _____. *A trajetória de institucionalização de uma geração de ex-menores*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1996.
- _____. *A construção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. Em: SILVA, Enid R. A. da (coord). *O direito à convivência familiar e comunitária*. Brasília, IPEA / CONANDA, (p. 287-302), 2004.
- _____. *A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação e liberdade*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2001.
- _____. *Adolescentes: punir ou educar?* Revista Ciência hoje. Rio de Janeiro: SBPC , v. 26 n.157, p. 63 – 67, 2000.
- _____. *Os filhos do governo* . São Paulo , Ática, 1997.
- SIMMEL, Georg. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins fontes, 1993.
- SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SOARES, G.A.; BORGES. *A cor da morte*. Revista ciência hoje. vl. 35, n. 209. p. 26-31, Out. 2004.
- SOARES, Orlando. *Extinção das prisões e dos hospitais psiquiátricos*. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1979.
- SPITZ, René A. *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e máscaras*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SUPLEMENTO Diário Oficial do Estado de São Paulo. Adm. Penitenciária – Vol. 110 / 244, 2000.

- SUTHERLAND, E. H. *Princípios de criminologia*. São Paulo: Martins editora, 1949.
- TAYLOR, Charles. *Fuentes del yo. La construccion de la identidad moderna*. Barcelona, Paidós, 1996.
- TAYLOR, Ian; WALTON, Paul. *Criminologia Crítica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- UNBEHAUM, Sandra G. *A desigualdade de gênero nas relações*. Homens e masculinidades. São Paulo, Editora 34, 1998.
- VARELLA, Drauzio. *Estação Carandirú*. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.
- VOGEL, Richard, D. *Capitalismo e encarceramento revisitado*. Disponível em: <http://www.resistir.info/>, 2003.
- WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- WINNICOTT, D. W. *Privação e delinquência*. São Paulo: Editora Martins fontes, 1987.
- ZAFFARONI, Eugênio R; PIERANGELI, José H. *Manual de direito penal brasileiro*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001.

A SOMBRA	DA SANTA

À SOMBRA	DA SANTA	NÃO EXISTE	O MILAGRE .
DA SANTA	A SOMBRA	O MILAGRE	NÃO FEZ .
A SOMBRA	DA SANTA	À VIRGEM	O MILAGRE .
DA SANTA	À SOMBRA	A VIRGEM	DESFEZ .

A SOMBRA	DA MULHER	SANTA .
DA SANTA	À MULHER	SOMBRA .
A SOMBRA	DA LUZ	SANTA .
A SANTA	DA LUZ À	SOMBRA .

A SOMBRA	SEM LUZ	DA SANTA .
DA SANTA	SEM LUZ	À SOMBRA .
QUEM DERA	FOSSE LUZ	À SOMBRA DA SANTA .
QUEM DERA	FOSSE SANTA	À SOMBRA DA LUZ .

DA SANTA	NO CÁRCERE	A SOMBRA	
A SOMBRA	NO CÁRCERE	DA SANTA .	
A SANTA	SEM GLÓRIA	A VERGONHA	DA SOMBRA .
A SOMBRA	SEM GLÓRIA	A VERGONHA	DA SANTA .

Hélio Roberto Braunstein

Reflexões sobre o tema da mulher encarcerada.

Setembro/2003

NOTA: A leitura desta reflexão poética pode ser feita no sentido horizontal ou vertical, por colunas. O contraste entre claro e escuro é uma alusão aos opostos complementares entre luz e sombra, uma crítica ao estigma sofrido pela mulher encarcerada diante da mulher santa.

ANEXOS

ANEXO A- FORMULÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS

PLANILHA NÚMERO / / / / /	
1 – CÓDIGO (identificação)	
2 – NOME (sigilo)	
3 – MATRÍCULA (sigilo)	
4 – REGIME PRISIONAL	
5 – Data Nascimento ____/____/____ [6 – Idade (Entrevista) ____]	
7 – Cidade nasc./ : _____] 8 – UF/ : _____	
9 – País nasc./ : _____	
10 – Escolaridade : ( ) Fund. Incomplt. - ( ) Fund. completo - ( ) Ensino Médio incompleto ( ) Ensino Médio Completo - ( ) Superior Incompleto - ( ) Superior completo	
11 – Idade do 1º emprego < 12 anos ( ) - entre 12 e 13 anos ( ) entre 14 e 18 anos ( ) - acima de 19 anos ( )	
11 ^A – Tipo de Vínculo: Formal ( ) - Informal ( )	
11b - Tipo de trabalho Não especificado ( ) Especificação _____	
12 - Filhos ? ( ) não - ( ) Sim : até 12 anos ( ) - de 13 até 18 anos ( ) - entre 19 e 21 anos ( ) - acima de 21 ( ) - idade não especificada ( )	
13 – Sob a guarda de quem ? _____	
14 – Histórico familiar : _____	
15 – HIV portador ? ( ) sim - ( ) não	
16 – Usuário de Droga ? ( ) não - ( ) eventual - ( ) habitual	
17 - Tipo de Droga : ( ) maconha - ( ) cocaína - ( ) crack - ( ) cola ( ) solventes - ( ) mesclado - ( ) álcool - ( ) êxtase - ( ) outras	
18 – Tempo de Prisão (na data da entrevista) : ( ) < 1 ano - ( ) de 1 à 2,11 ( ) de 3 à 4,11 - ( ) de 5 à 7,11 - ( ) de 8 à 10 - ( ) acima de 10 anos	
19 - Data da Prisão : ____/____/____ - ( ) não soube mencionar	
20 - Artigo da condenação : _____	
21 - Sentença : ____ anos ____ meses ____ dias [22 - Primário ? ( ) sim - ( ) não	
23 – Prisão anterior : ( ) multireincidente - ( ) plurireincidente	
24 – Outros artigos /condenação : _____, _____, _____, _____, _____	
25 – Assume delito ? ( ) sim - ( ) não [26 – Parecer / laudo : ( ) Fav - ( ) Neg	
27 - Tipo de benefício : ( ) S.A - ( ) R.A - ( ) L.C - ( ) INDULTO - ( ) COMUTAÇÃO	
28 - Visitas ? ( ) sim - ( ) não	
29 - Quem Visita ? _____	
30 - Saídas ? ( ) sim - ( ) não [31 - Quantas ? _____	
32 – Trabalho / atividade antes da prisão ? ( ) não - ( ) sim : (32 b) 32 b – _____ - ( ) formal - ( ) informal	
33 - Trabalho na Prisão ? ( ) não - ( ) sim : (33 b) 33 b – _____ - ( ) Interno - ( ) Externo	
34 - Objetivo para com os filhos ( ) [35 - Objetivo para com a família ( )	
Data da Entrevista : ____/____/____	

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA
Códigos de identificação das 353 entrevistas realizadas na PFB¹⁰

Apelido	Idade	Local de Nascimento	Data da entrevista
001SRSB	25	São Paulo	17/09/2001
002KVPS	22	Sorocaba	03/01/2001
003LS	22		03/01/2001
004SL	31	Governador Valadares	05/02/2001
005SAF	31	São Paulo	05/02/2001
006GOM	31	Paraguaçu Paulista	20/06/2001
007EPS	27	São Paulo	03/07/2001
008SASS	39	São Paulo	22/11/2001
009SAS	25	Palmital	17/05/2001
010SCF	32	Jaú	11/09/2001
011ADF	31	São Paulo	26/04/2001
012SCVS	24	Embú das Artes	15/05/2001
013GRBN	25	São Paulo	03/07/2001
014EAC	20	São Paulo	15/02/2001
015FRSS	51	Salgueiro	24/04/2001
016SCCS	30	Limeira	24/04/09
017CIY	25	São Paulo	27/04/2001
018SBS	28	São Paulo	28/11/2001
019RAC	33	Casa Verde	15/05/2001
020MCC	25	Ibitinga	17/05/2001
021ECS	24	São Paulo	16/05/2001
022JS	42	Diadema	17/05/2001
023CC	32	Itambé	04/09/2002
024RMC	36	Juiz de Fora	16/05/2001
025MV	24	Rio Claro	16/05/2001
026LST	44	Ribeirinha	08/11/2001
027EMP	43	Baurú	04/07/2001
028ZAC	48	São Paulo	17/09/2001
029ACS	38	Piauí em Lagoas	23/08/2001
030MHP	30	Guararapes	03/07/2001
031FCDR	25	São Paulo	28/10/2001
032EAP	32	São Paulo	29/10/2001
033PFR	20	Belo Horizonte	02/07/01
034CRSS	21	São Paulo	02/07/2001
035GFN	23	São José dos Campos	02/07/2001
036RS	32	Passos	03/07/2001
037SMF	24	Araguaína	20/06/2001
038APT	30	Campinas	12/06/2001
039VMBFM	33	Martinópolis	05/07/2001

¹⁰ O código alfanumérico se refere, primeiramente, ao número sequencial da Ficha de Entrevista conforme registrado na base de dados constituída para esta pesquisa e às iniciais do nome da mulher entrevistada. O mesmo código identifica a autoria dos desenhos abaixo reproduzidos.

040LCD	21	São Paulo	08/04/02
041AMGS	25	São Paulo	03/10/2001
042MEAN	57	Ribeirão Preto	08/11/2001
043NSNM	31	Belém	27/08/2001
044RS	33	Pirajú	29/04/2001
045RFL	25	São Paulo	17/07/01
046FSS	20	São Paulo	10/04/2002
047SMRJ	42	São Paulo	22/10/2001
048CAS	22	São Paulo	06/07/2001
049LCA	21	Indaiatuba	17/10/01
050MLMR	46	Rio de Janeiro	25/10/2001
051CFOLT	35	São Paulo	17/09/2001
052RDI	36	São Paulo	11/09/2001
053ACP	24	São Paulo	12/09/2001
054SMCS	34	Ibiapiné	17/05/2001
055ECO	30	São Miguel Paulista	15/05/2001
056AGPA	27	Santos	02/08/2001
057KAA	22	São Paulo	19/08/2001
058RS	25	São Paulo	23/03/2001
059ECSL	37	Recife	03/09/2001
060MCC	24	Santos	05/09/2001
061LA	26	Campoeré	03/09/2001
062EGS	36	Presidente Venceslau	17/07/2001
063LS	27	Pederneiras	18/07/2001
064ICD	19	São Paulo	17/07/2001
065DP	21	São Paulo	26/03/2001
066ASD	21	Guarulhos	03/07/2001
067VLPS	42	Londrina	17/04/2001
068DAD	22	Guariba	29/10/2001
069ATD	24	São Paulo	29/10/2001
070BAM	36	Uruguaiana	28/10/2001
071ABM	26	Caruarú	17/10/2001
072 YFAS	41	Dracena	12/02/2001
073SG	37	California	29/04/2001
074DP	29	Marília	12/09/2001
075GMS	26	Araras	17/05/2001
076MSD	24	Ijuranda	17/05/2001
077JGS	24	São Paulo	05/12/2001
078KRR	20	Mauá	11/12/2001
079RMP	38	São Paulo	06/12/2001
080TR	22	Santos	06/12/2001
081GFR	20	Campinas	10/10/2001
082APSO	24	São Paulo	11/10/2001
083LG	35	Dracena	26/01/2001
084TRJ	50	Jacobina	10/10/2001
085DG	26	São Paulo	20/06/2001
086SLB	25	São Paulo	10/10/2001

087ESA	39	Euclides da Cunha	22/02/2001
088EAS	22	Araçatuba	03/01/2001
089MALS	37	Tuparatinga	11/09/2001
090RCR	44	São Paulo	11/09/2001
091TRS	22	São Paulo	19/09/2001
092DMS	24	São Paulo	18/09/2001
093MAGA	23	Guarulhos	19/09/2001
094ARA	31	São José dos Campos	22/01/2001
095MAL	52	Juiz de Fora	03/05/2001
096MCM	38	São Paulo	26/04/2001
097IMS	24	Belo Horizonte	03/05/2001
098FBC	24	Marília	02/05/2001
099CFG	21	São Paulo	07/12/2001
100CF	24	Cidade de Cabo	10/05/2001
101FNA	51	Jardim	27/11/2001
102FER	29	São Paulo	27/11/2001
103EAS	25	Curitiba	22/11/2001
104JNS	23	São Paulo	27/11/2001
105KCRL	23	São Paulo	06/12/2001
106SS	30	Três Barras	22/11/2001
107SM	28	Sorocaba	22/11/2001
108RRF	35	S. Bernardo do Campo	21/11/2001
109RLGM	21	São Paulo	21/11/2001
110OAS	45	Bragança Paulista	27/11/2001
111NRS	27	Itambé	23/11/2001
112MST	49	Sta. Gertrudes	23/11/2001
113MARS	35	São Paulo	23/11/2001
114MJK	25	S. Miguel Paulista	22/11/2001
115PC	26	São Paulo	20/11/2001
116VSS	35	Ouro Verde	20/11/2001
117RAOP	31	Cunha	14/12/2001
118LCA	19	S. José dos Campos	31/01/2001
119DFM	19	São Paulo	25/05/2001
120ISC	21	São Paulo	03/07/2001
121AMC	19	São Paulo	15/02/2001
122ISS	47	São Paulo	06/12/2001
123NLT	41	Americana	05/12/2001
124MLLS	50	Laginha	13/02/2001
125RFM	37	Aparecida do Norte	13/02/00
126APS	31	Ferraz d Vasconcelos	31/05/2001
127EAM	20	São Paulo	05/12/2001
128MPS	38	Mãe dos Homens	31/01/2001
129MSG	43	Caratinga	28/05/2001
130MBP	24	Lins	31/05/2001
131LBN	39	Ilhéus	30/05/2001
132IRF	37	Avencas	28/05/2001

133GPB	22	São Paulo	31/05/2001
134CVC	35	São Paulo	30/05/2001
135CRS	38	Vitória da Conquista	14/12/2001
136ESB	27	Piritiba	20/12/2001
137ENS	24	São Paulo	20/12/2001
138RAS	41	Mandirituba	15/08/2001
139JSDS	21	São Paulo	28/08/2001
140TLN	24	Fortaleza	28/08/2001
141VPS	23	São Paulo	03/09/2001
142RCR	21	Osasco	20/06/2001
143CSO	22	São Paulo	18/06/2001
144JFS	29	Coxim	03/10/2001
145EP	34	Governador Valadares	04/10/2001
146VLMO	39	São Paulo	03/10/2001
147DAP	27	Fórida Paulista	03/10/2001
148MSS	25	Ribeirão Pires	03/10/2001
149CRIK	48	Sto. Anastácio	03/10/2001
150AMS	27	Montes Claros	03/10/2001
151LRF	27	Ubatuba	07/11/2001
152APSJ	20	Suzano	13/03/2001
153SCFP	30	Duque de Caixias	13/03/2001
154MAJ	21	São Paulo	03/10/2001
155PSM	29	S. Bernardo do Campo	13/03/2001
156FSS	20	Sto. André	19/03/2001
157CMC	25	Arcoverde	29/10/2001
158AMSA	19	Sto. André	13/02/2001
159EC	24	Fartura	14/03/2001
160MDO	46	Xavantes	05/02/2001
161SCR	25	Itapeva	01/06/2001
162TCC	21	Campinas	30/05/2001
163RPS	29	São Paulo	31/05/2001
164PAB	20	São Paulo	29/05/2002
165AMS	28	Birigüí	03/10/2001
166JOC	28	Itabuna	23/02/2001
167ACVO	35	São Paulo	13/02/2001
168DRM	19	São Paulo	12/06/2001
169CMM	27	São Paulo	11/04/2001
170RSM	23	Santos	18/04/2001
171VB	27	Valinhos	17/04/2001
172CRS	23	S. Bernardo do Campo	18/04/2001
173PAR	24	São Paulo	22/08/2201
174ACOL	22	São Paulo	23/08/2001
175ALC	36	Belo Horizonte	22/08/2001
176DLFC	24	São Paulo	28/02/2001
177AML	34	Pocrane	28/02/2001
178SLCH	46	Mamanguape	01/03/2001

179CPG	25	São Paulo	10/08/2001
180RAL	27	Ocaçu	15/08/2001
181NAP	30	Louveiras	15/08/2001
182MAV	38	Natal	23/08/2001
183HCSL	23	Ribeirão Preto	12/02/2001
184MNSA	33	Itaberaba	28/08/2001
185VFG	30	Sorocaba	28/02/2001
186JPS	33	Porto Nacional	28/02/2001
187GFP	46	S. João da Boa Vista	14/03/2001
188EV	42	Maringá	14/03/2001
189NMS	26	Guarulhos	14/03/2001
190ECB	22	São Paulo	23/10/2001
191MLN	43	São Paulo	14/11/2001
192TS	39	Aracajú	03/10/2001
193MGM	25	São Paulo	13/11/2001
194MHA	40	Capivarí	07/11/2001
195TFO	20	Ibicaraí	20/06/2001
196DCO	29	Conchal	18/06/2001
197MIS	24	Jacareí	25/05/2001
198MFS	46	Guarantã	31/05/2001
199VLS	43	São Paulo	02/08/2001
200CHV	21	São Paulo	18/04/2001
201ACC	24	São Paulo	25/10/2001
202AR	22	Tatuí	22/10/2001
203SCO	32	Rio Claro	25/10/2001
204EAP	42	Osasco	22/04/2002
205NCS	22	Várzea de Palma	21/05/2002
206JAR	25	Igarapava	15/05/2002
207VSF	38	Xavantes	07/05/2002
208JMMS	32	Castro	07/05/2002
209JS	22	Avaré	06/05/2002
210MRA	35	Poá	22/05/2002
211AFP	53	Limeira	10/04/2002
212DMP	24	São Paulo	11/04/2002
213SCF	28	São Paulo	20/02/2002
214IE	22	S. Bernardo do Campo	13/03/2002
215TT	26	São Paulo	10/04/2002
216CCCCG	35	Campinas	16/05/2002
217EGFM	38	São Paulo	08/05/2002
218MDSN	51	Francisco Sales	16/05/2002
219IO	44	São Paulo	15/04/2002
220ACBP	27	São Paulo	10/04/2002
221CMAS	36	Palmares	16/05/2002
222MLS	29	Londrina	29/04/2002
223EGR	30	Itapeirica da Serra	22/01/2002
224ICLS	31	Osasco	08/05/2002
225EAA	24	São Paulo	08/05/2002

226DCR	28	São Paulo	24/04/2002
227DMS	31	Guanambi	22/04/2002
228MS	29	Rui Barbosa	22/04/2002
229RB	25	São Paulo	15/10/2002
230LVP	19	Foz do Iguaçu	15/04/2002
231SOCL	35	Paraguaçu Paulista	08/04/2002
232APM	26	S. José dos Campos	03/04/2002
233GL	25	Campinas	20/03/2002
234ARS	21	Ferraz de Vaconcelos	22/04/2002
235ASB	20	Cubatão	21/05/2002
236LCPC	48	Sto. Antonio do Monte	23/05/2002
237JRS	27	Mascote	16/05/2002
238TAG	22	Araraquara	16/05/2002
239IDS	42	Regente Feijó	16/05/2002
240MAR	23	Aguaí	31/01/2002
241MFF	32	São Paulo	30/01/2002
242RMS	26	São Paulo	29/01/2002
243LMS	41	Jacarezinho	28/02/2002
244VMS	23	Dracena	06/05/2002
245EPS	31	São Paulo	06/05/2002
246MFS	28	São Paulo	08/05/2002
247LFA	25	São Paulo	03/06/2002
248MJM	33	Boituva	03/06/2002
249AAM	24	Araguari	18/09/2002
250RL	26	São Paulo	07/08/2002
251SMTT	20	Rio de Janeiro	10/07/2002
252RAS	29	Salvador	11/09/02
253PP	24	Sta. Isabel	18/09/2002
254MRRS	32	Rio de Janeiro	31/05/2002
255KRN	25	Duque de Caixias	04/09/2002
256MSA	22	Baurú	26/08/2002
257PGF	20	S. José dos Campos	20/03/2002
258SMS	20	Caixias do Sul	22/05/2002
259ACS	26	Igarapé do Tietê	26/08/2002
260VNSV	28	Porangaba	28/08/2002
261MACF	33	Barcelona	15/08/2002
262FF	35	Querência do Norte	14/08/2002
263VNSA	40	Alagoinhas	14/08/2002
264AMM	42	São Paulo	14/08/2002
265VLLF	26	São Paulo	21/08/2002
266ECS	24	São Paulo	21/08/2002
267MHSS	47	Bandeirantes	18/02/2002
268CR	23	Sto. André	17/04/2002
269MIL	51	Porecatú	17/04/2002
270JCS	24	Arapiraca	21/08/2002

271AS	27	São Paulo	22/08/2002
272RAO	30	Avaré	22/08/2002
273SMDM	42	São Paulo	15/07/2002
274DAA	54	Salvador	19/02/2002
275APS	29	Americana	07/08/2002
276LTG	40	Itapeva	20/06/2002
277MFG	35	Fortaleza	03/07/2002
278DAVS	31	Naviraí	18/06/2002
279TCH	20	Campinas	18/02/2002
280AAS	25	Campo Grande	11/09/2002
281MGP	48	Campina Grande	07/08/2002
282BRL	44	São Paulo	02/07/2002
283PMSL	28	Fortaleza	18/06/2002
284CFM	27	São Paulo	03/07/2002
285MDL	31	São Paulo	25/09/2002
286ASF	24	São Paulo	28/08/2002
287ACMO	30	São Paulo	19/06/2002
288TAC	21	Rio Claro	12/06/2002
289JAM	21	Ribeirão Preto	22/05/2002
290CCSS	26	Oswaldo Cruz	10/04/2002
291MLPS	28	Pres. Prudente	19/06/2002
292RS	24	Amparo	12/06/2002
293MDSA	35	São Paulo	08/08/2002
294DV	40	Mogi Mirim	07/08/2002
295VJS	21	Diadema	10/07/2002
296CBS	26	São Paulo	11/07/2002
297TMSLC	23	São Paulo	11/07/2002
298RAS	24	S. Bernardo do Campo	10/07/2002
299KCM	35	Campinas	31/06/2002
300RAFFC	25	São Carlos	29/05/2002
301MDS	31	Tuparatinga	20/02/2002
302MAR	43	Ourinhos	20/02/2002
303MAR	52	Ponta Grossa	29/05/2002
304MR	51	Araçú	18/02/2002
305AAGS	26	Belo Horizonte	19/02/2002
306MAS	30	Diadema	2002
307MMBS	30	Nova Cantú	15/03/2002
308ECV	29	São Paulo	10/06/2002
309JRL	51	Recife	03/06/2002
310ACS	27	S. José dos Campos	10/06/2002
311JF	30	Apucarana	03/04/2002
312PSSC	22	Belo Horizonte	13/03/2002
313EV	54	São Paulo	22/03/2002
314NVFR	30	S. Ignácio d.Velasco	15/03/2002
315ENV	22	São Paulo	06/03/2002
316AAB	34	Piracicaba	18/03/2002
317CAS	44	Sto. André	03/04/2002

318EPF	19	São Vicente	27/02/2002
319GVS	21	São Paulo	19/02/2002
320VM	22	Penápolis	19/02/2002
321MCMS	43	Ponte Nova	20/02/2002
322ALCS	41	Serraria	27/02/2002
323ERS	28	Itamarajú	27/02/2002
324ENS	22	Osasco	14/03/2002
325CCJ	52	Cabo Verde	27/02/2002
326RCA	26	Jequié	27/02/2002
327RSS	25	São Paulo	05/08/2002
328LPS	26	São Paulo	12/06/2002
329MAS	23	Guarulhos	26/08/2002
330DOS	40	Marialva	18/09/2002
331CBL	26	Itapetininga	19/09/2002
332RGS	29	Belo Horizonte	2002
333VMM	28	Ouro Verde	07/02/2002
334VAGO	22	Garça	11/07/2002
335SSGO	35	Quipapá	15/05/2002
336TFJ	42	S. João do Piauí	10/09/2002
337RBV	24	S. José do Rio Preto	19/06/2002
338MCSA	27	Fortaleza	19/06/2002
339FFFM	28	São Miguel	16/05/2002
340ASP	24	Santos	26/06/2002
341CFS	54	Pouso Alegre	19/06/2002
342MRS	28	Nanuque	04/09/2002
343VCS	43	Barra Mansa	19/09/2002
344CAT	24		19/09/2002
345AP	25	Itapeva	19/09/2002
346VAAB	39	Belém	04/07/2002
347VCS	34	S. Bernardo do Campo	21/08/2002
348VAS	37	Soares d.Ámerica d.D	28/08/2002
349ERS	38	Maceió	05/09/2002
350ACPD	30	Sorocaba	20/06/2002
351EVS	27	São Paulo	15/07/2002
352ANT	27	São Paulo	15/07/2002
353CAB	28	São Paulo	02/07/2002

ANEXO B – DESENHOS E FIGURAS¹¹

3LS3

¹¹ Neste trabalho exime-se o autor de reproduzir as análises e interpretações dos desenhos feitas por ocasião da entrevista, porque estas eram destinadas, posteriormente, a orientar o trabalho de intervenção de técnicos e de profissionais da Penitenciária Feminina do Butantã, o que não é o objetivo deste trabalho.

3LS3-2

3LS3-3

3LS3-4

21STT

79RMP

81GFR

89MALS **94ARA-3**

94ARA **102FER**

103EAS **113MARS** **116VSS**

142RCR

144JFS

147DAP

150AMS

152APSJ

154MAJ

155PSM **155PSM-2** **155PSM-3**

163RPS **163RPS-2** **187GFP**

187GFP-2 **187GFP-3** **198MFS**

201ACC

204EAP

205NCS

283PMSL

286ASF

285MDL

287ACMO

287ACMO-2

288TAC

289JAM

290CCSS

291MLPS

292RS **293MDSA** **294DV**

295VJS

299KCM

300AFC

301MDS **302MAR** **306MAS**

307MMBS

308ECV

CAMILA F. G.
Desenhos (mulheres)